

MARIA JOSÉ MENEZES DA SILVA

**ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM
EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB**

Orientadora: Prof.^a Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação**

Lisboa

2018

MARIA JOSÉ MENEZES DA SILVA

**ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM
EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB**

Dissertação apresentada em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias com Despacho Reitoral N.º 363/2018, de 12 de novembro, com a seguinte composição do júri:

Presidente - Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa
Arguente - Professora Doutora Rosa Serradas Duarte
Orientadora - Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação

Lisboa

2018

Nas práticas educacionais cooperativas, o conhecimento envolve aproximação com a comunidade, consciência crítica das formas de superação de suas carências e a relevância da cooperação para transformar o real, investindo em uma vida melhor para todos.

(SESCOOP)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, autor da minha existência, minha fortaleza, que sempre tem olhado para mim e que me presenteou com o dom do conhecimento e o desejo de ampliá-lo cada vez mais. A ti Senhor toda honra e toda glória, só com a tua força consegui finalizar este trabalho. A minha Virgem Mãe de Deus Nossa Senhora Aparecida minha intercessora junto ao Pai. Aos meus pais, irmãos e minha sobrinha que estavam sempre ao meu lado dando-me força e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, razão de minha existência, pois sem sua, forte presença dentro de mim eu não teria conseguido concluir este trabalho. Pois fui surpreendida em meio à escrita do meu trabalho com câncer de mama em 2017, ao qual fui submetida a uma cirurgia de mastectomia bilateral, tendo que parar a escrita da minha dissertação por dez meses, no entanto reiniciei em fevereiro de 2018 com muitas limitações físicas ainda.

Gratidão eterna a minha família: meus pais, irmãs, sobrinha, tios, tias, primos e primas por estarem sempre ao meu lado incentivando e orando por minha recuperação.

Agradeço de todo o meu coração a Professora Doutora Alcina Manuela, minha orientadora, pela paciência, orientando sempre a minha escrita e mostrando-me como escrever cientificamente. Que mesmo estando distante estava sempre a preocupar-se comigo dando-me força para continuar escrever, após o problema de saúde. Só tenho a dizer muito Obrigada! Que Deus continue lhe abençoando sempre.

Aos professores dos módulos do mestrado que nos proporcionaram momentos maravilhosos de aprendizagens.

Aos coordenadores do curso de mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, por estarem sempre prontos a nos atenderem.

Agradeço também a minha médica Doutora Jeane Nogueira e a minha fisioterapeuta e amiga Doutora Anabelle Barros que fazem todo acompanhamento relacionado à minha saúde e que sempre me incentivaram e deram força a continuar escrevendo minha dissertação. A vocês muito obrigada!

Agradeço ao Gestor escolar e todo corpo docente e discente da escola em que se realizou a pesquisa.

Ao SESCOOP Estadual e Nacional por estarem sempre prontos a ajudar e incentivar na escrita da minha dissertação.

A todos os meus colegas da turma sete do mestrado, em especial Evany Leite, Rita Macedo, Kelly Milena, Fabilma Gama e Shirley Melo por estarem sempre prontas a ajudar quando necessário trocando experiências.

Finalmente, agradeço o incentivo e a força de muitos amigos aos quais não citarei nomes, pois creio que não caberia a lista nestes agradecimentos. A vocês muito obrigada!

RESUMO

O Programa Cooperjovem, bem recente na educação brasileira, é baseado numa metodologia que vivencia os valores e princípios cooperativistas entre educadores e aprendizes. A presente pesquisa tem como objetivo analisar o impacto do Programa Cooperjovem numa escola da rede pública municipal, de ensino Fundamental II, do interior do Município de Pedras de Fogo – PB, junto dos docentes e dos alunos. Esta escola atende a filhos de agricultores de situação econômica baixa, que trabalham na agricultura familiar. Esta pesquisa, quanto à sua abordagem se apresenta como quantitativa e qualitativa. No seu percurso qualitativo, recorreremos à entrevista estruturada ao Gestor Escolar e aos docentes que aderiram ao Programa. No seu percurso quantitativo, recorreremos a um questionário com questões fechadas e abertas, distribuído aos alunos. Estas duas abordagens permitiu-nos fazer a triangulação da informação obtida de forma mais rigorosa. Os resultados permitem concluir que, apesar do Programa Cooperjovem não poder solucionar todos os problemas, é primordial na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. Com a sua adesão, foi possível ajudar a mudar atitudes e comportamentos de todos os envolvidos no processo, pondo em prática os valores e princípios do cooperativismo. Para o seu bom desenvolvimento, e é de suma importância a aceitação de todos que fazem parte do meio escolar, e os educadores são as peças principais de uma nova metodologia para esta prática pedagógica da cooperação

Palavras-chave: Aprendizagem. Cooperativismo. Educadores. Programa Cooperjovem.

ABSTRACT

The Cooperjovem Program, very recent in Brazilian education, is based on a methodology that experiences the cooperative values and principles between educators and apprentices. The present research aims to analyze the impact of the Cooperjovem Program in a municipal public school, Elementary School II, in the interior of the Municipality of Pedras de Fogo - PB, together with teachers and students. This school serves children of low-income farmers working in family farming. This research, regarding its approach is presented as quantitative and qualitative. In its qualitative course, we used the structured interview with the School Manager and the teachers who joined the Program. In its quantitative trajectory, we used a questionnaire with closed and open questions distributed to students. These two approaches allowed us to triangulate the information obtained more rigorously. The results allow us to conclude that, although Cooperjovem can not solve all problems, it is essential to improve the quality of teaching and learning. Through its membership, it was possible to help change attitudes and behaviors of all those involved in the process, putting into practice the values and principles of cooperativism. For its good development, and it is of the utmost importance the acceptance of all that are part of the school environment, and educators are the main pieces of a new methodology for this pedagogical practice of cooperation.

Keywords: Learning. Cooperativism. Educators. Cooperjovem Program.

LISTA DE SIGLAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

COOPERGRAF: Cooperativa dos Profissionais Gráficos de Brasília

COTEL: Cooperativa de Trabalho Educacional

DUDH: Declaração Universal dos Direitos Humanos

EJA: Educação de Jovens e Adultos

IBDEM: No mesmo lugar, na mesma passagem

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEM: “o mesmo”, “igual”, “da mesma maneira”

LDBEN/LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LTDA: Limitada

MEC: Ministério da Educação

MG: Minas Gerais

OC: Ocorrência

OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras

ONU: Organização das Nações Unidas

P1: Professor 1

P2: Professor 2

P3: Professor 3

P4: Professor 4

P5: Professor 5

P6: Professor 6

P7: Professor 7

P8: Professor 8

PB: Paraíba

PEC: Programa de Cooperativismo nas Escolas

PEC: Projeto Educacional Cooperativo

PNE: Plano de Desenvolvimento Nacional

PPP: Projeto Político Pedagógico

SEF: Secretária de Educação Fundamental

SESCOOP: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA	16
1. UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA.....	16
2. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	20
3. EDUCAR PARA A CIDADANIA	23
3.1. Valores, Cidadania e Direitos Humanos.....	24
3.2. Educação em Valores: A Escola como Espaço de Formação para a Cidadania na Sociedade Contemporânea.....	27
CAPÍTULO II – EDUCAR NO COOPERATIVISMO PARA DESENVOLVIMENTO	31
1. GÊNESE DO COOPERATIVISMO EDUCACIONAL NO BRASIL	31
2. PROGRAMA COOPERJOVEM	33
2.1. Origem do Programa	37
2.2. Metodologia Educacional Cooperativa	39
2.3. Interação entre Cooperativa e Comunidade	42
3. A AÇÃO DO PROFESSOR COMPROMETIDO COM O PROCESSO SOCIAL.....	46
3.1. O Currículo e o Projeto Político Pedagógico	48
CAPÍTULO III – A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	54
1. PROBLEMÁTICA	54
2. QUESTÃO DE PARTIDA.....	55
3. OBJETIVOS	55
3.1. Objetivo Geral	55
3.2. Objetivos Específicos	55
4. OPÇÕES E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	55
4.1. A Entrevista	56
4.2. O Questionário.....	57
5. LÓCUS DA PESQUISA	58
6. SUJEITOS PARTICIPANTES	59

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	60
1. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS ATRAVÉS DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA	60
1.1. Análise da Entrevista ao Gestor.....	60
1.2. Análise das Entrevistas aos Professores	64
1.2.1. Perfil dos sujeitos entrevistados	64
1.2.2. Análise descritiva das concepções dos professores	65
2. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS ATRAVÉS DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	72
2.1. Caracterização dos Inquiridos	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICES	92
ANEXOS	111

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 01: Idade dos Alunos.....	73
Gráfico 02: Sexo dos Alunos.....	73
Gráfico 03: Série dos Alunos	74
Gráfico 04: Tempo de Participação dos Alunos no Programa Cooperjovem	74
Gráfico 05: Valores Considerados Essenciais no Cooperativismo	75
Gráfico 06: Importância do programa no Processo de Ensino e Aprendizagem.....	77
Gráfico 07: Educadores que Participam do Programa Cooperjovem Ajudam mais na Aprendizagem?	78
Gráfico 08: Participação da Família nas Atividades do Programa.....	79

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 01: Dados Nacionais do programa Cooperjovem (2015)	36
Tabela 02: Dados Nacionais do Programa Cooperjovem (2017)	36
Tabela 03: Dados Estaduais do Programa Coopejovem (2017)	36
Tabela 04: Caracterização dos Professores Entrevistados.....	64
Tabela 05: Valores Considerados Essenciais para o Desenvolvimento do Aluno	68
Tabela 06: Gosto pelo trabalho em cooperação.....	76
Tabela 07: Trabalho em cooperação melhora o comportamento em sala de aula	76
Tabela 08: Importância do Programa no Processo de Ensino e Aprendizagem	77
Tabela 09: Educadores que Participam do Programa Cooperjovem Ajudam mais na Aprendizagem?.....	79
Tabela 10: Participação da Família nas Atividades do Programa	80

INTRODUÇÃO

A atuação do Programa Cooperjovem nas instituições de ensino, ainda é algo novo no nosso país, necessitando de mais pesquisa de investigação e divulgação da nova metodologia vivenciada com os princípios cooperativistas entre educadores e educandos nas escolas públicas do Brasil.

A escolha desta temática se deu há 11 anos, quando a secretária de Educação do Município de Pedras de Fogo-PB, fez a adesão ao Programa Cooperjovem e o apresentou aos Gestores escolares e educadores na perspectiva que as escolas aderissem a esta nova metodologia de ensino, que se pauta pelos princípios e valores do cooperativismo.

Como educadora do Ensino Fundamental I e II, sempre busquei novas metodologias educacionais, que objetivasse o ensino e a aprendizagem de forma cooperativa. Na verdade, segundo Gawlak (2007, p. 10),

A partir do momento em que as pessoas descobrem o cooperativismo, vai perceber que não está sozinha e que suas atitudes, quanto seus pensamentos, vão estar em contato com atitudes e pensamentos de outras pessoas e que, juntas, partilharão do mesmo sucesso.

Foi partindo desta concepção de Gawlak (2007) que me propus analisar o impacto do Programa Cooperjovem em uma Escola do Município de Pedras de Fogo – PB, localizada na Zona Rural que atende a filhos de agricultores de situação econômica baixa, que trabalham direto com a agricultura familiar. A escola tinha feito a adesão ao Programa SESCOOP-PB (Serviço Nacional de Aprendizagem no Estado da Paraíba), Unidade Estadual, que coordena o desenvolvimento do Programa no Estado, no ano de 2007. Compartilhando as informações de andamento do mesmo com a Unidade Nacional promove formações com os educadores que fizeram a adesão e estes colocam em prática os princípios e valores do cooperativismo na escola.

As práticas de cooperação tornam-se uma opção emergente para a formação de novas consciências de atividades em grupo, criando valores de solidariedade com o intuito de preparar os educandos para uma vida cidadã digna e enfrentar as adversidades futuras com união.

A escola assume um lugar de suma importância na construção de um futuro significativo para todos, estando atenta às novas visões imposta pela contemporaneidade. De

acordo com o SESCOOP (2013, p. 48), “Nela são formados valores e construídos identidades, desenvolvidas competências que preparam para a convivência, o trabalho e a vida adulta”.

Nesta direção, aprender a trabalhar a prática do cooperativismo é essencial para os educadores, uma vez que promove o abandono do trabalho individual nas nossas escolas.

Neste contexto surge a nossa questão de partida:

- **Qual a influência do Programa Cooperjovem na vida dos educandos e educadores em uma escola do Ensino Fundamental II do Município de Pedras de Fogo-PB?**

Em concordância com a nossa questão, estabelecemos o seguinte **objetivo geral**:

- Analisar o impacto do Programa Cooperjovem na Escola de Ensino Fundamental II do Município de Pedras de Fogo- PB, junto dos docentes e dos alunos.

Para a realização desta investigação recorreremos a uma abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa é qualitativa para compreendermos o fenômeno através da coleta de dados narrativos, com aspecto subjetivo, e é realizada através de entrevistas, e quantitativo para compreendermos o fenômeno através de dados numéricos, preferencialmente com questionários padronizados. Os atores desta investigação são os professores e o Gestor da instituição (entrevista) e os alunos (questionário).

Nesta direção, o nosso trabalho se encontra estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **Educação e formação para a cidadania**, analisamos a universalização e democratização dos saberes promovido pela escola.

No segundo capítulo, **Educar no cooperativismo para o desenvolvimento**, para além da história do cooperativismo no Brasil que desde a colonização, explicitamos a forma como as escolas fomentam uma educação baseada na democracia e cidadania visando o crescimento na comunidade e na cooperação. Apresentamos também o Programa Cooperjovem, sua origem, metodologias educacionais, a interação entre cooperativa e comunidade e ação do professor comprometido com o processo social contemplando as ações cooperativas no currículo e no Projeto Político Pedagógico.

No terceiro capítulo, é apresentada a **trajetória metodológica**. Aqui, aborda-se a problemática e questão de partida, os objetivos da investigação, o tipo de estudo, as opções e estratégias metodológicas, os instrumentos da recolha de dados, a caracterização da instituição bem como os sujeitos da pesquisa.

No quarto capítulo, trazemos a **análise dos dados recolhidos**, tendo como base os resultados dos dados coletados através de entrevistas aplicadas ao Gestor escolar e aos professores e o inquérito por questionários aplicados aos alunos apontando as convergências e divergências como também confrontando com as fundamentações teóricas. Nesse capítulo esclareceremos os resultados obtidos ao longo de toda nossa investigação.

Por fim, as **Considerações Finais** que abrigam a parte conclusiva deste estudo, seguida das referências bibliográficas consultadas e referidas ao longo do trabalho, bem como os apêndices com o roteiro das entrevistas e da transcrição do material coletado e o inquérito por questionário. A norma da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) foi utilizada para citações e referência bibliográfica.

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

1. UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

A universalização e democratização do ensino no Brasil têm sido ao longo dos tempos, uma luta constante por parte do governo da União. Para que a sociedade viva realmente uma educação democrática é necessário que todos tenham acesso e permanência no processo educativo. Por outras palavras, que todos sejam envolvidos, fazendo sentido assim a prática da educação universal, a qual o Homem esta inserido.

Como refere Costa (2009, p. 3497):

[...] o direito a educação só será concretizado de forma eficaz, se os indivíduos, que são os destinatários finais dos direitos fundamentais contidos na ordem constitucional, puderem usufruir o direito à educação por meio da universalização do ensino básico como primeiro passo desta longa estrada.

Até ao final do século XIX, mesmo com o ideário da Revolução Francesa, que defendia a instrução universal para ambos os sexos, a discussão sobre a universalização da educação estava muito limitada à Europa (ALVES, 2001). Atualmente, quase todos os países garantem, nos seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso dos seus cidadãos à educação escolar básica. São claros os esforços da UNESCO no sentido da universalização do ensino fundamental. Ter o domínio dos conhecimentos sistemáticos é indispensável para o alargamento de novos conhecimentos. O pressuposto deste direito ao conhecimento é a igualdade, que se torna fundamental para se conseguir o direito à educação para todos (CARVALHO, 2004).

A entrada e a permanência na escola ajudam na democratização dos saberes e promove condições próprias e coletivas para o desenvolvimento da consciência sobre a realidade social em que convivem e sobre as relações existentes nos contextos históricos, económicos e políticos de cada país. Como tal, a Educação é cada vez mais uma ferramenta importante para a mudança social e para a garantia de um mundo mais justo para todos. Na opinião de Ianni (1999, p. 115):

Poucos são os que dispõem de condições para se informarem e posicionarem diante dos acontecimentos mundiais, tendo em conta suas implicações locais, regionais, nacionais e continentais. Quando se criam condições mais plenas

para a elaboração da autoconsciência, no sentido de consciência para si, então a cidadania se realiza propriamente como soberania.

O século XX foi o grande responsável pelo aparecimento de várias mudanças sociais, decorrentes das relações de produção e reprodução social, ligados às políticas neoliberais, num mercado que defende um modelo de sociedade em que a educação é reduzida a mais um bem de consumo. Para Santomé (2003, p. 34) “essa visão do sistema educacional acentua-se mais em momentos de crise ou de reestruturação dos mercados de produção, de distribuição e do consumo de bens”.

No caso concreto do Brasil, a procura pela universalização do ensino obrigatório tem, nas últimas décadas, fomentado algumas políticas educacionais no sentido de garantir a democratização e o direito constitucional à “educação pública e com qualidade para todos”. Por isso mesmo, em 1988, o art. 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) vem referido que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Recuando no tempo, o Brasil, até à década de 1930, apresentava uma total ausência de uma política educacional, enquanto proposta governamental, que permitisse à sua população o acesso à escola primária. É, sobretudo com Anísio Teixeira, enquanto Secretário da Educação e Cultura do então Distrito Federal (1931-35) que a Educação Básica vai sofrer transformações significativas. Este intelectual defendia a ideia de que a educação era um bem público que deveria ser subsidiada pelo Estado. Anísio acreditava que a única forma de promover uma sociedade democrática, passava pela Educação como processo contínuo do indivíduo. Desta forma, Educação e Estado deveriam andar lado a lado para a construção de uma sociedade culturalmente mais exigente (TEIXEIRA, 2004). Foi com ele que se deu o impulso reformista nas áreas de financiamento da educação, formação de professores e currículo. Construiu novas escolas e modernizou instalações dos antigos edifícios escolares (TEIXEIRA, 1997).

Desde essa altura que, de uma forma ou de outra, o Brasil vem lutando pela universalização do ensino básico estendendo-se ao ensino médio. Porém, mesmo com significativos esforços, e concluída a primeira metade do século XX, mais de 50% da população com mais de 15 anos era iletrada e mais de um quarto das crianças entre 07 e os 10 anos não frequentavam a escola (GONÇALVES, 2010).

Tendo em conta este flagelo, o artigo 21 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, vem dizer que a educação compõe-se em Educação

Básica, formada pela educação infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, obrigatórios.

Muito se alterou desde então. Com as sucessivas modificações no sistema de ensino básico, sobretudo com a expansão da sua obrigatoriedade, no final do século XX, e no que diz respeito ao seu acesso, o ensino fundamental obrigatório estava praticamente universalizado, permitindo que, no ano 2000, atingisse 94,9% de atendimento, tendo um aumento, em mais 2% na última década (FREITAS, 2008).

Em 2001, com a entrada em vigor do Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 09 de janeiro), surgiu a possibilidade de se ampliar a duração do ensino fundamental para os nove anos “obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos. (BRASIL, 2001). Porém, só com a sanção da Lei 11.274/06 (fevereiro de 2005), tal se tornou realidade, segundo o art. 32, da Lei 11.274/06: “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão”.

Se por um lado o Brasil conseguiu a universalização da Educação Básica, no que diz respeito às questões da sua qualidade, ainda há um longo caminho a percorrer. As políticas educacionais implementadas (PNE 2001-2010; Plano de Desenvolvimento da Educação; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização Profissional da Educação) apontam resultados modestos quanto à melhoria do desempenho escolar dos alunos (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007).

Na verdade, o alargamento do ensino obrigatório com qualidade, não se deve limitar ao ingresso na escola, mas tem que ter em atenção à necessidade do acesso a recursos materiais, políticos e culturais, para se conseguir uma formação humana empenhada com a autonomia pessoal e social, de cada um e de todos, de forma indistinta (*ibidem*). Por isso, e tendo em atenção uma escola democrática, universal e de qualidade, Nogueira e Borges (2004, p. 91), chamam-nos a atenção para o fato de que essas condições apenas ocorreram “no plano da estatística, e não exatamente do acesso ao saber”. Para que haja uma Escola de qualidade para todos, precisamos de uma maior participação da comunidade na Escola, de uma verdadeira gestão democrática compartilhada ou participativa (GRACINDO, 2007).

Com a política de gestão democrática haverá também uma transformação na dura realidade educacional. Haverá espaços para a participação da sociedade diretamente nas escolas, no que envolve sua organização e funcionamento, além da participação de todos nas decisões relativas ao exercício das suas funções.

Para o SESCOOP (2013, p. 35), “além de mecanismos coletivos de participação e da escolha dos dirigentes, muitas iniciativas estimulam e facilitam o envolvimento da comunidade escolar em atividades que explicitam o sentido que a escola passa a ter para a vida”. Essa atitude pode promover uma educação de qualidade universalizando o ensino realmente para todos, onde a escola e o meio onde está inserida sejam respeitadas como um espaço de socialização e democracia, valorizando práticas coletivas.

Como diz Castro e Ranincheski (2003) à democracia está relacionada ao envolvimento de todos da sociedade, onde todos se responsabilizem, se envolvam, tenham a igualdade das condições de vida no convívio das diferenças e no desenvolvimento de suas capacidades.

Antes de ser uma forma política, a democracia é forma de vida, caracterizando-se por uma dose forte de transividade de consciência no comportamento do indivíduo. Esta transividade não se desenvolve e não nasce com os indivíduos a não ser que seja lançado ao debate em que o indivíduo participe (FREIRE, 1989).

A educação democrática, por sua vez, se faz no diálogo entre a experiência e o saber, buscando o entendimento compartilhado entre todos de uma mesma comunidade de trabalho (MARQUES, 1996).

Uma educação voltada para esta natureza democrática constrói espaços participativos, ensina mais com atitudes do que com palavras, propondo assim o trabalho coletivo, base da participação ampliando o horizonte de reflexão dos indivíduos, expandindo-o para questões do interesse de toda a comunidade (SESCOOP, 2013).

A universalização de oportunidades não é apenas um plano teórico, mas busca-se uma adesão às novas práticas sociais cultivando a liberdade do educando. A democratização como prática pedagógica, forma novas personalidades democráticas, diferente de anos atrás (CARVALHO, 2004).

Segundo o IBGE (2018, p. 1), “No período de 2007 a 2014 foi mantida a tendência de declínio das taxas de analfabetismo e de crescimento da taxa de escolarização do grupo etário de 6 a 14 anos e do nível de educação da população brasileira.” O nível de instrução cresceu nos últimos anos desde a creche até a universidade. Isto mostra um grande avanço na educação para todos.

Assim, para conseguirmos uma plena universalização da educação básica, o Brasil terá que enveredar por um desenvolvimento sustentável, investindo na ciência e na tecnologia como condição indispensável para a efetiva universalização democrática da educação.

2. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola, no seguimento de sua função social formadora de pessoas culturalmente diferentes, necessita ser um espaço de sociabilidade que facilite a construção e a socialização do conhecimento gerado. A função da escola também pode ser entendida como de inserção social, quer dizer um mecanismo de socialização, levando o cidadão ao caminho da edificação de sua consciência ética e crítica. Por isso mesmo, o contexto de cidadania terá que ser formado à luz das práticas sociais, políticas, culturais e de comunicação dos sujeitos ligadas às suas dimensões cotidianas (POSSAMAI, 2014).

Zanella (1994, p. 100) pontua que:

A escola promove uma variedade de relações interpessoais cuja importância para o processo de desenvolvimento está em auxiliar, em muito a formação das funções psicológicas caracteristicamente humanas, ou seja, aquelas que fazem uso da linguagem. Essas interações que o indivíduo estabelece com as pessoas que o cercam, seja na escola ou em outro ambiente, exercem, portanto, papel fundamental para o desenvolvimento humano.

Na verdade, a escola é vista como o lugar onde se tem novas aprendizagens, onde se prepara as novas gerações, onde todos são iguais, e assume a função de socializar o desenvolvimento de conhecimentos e atitudes que a incorporem na vida social e política. Na sociedade em que vivemos, onde a era da comunicação, informação e novas tecnologias estão cada vez mais avançadas, a escola deve valorizar as experiências trazidas pelos alunos. Nesse sentido, a finalidade da educação é o próprio ser. De acordo com Saviani (2008, p. 51), a função das instituições educacionais seria de “ordenar e sistematizar as relações homem-meio para criar as condições ótimas de desenvolvimento das novas gerações”.

A escola é o grande instrumento para transformar o cidadão, tendo como papel principal de propagar os saberes acumulado ao longo do tempo pela humanidade tornando o cidadão um ser instruído.

A instituição de ensino deve propiciar um ambiente estimulador aos aprendizes, onde se leve em conta as diversas áreas de interesses, onde o educador seja um orientador da aprendizagem, ou seja, a aprendizagem seja a consequência da relação entre os educandos e educador e o ambiente. Por outras palavras, a escola tem a obrigatoriedade de construir um currículo que tenha em conta a realidade bem como os conteúdos básicos que farão parte do fazer pedagógico das salas de aula. Tendo o currículo como finalidade, a formação do ser

humano ético, autônomo e com conhecimentos científicos para a realização de suas próprias escolhas, a escola ao construir a sua identidade, terá que ter como referência o grupo e o meio em que está inserida, uma vez que esta vai trabalhar as dimensões pessoais, sociais e culturais do sujeito (SAVIANI, 2008).

Modolo (2007 p. 27) diz-nos que:

A escola é um espaço de contradições e diferenças. Nesse sentido, quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, partilhamento de poder, diálogo, respeito às diferenças, liberdade de expressão, garantimos a vivência de processos democráticos, a serem efetivados no cotidiano, em busca da construção de projetos coletivos.

A participação é o melhor meio de assegurar a gestão democrática da escola, permitindo o envolvimento de toda a comunidade na tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Garante um melhor conhecimento das finalidades e metas, do sistema organizacional e das relações da escola com a sociedade (ROVIRA, 2000).

No início do século XXI, de forma progressiva, notamos um crescimento da participação dos estudantes e das suas famílias nas escolas, acompanhando as transformações na educação. Professores, alunos e as suas famílias são os atores privilegiados, que colaboram no sentido de adaptar e contextualizar a escola e os seus programas educativos (BARROSO, 2005).

As mudanças ocasionadas pela globalização são notadas nas relações humanas e sociais, pois as crianças e jovens comportam-se de forma diferente e têm gostos parecendo “diferentes” dos jovens de alguns anos atrás. Eles lidam rapidamente com as novas tecnologias mudando assim o seu comportamento na escola. Para Caetano (2012, p. 93), “O comportamento das pessoas tem-se modificado devido às transformações econômicas, tecnológicas, sociais e políticas provocadas pela globalização”.

De fato, como seres sociais que somos, é necessário que o sujeito construa valores a partir da família valorizando assim o ensino e todos os indivíduos que fazem parte da escola, para que assim o educando tenha oportunidade de crescer, desenvolver-se e formar-se, tornando-se uma pessoa atuante na sociedade.

Para Teles (2008, p. 22):

[...] a Escola reveste-se de uma importância capital, pela sua variedade, pela riqueza de seus recursos e organização. Entretanto, o aumento da população escolar, o crescimento e a complicação da estrutura, como resultado das próprias exigências da sociedade, vão provocar uma série de problemas que

vêm se agravando e, se colocam a Escola em crise, clamam por soluções urgentes que a recolorem num compasso de desenvolvimento harmonioso.

Enfrentamos atualmente um grande desafio na educação brasileira que é o de ter uma educação de qualidade. Para Freire (2015, p. 47), “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

A escola deve estar aberta a inovações para que a aprendizagem ocorra de maneira eficaz, atendendo às necessidades dos educadores e educandos, fazendo com que seja o lugar de novas oportunidades na formação cidadã. Pensar a função social da escola é, portanto, refletir de forma posicionada política e ideologicamente, diante do que esta instituição faz ou deixa de fazer, do por que, para quem, quando e como faz.

Dourado (2009, p.205) afirma que:

A qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; nem, muito menos, pode ser aprendido sem tais insumos. Em outros termos, a qualidade da educação envolve dimensões extras e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos.

Para que aconteça uma educação de qualidade, é necessário a democratização do ensino, objetivando a formação do indivíduo, e assim contribuir para a cidadania, partindo de uma prática coletiva. Como exemplo desta política, temos o Programa Cooperjovem que trabalha a atividade coletiva, a cooperação dentro das escolas.

Dourado (2007, p. 926) evidencia que:

Desde a redemocratização do país, houve mudanças na educação brasileira, com destaque para a aprovação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu uma concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social inalienável, bem como a partilha de responsabilidade entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para a educação.

Assim sendo e, como refere Saviani (2008), a grande função social da escola consiste em desenvolver mudanças nos sujeitos e na realidade da comunidade envolvente.

3. EDUCAR PARA A CIDADANIA

Não há como falar em cidadania sem antes fazermos uma reflexão sobre o termo e ao que ele remete. O cidadão é o ente que constitui a cidade e o ato de cidadania é agir buscando sempre o bem comum desta polis, tendo como objetivo a satisfação de todos que a compõem.

O ato de cidadania como bem aborda o filósofo de Estagira (ARISTÓTELES, 2006) é essencialmente uma ação imbuída pela bondade, tendo na sua essência o bem comum, isto é, visando o bem dos que constituem a cidade como um todo e não a particularidade. A natureza humana é permeada pela necessidade de relacionar-se com o outro. As relações que permeiam a nossa vida constituem o ser social inerente à nossa maneira de vivermos. Segundo o autor supracitado Aristóteles (2006, p. 5), “Assim o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos”.

Somente os seres humanos têm a capacidade de exercer a cidadania; só o homem é um animal político por excelência. Os demais seres se relacionam também, mas apenas nós atribuímos valor às nossas ações, caracterizando-as como um ato não apenas natural, mas político, imbuído de cidadania, de valor.

A cidadania é o agir bem visando o todo social. Como assinalado, também percebemos a simetria entre o bem comum tendo como finalidade uma cidade e o bem individual, particular, objetivado apenas no eu particular. Assim, estabelece uma preponderância do bem comum sobre o bem privado. Mas só há bem geral quando as partes constituintes de uma sociedade agem virtuosamente. E a ação virtuosa dar-se-á por um único meio: o processo educativo. O processo de educação humana envolve duas vertentes: família e escola. É na família que o ser tem os primeiros contatos e é a partir deste eu que construímos a nossa formação. Mas, segundo Teles (2008, p. 22), “evidentemente, em uma sociedade tão complexa feita a nossa, a escola reveste-se de uma importância capital, pela sua variedade, pela riqueza de seus recursos e por sua organização”.

A escola é importantíssima para a constituição do ser humano. Ela possibilita-nos adquirir habilidades e nos imbuir de valores, influenciando no ser cidadão de cada um de nós que por ela passamos não se restringindo a um espaço de formação cognitivo. Embora seja uma das suas características primordiais, o espaço escolar não deve ser visto tão somente como um campo formativo, que visa o aspecto cognitivo e nada mais.

SESCOOP (2013, p. 15) assevera que:

Ainda que formar cidadãos éticos seja uma responsabilidade de toda a sociedade e suas instituições e não apenas da escola, esta é um espaço de convivência com muitas responsabilidades, pois as experiências de convívio que aí existem são mais amplas do que as do ambiente familiar e representam um estágio antecipatório da convivência social mais complexa.

A escola introduz no indivíduo o panorama de vivência social. Nela, as crianças e adolescentes imbuem-se do convívio social, são expostos a relações interpessoais, começam a realizar práticas cidadãs. É como se o âmbito escolar funcionasse como uma prévia da vida em sociedade, sendo ela mesma, desde já, uma prática relacional ao convívio entre os indivíduos.

Ainda sobre a função da escola, SESCOOP (2013, p. 49) diz-nos que,

Além de transmitir conhecimentos, a função da escola é contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo – nos níveis cognitivo, motor, afetivo e criativo – para sua socialização e aprendizagem dos valores predominantes na sociedade.

Quando nos referimos à educação temos que ter em mente a sua integralidade: cognitivo, social, desenvolvimento cidadão. Não podemos dissociar essas partes, caso contrário, teremos indivíduos muito bem instruídos, mas que não possuirão nenhum vestígio de cidadania. Teremos uma sociedade de gênios, de pessoas habilitadas, mas desprovidas daquilo que Aristóteles coloca como o bem supremo, isto é: o bem comum dos cidadãos.

3.1. Valores, Cidadania e Direitos Humanos

No contexto social da realidade brasileira, a nossa sociedade apresenta mudanças nos hábitos e nos valores dos indivíduos, ou seja, na formação das novas gerações, como explica Loureiro (2010, p. 15): “Os valores são os princípios orientadores na vida dos indivíduos”. Por outras palavras, os valores são princípios que as pessoas usam para escolher e justificar ações, isto é, que orientam o comportamento humano (ROHAN, 2000). Schwartz (1992), na busca da consistência das questões da universalidade/transculturalidade dos valores humanos criou a teoria dos valores universais. Esta teoria dos valores é composta por 10 tipos de valor que contêm uma ordem circular num *continuum* motivacional através de uma relação de dependência e oposição, em que cada dois valores mais contíguos ostentam motivações subjacentes semelhantes, enquanto cada dois valores mais distantes indicam motivações opostas. Este encadeamento repercute-se ao longo de toda a cadeia de valores (SCHWARTZ

et al, 2001). De acordo com Schwartz (1992) o sistema de valores humanos é organizado em duas dimensões motivacionais opostas. A primeira é constituída pela oposição entre a autopromoção (em que se incluem os valores do poder e da realização) com a autotranscendência (universalismo, benevolência). A segunda dimensão é caracterizada pela abertura à transformação (representa as motivações intelectuais e emocionais norteadas para os interesses pessoais, na qual se compreendem os valores autodeterminação e estimulação) *versus* a conservação (compreende os valores de segurança, consonância e tradição e diz respeito à conservação do *status quo* e das convicções que isso representa ao nível das relações, das instituições e tradições). Outra situação realçada na teoria dos valores é a existência de uma hierarquia que é estabelecida pelas prioridades motivacionais de cada sujeito, influenciado pelo seu passado, e sobressaindo nas suas atitudes e comportamentos (SCHWARTZ, 1992).

Para Rohan (2000) o sistema de valores é o método pelo qual a prioridade dos tipos de valores norteia as atitudes das pessoas e as suas deliberações comportamentais, com o intuito de descobrir a melhor maneira para viver. Assim, entendendo os seus valores poderemos anunciar os seus comportamentos (ROKEACH, 1972, *apud* TAMAYO, 2007).

Por sua vez, a crise dos valores significa que, o que motivava o agir de um grupo humano já não acontece e, em seu lugar surgiram outras motivações carregadas de novos valores. Quando falarmos dos valores da cidadania, encontramos recorrentemente mudanças, embora não se possa dizer que a mudança constitui um recuo nos valores ou o aparecimento de novas formas ou de novos conteúdos para os valores da cidadania (BENEVIDES, 1996).

Educar para a cidadania deve ser antes de tudo, condição de sucesso de qualquer educador de forma geral. A cidadania se submete à forma como se compreende, e como se exerce a autonomia da própria democracia.

De acordo com Freire (2015, p. 105),

A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas de liberdade.

A cidadania, como princípio de legitimidade política, conjunto de direitos e deveres e característica de um regime político em que o povo é a origem da legitimidade, é essencialmente o vínculo jurídico que liga o cidadão ao seu Estado (PERRENOUD, 2005).

Com o surgimento das novas tecnologias e da ciência vemos uma nova fase no campo educacional, pois há divulgação e nova construção do conhecimento.

Perrenoud (2005, p. 56) afirma que:

A ciência não é suficiente para desenvolver a ética ou garantir a democracia e, com isso, ressalta a dimensão cultural da cidadania afirmando que não é algo dado, se trata de uma construção histórica, coletiva e que, portanto, exige uma educação formativa de valores que se constrói em diálogo com a experiência. Educar para a cidadania implica no desafio de se construir meios intelectuais de saberes e de competências que sejam fontes de autonomia, de capacidade de se expressar, de negociar, de mudar o mundo.

No seu estudo sobre a participação política dos jovens na Europa, Ferreira (2005), ao analisar a necessidade da formação de “verdadeiros cidadãos”, verificou que a educação para a cidadania, fazia parte da agenda política europeia, uma vez que os jovens tinham consciência que, sem a sua participação na política, não havia democracia. Por sua vez, Perez Islãs (2006) ao realizar um estudo similar na América Latina, mais concretamente no Chile, verificou que a grande maioria dos jovens chilenos não iam votar nas eleições. Como tal, em sua opinião, Perez (2006, p. 149), afirma: “É preciso incentivar o jovem para a participação entendendo que a democracia não é apenas uma forma de governo, mas um processo, uma construção que também se vive na escola”. Assim, tendo em atenção estas duas realidades, podemos assumir que a educação tem um papel fundamental na formação da cidadania.

Segundo Santos *et al* (2011, p. 04),

Na procura da cidadania e da representação da construção humana através da sua dignidade, surge em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), designação pela qual é hoje conhecida a Declaração Universal dos Direitos do Homem, representando um passo fundamental para o ideal de uma cidadania global, mundial, planetária.

Nos anos seguintes à Declaração, deram início movimentações de forma a criar um consenso internacional sobre a sua atuação no mundo (PIOVESAN, 2005). Nesta altura, o Brasil vivia debaixo de uma ditadura militar (1964-1985). Porém, aos poucos a população brasileira começa a tomar consciência da importância dos Direitos Humanos. E, em 1982 é criado o Movimento Nacional de Direitos Humanos que tem o seu apogeu com a Constituição de 1988. A década de 1990 foi marcada por mobilizações e compromissos assumidos pelo Brasil que procuravam a reafirmação dos direitos conquistados (BRASIL, 2007). E a partir daí, o Brasil elaborou três Programas Nacionais de Direitos Humanos. O primeiro, lançado em 1996, procurava analisar os direitos civis e políticos alcançados dez anos, após o fim da

ditadura militar. O segundo, de 2002, associou discussões relativas aos direitos sociais, econômicos e culturais. Por fim, o terceiro, de 2008, foi publicado após 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e abarcou diversos setores da sociedade procurando vencer distintas formas de desigualdade (BRASIL, 2010).

Em tudo isto, o Brasil, através da DUDH procura a sensibilização para a construção de valores através de uma cidadania democrática, ativa e que procura alcançar a igualdade. (CARVALHO, 2007).

3.2. Educação em Valores: A Escola como Espaço de Formação para a Cidadania na Sociedade Contemporânea

Como temos vindo a referir ao longo desta investigação, a escola é primeiro espaço social que é anunciado à criança após a experiência familiar. O espaço escolar permite ao educando participar em projetos e escolhas que irão contribuir para o seu futuro e desenvolvimento como cidadão. É através deste processo, que a criança começa a compreender o seu papel na sociedade, ao interagir e aprender com os colegas. Por isso, tanto na infância como na adolescência, início da interação sujeito-sociedade, a escola desempenha um papel decisivo e importante, dado que, ao fomentar o diálogo e a participação, permite que as relações sociais se tornem a base de apoio do desenvolvimento psicossocial e humano das crianças (CERTEAU, 2009).

Assim sendo, numa educação para a cidadania, desde cedo que se deve trabalhar a educação para os valores, pois esta garante a relação direta com os aspetos humanos do indivíduo. Por isso mesmo, Saviani (2008, p. 10),

Toda e qualquer reflexão sobre os problemas educacionais inevitavelmente nos levará à questão dos valores. Pelo lugar que desempenham na realização do indivíduo e no desenvolvimento da personalidade humana, os valores são considerados de maneira central e sistemática na ação educativa.

A construção de valores na escola reflete as práticas pedagógicas instituídas, como Marques (2007, p. 10), destaca: “As práticas excelentes exigem do agente a aquisição e o uso das virtudes intelectuais e das virtudes do caráter. A prática pedagógica não é exceção”. Para o referido autor (*ibidem*), uma escola sem justiça, moderação, estima, audácia, confiança e crença, não consegue subsistir ao domínio das instituições.

Do ponto de vista educativo, educar para os valores significa que a escola tem a tarefa de ajudar os seus alunos numa reflexão que envolva valores sociais e pessoais, e que abranja escalas de valor, onde o respeito pela hierarquia de valores seja tratado, de maneira que o aluno se sinta capaz de escolher entre os valores menos nobres e os mais nobres. Porém, não podemos esquecer que o entendimento dos valores é um processo individual e que só quando o sujeito os vivencia, é que estes de fato existem para ele. Não é exequível a valorização pessoal sem uma percepção de escolha livre. É então necessário encontrar caminhos de acordo com as necessidades e conjunturas de cada escola (PUIG, 1998).

Os valores ao refletirem o caráter de cada sujeito, sendo uma manifestação do legado cultural, moral, afetivo, social e espiritual concedido pela família, pela escola, pelos pares, pelas instituições e pela sociedade em que vivem, obrigam-nos pensar numa educação que propicie subsídios para que o cidadão saiba ter respostas para as dificuldades que irá enfrentar no seu dia a dia. Como a escola não tem competência para suportar toda esta tarefa, tem que haver uma responsabilidade partilhada com a família e com a sociedade em geral (SAVIANI, 2002).

Desta forma, é necessário buscar novos caminhos, novas práticas pedagógicas que incentivem os jovens a participarem da vida em sociedade, de forma crítica e autônoma, de forma que estes sejam capazes de se questionarem sobre as injustiças sociais e lutarem por uma vida digna para todos (PATÁRO; ALVES 2011).

Como refere Bolívar (2007, pp.165-166) “educar em valores deveria significar a criação de um meio ou de um ambiente educativo, como ação conjunta partilhada”, tendo sempre presente que, hoje em dia, educar em valores não pode apenas dizer respeito ao professor, mas também a outros agentes sociais.

Segundo Araújo (2007, p. 1), “o desafio passa a ser traduzir todos os princípios em estratégias pedagógicas que tragam para o cotidiano das salas de aulas a preocupação com a educação em valores [...]”. Cabe à escola buscar projetos baseados no trabalho colaborativo com temáticas que envolvam a ética, os direitos humanos com novas ações desenvolvidas no cotidiano das aulas e que impregnem todo o ambiente escolar educacional e familiar, de forma que todos sejam levados a refletir e conviver todos os dias com tais preocupações.

Cada vez mais as escolas brasileiras, nos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), têm a preocupação de adotar a instrução e a formação para a cidadania como os fulcrais da Educação (ARAÚJO, 2003). Esta preocupação segue os artigos 2º, 9º e 27 da LDBEN 9394/96 que assume que os dois grandes objetivos centrais da educação são a instrução – a

necessidade de um currículo que assegure conteúdos mínimos e uma formação básica comum – e a formação para o exercício da cidadania, tornando-se ambas indissociáveis.

Em todas as instituições de ensino, é preciso garantir a igualdade de acesso, de forma que o processo de ensino e aprendizagem seja de acordo com as necessidades e interesses da comunidade. Para garantir à criança o conhecimento essencial à construção da cidadania é necessário “conhecer, fazer, viver juntos, e ser”, que são os quatros pilares da educação, bem explícitos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

Para haver sucesso, a escola deverá seguir as indicações emanadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), onde, segundo Pátaro e Alves (2011, p. 05) vêm referindo que “os princípios e valores relacionados à justiça, igualdade, equidade e solidariedade, se podem revelar como um caminho frutífero para a elaboração de programas educacionais que objetivem a educação em valores”. Dado que a nossa sociedade enfrenta cada vez mais o problema da indisciplina, violência e a indiferença dentro das salas de aula e na vida familiar, estes programas podem auxiliar a prática docente na formação para o exercício da cidadania. Tendo em conta que a escola contribui para a formação de valores para a cidadania, ela precisa desenvolver novas práticas cotidianas que levem os educandos a analisar e atuar criticamente diante da realidade atual. É a partir daí que recorreremos à DUDH na escola, na busca de reconhecer o direito de todos os seres humanos assegurando o reconhecimento de todos os princípios e valores contidos nele.

Para Silva (2011, p. 04), “faz-se necessário uma metodologia de ensino que haja de maneira preventiva, na educação de valores éticos e morais, na formação consciente do indivíduo que reflete ética e moralmente diante de situações conflitantes.” Vê-se desta maneira a importância de levar ao aluno a refletir sobre o seu papel na sociedade diante de todas as circunstâncias vividas. É necessário que tenhamos a preocupação de transmitir novos valores aos alunos para que eles cresçam e se desenvolvam, tomem decisões que busquem a coletividade e possam no futuro transmitir para as outras pessoas os valores que lhes foram transmitidos.

Segundo Pátaro e Alves (2011, p. 06):

Diante disso, adotamos a concepção de que os valores não estão predeterminados geneticamente na pessoa ao nascer e nem são internalizados de fora para dentro, mas é o resultado das ações do sujeito no mundo em que vive, e por isso podem ser exercitadas na escola.

A DUDH contém trinta artigos e contempla direitos fundamentais para uma educação voltada para a dignidade. Abordar direitos humanos na escola é uma necessidade por se tratar de um espaço de construção do conhecimento e de convivência.

Segundo Pátaro e Alves (2011, p. 11):

O trabalho com os artigos da DUDH em sala de aula é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e vivência dos valores da liberdade, da cooperação, da tolerância e da paz. A vivência de tais valores acontece mediante o uso de metodologias diversificadas, que ajudem a levar alunos e alunas a se depararem com problemáticas vividas por eles mesmos no cotidiano.

Sabemos que a Declaração dos Direitos Humanos é um ideal a ser alcançado por todos os povos e nações, que cada ser humano e cada setor da sociedade tenham esta Declaração sempre em mente, fazendo com que, através do ensino e da educação se tenha o respeito a esses direitos e liberdades, assegurando o seu reconhecimento efetivo entre os povos. Assim, para haver um trabalho direcionado para os direitos humanos é necessário realizar nas instituições de ensino o resgate dos valores humanos, para assim garantir os seus direitos, através, por exemplo, de programas de cooperativismo.

CAPÍTULO II – EDUCAR NO COOPERATIVISMO PARA DESENVOLVIMENTO

1. GÊNESE DO COOPERATIVISMO EDUCACIONAL NO BRASIL

O berço do cooperativismo deu-se em Rochdale, Inglaterra, quando da Revolução Industrial, altura em que foi criada uma associação com 28 pessoas, sendo a maioria tecelões, onde estabeleceram um projeto para a criação de uma cooperativa de consumo que veio a ter o nome de “Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos” (GAWLAK, 2007).

Na história do Brasil verificamos que desde a colonização, a ação dos jesuítas era movida pelo amor e o princípio da ajuda mútua, como também a prática encontrada pelos indígenas brasileiros do trabalho em grupo. Com a chegada dos imigrantes italianos e alemães trazendo novas experiências de seus países de origem formaram “Organizações Comunitárias”, em todo território nacional, em especial no Sul para solucionar problemas de produção, consumo e crédito. Porém, só em finais do século XIX (1889) é que surgiu a primeira cooperativa de consumo, em Ouro Preto (MG), com o incentivo de funcionários públicos, profissionais liberais militares e operários (GAWLAK, 2007). E a partir daí as cooperativas foram surgindo por todo o país. Um século mais tarde, mais concretamente em 1987, verificamos haver uma mobilização do Cooperativismo Brasileiro, para uma maior atuação dos associados e menor ingerência do governo.

Relativamente ao cooperativismo educacional, à primeira escola cooperativa brasileira e de toda a América Latina, nasceu em Belo Horizonte, em março de 1948. Foi formada por professores de antigas escolas técnicas de comércio, públicas e privadas, sendo inicialmente designada de Escolas Reunidas Cooperativa Limitada, vindo mais tarde a ter o nome de Cooperativa de Trabalho Educacional Ltda. (Cotel). Em março de 1950 foi fundada a Escola Técnica de Comércio Tito Novais e depois alterando o nome para colégio Tito Novais, mantido pela Cotel. Tinha como objetivo oferecer o ensino fundamental, curso pedagógico, e curso Técnico-comercial e de Contabilidade. Nesta década de 1950 vieram a nascer outras cooperativas de ensino, como a do Rio de Janeiro, fundada por pais de alunos e pessoas da comunidade. Já nos finais de 1970, no interior do Estado de Goiás também um grupo de pais de alunos criou uma cooperativa educacional. Nos inícios de 1980, no Distrito Federal, é formada uma cooperativa de professores das redes pública e privada de ensino e, outra vez em Goiás, é criada por pais de alunos uma associação educacional. Ao longo dos anos de 1990 muitas outras cooperativas educacionais foram sendo criadas (GOMES, 2006).

As cooperativas educacionais fomentam educação baseada na cidadania e na democracia visando o crescimento na comunidade e na cooperação. O ramo do cooperativismo educacional não é ainda um dos mais fortes na educação brasileira. Estas escolas funcionam como uma escola normal, em que se respeitam todas as diretrizes do MEC. Os pais gerenciam os recursos financeiros e definições dos métodos pedagógicos aplicados, de forma democrática e estão ligados ao conselho pedagógico da cooperativa sem estimular competições entre si.

A escola cooperativa passou a constituir a história educacional do Brasil. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que foi criada em 1969, no IV Congresso Brasileiro do Cooperativismo, aparece para unificar e fortalecer o cooperativismo brasileiro, a qual é a representante oficial no país com neutralidade política e religiosa no cooperativismo. A OCB representa as cooperativas no país e promove uma gestão democrática e transparente dando suporte necessário ao seu desenvolvimento.

Segundo Gomes (2006, p. 1):

A escola cooperativa no Brasil, além de ser um dos componentes do cooperativismo educacional, historicamente constitui o sistema educacional brasileiro, e se apresenta como importante forma de organização política e social de segmentos da classe média no País, principalmente porque começou a ser organizada em momentos de dificuldades financeiras e educacionais enfrentadas por seus fundadores, em consequência de diversas crises ocorridas na economia nacional.

Para Grispino (2002), as escolas cooperativas não visam o lucro e sim o trabalho coletivo para melhorar o ensino de seus filhos, pois “é um trabalho interativo entre família e escola.” Estas escolas revelam um padrão muito bom de ensino e de ótima qualidade sendo regidas pela Lei Federal nº 5.764/71.

Existem hoje mais de 300 cooperativas cadastradas na OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), e este número vem aumentando. Todas têm vindo a realizar uma educação comprometida com o desenvolvimento da comunidade escolar, resgatando a ajuda mutua a plenitude da cidadania.

As cooperativas educacionais segundo a Cartilha da OCB (1996c, p. 10) evidencia que “o governo Federal já encara essas cooperativas como parceiras importantes na área da educação”. Elas desempenham um papel de suma importância na vida das comunidades, mostrando que a cooperação pode ajudar a mudar a vida da comunidade com o trabalho

coletivo dentro das escolas. Na escola cooperativa o aluno torna-se um cidadão mais dedicado e preocupado com o seu papel na sociedade brasileira.

O cooperativismo vem crescendo, tornando-se parceiro nas escolas públicas e ampliando o cooperativismo dentro das instituições de ensino, levando os valores do cooperativismo e novos conhecimentos através do Programa Cooperjovem.

2. PROGRAMA COOPERJOVEM

O Cooperjovem é um programa da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fomentado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que existe desde o ano 2000, e que tem como intuito estimular o cooperativismo através da escola. Por isso, o seu objetivo é o de promover uma relação de ensino e aprendizagem traçada a partir dos princípios, valores e da prática da cooperação que sustentam a doutrina do cooperativismo. Este programa tem uma abrangência nacional, sendo desenvolvido pelas Unidades Estaduais do SESCOOP e pelas cooperativas, com o apoio das secretarias de educação dos municípios que fazem a adesão voluntária ao programa (SESCOOP, 2013).

O Programa Cooperjovem está sendo considerado um projeto sócio cultural, uma vez que ajuda a contribuir para uma sociedade melhor. Ele colabora com informações e formação buscando o interesse da comunidade escolar pela cultura da cooperação, melhorando o aprendizado e mostrando que a educação é o instrumento universal, motor das mudanças na sociedade. Este programa fora implementado pela OCB e SESCOOP nas unidades estaduais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas (SESCOOP, 2013).

Segundo o SESCOOP (2013, p. 28), o Cooperjovem:

[...] é um Programa das Cooperativas Brasileiras, desenvolvida pelo serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo desde 2000, que integra as ações da Gerência de Promoção Social e está inserido na diretriz de promoção social do SESCOOP.

A prática da ajuda mútua vivenciada na escola influencia o processo de ensino e aprendizagem. As experiências e o trabalho conjunto fazem com que cresçamos tanto na moral como intelectualmente, dando assim o sentido de união e valorização do ser humano, transformando e aprimorando novas práticas de ensino e aprendizagem dentro das escolas e cooperativas educacionais, como propõe o Cooperjovem. Este Programa consegue sensibilizar os alunos e os professores para a adoção dos valores ligados ao cooperativismo, de maneira

que o processo seja compreendido como uma opção econômica e social mais solidária, mais correta, democrática e participativa (SHNEIDER, 1993).

Segundo Frantz (2001, p. 244) “ao estimular ou levar práticas cooperativas para dentro da escola, busca criar uma nova ‘base pedagógica’ no espaço formal e intencional da educação, da aprendizagem que ali se processa.” O Programa fundamenta o entendimento de que a sociedade brasileira precisa de profundas mudanças, novos modelos de descoberta do conhecimento.

O SESCOOP (2002, p. 9) diz que:

O Programa Cooperjovem, através da Turma da Cooperação, colabora com o trabalho da Escola no preparo dos jovens para as transformações cotidianas de nossa sociedade globalizada e as consequências advindas do progresso tecnológico. O Cooperativismo como forma efetiva de enfatizar valores essenciais como solidariedade, autonomia, responsabilidade, democracia, igualdade e equidade, honestidade e ajuda mútua.

Devemos incentivar as crianças e jovens na busca dos valores para o exercício de sua cidadania, lutando assim por um mundo mais justo, com esperanças positivas, e que ofereça possibilidade para termos realização pessoal.

De acordo com o SESCOOP (2013, p. 47), “O Cooperjovem é um Programa de adesão voluntária e livre, que é o primeiro princípio do cooperativismo”. Os municípios que fazem a adesão entram em contato com o SESCOOP Estadual, e este visita as escolas que desejam participar, mobilizando e sensibilizando os gestores, professores, funcionários e alunos a vivência do trabalho coletivo buscando novas atitudes, novas práticas educacionais, oferecendo formações continuada dentro dos princípios e valores cooperativistas aos educadores.

A formação dos professores é fundamental para o bom andamento do programa. O intuito de formar professores segundo o SESCOOP (2013, p. 14) é buscar:

[...] oportunizar que os educadores construam conhecimentos e desenvolvam habilidades e atitudes decorrentes do pensar crítico sobre a prática educativa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino, na perspectiva de construir uma escola apta a responder exigências de uma sociedade em constante mudança. Almeja colaborar para a formação de profissionais reflexivos, que problematizem seu fazer à luz de valores e experiências cooperativas e que se tornem capazes de, permanentemente, redimensionar a ação docente em busca de uma prática pedagógica reflexiva, consciente, inovadora e cooperativa.

Na escola, o professor de cada disciplina dirige o processo educativo e o SESCOOP apenas orienta de maneira sugestiva as aulas, adaptando-as ao ritmo dos valores e princípios cooperativistas, buscando o interesse da turma, aproveitando e transformando situações e vivências de maneira que estas facilitem a compreensão de tudo que está sendo ensinado, cabe abraçar a sugestão.

Para o SESCOOP (2013, p. 11) “O grande desafio desta formação é sensibilizar e mobilizar os educadores para o exercício de uma educação cooperativa, de modo que se tornem parceiros na criação de uma cultura da cooperação no ambiente escolar”.

Nem todos os professores e funcionários fazem a adesão ao programa, alegando falta de tempo, que não quer o comprometimento com mais um programa existente, demonstrando também que preferem trabalhar de forma individual a construir um trabalho coletivo. O professor que faz adesão ao programa trabalha os conteúdos relacionados à disciplina que leciona de forma coletiva, com metodologias diversificadas de grupo, que é essencial ao programa. O professor é peça fundamental no processo, pois é ele quem vai ministrar as aulas e envolver os alunos na cultura da cooperação. Ele está na ponta do todo, relacionando-se direto com os alunos.

Apesar de alguns profissionais não abraçarem a proposta do Programa, é interessante para que o programa flua de maneira mais efetiva, que a maior parte dos professores participem, envolvidos e atrelados ao coletivo (SESCOOP, 2013).

O Programa é pensado dentro do contexto do Ensino Fundamental, para alunos de 6 a 14 anos em Escolas públicas ou cooperativas educacionais. São oferecidas três maneiras para que o educador trabalhe o programa em sala de aula: como conteúdo interdisciplinar, como disciplina e como projeto especial. De acordo com o SESCOOP (2013, p. 107), a partir de 2014 houve uma inovação na metodologia do Programa com o trabalho com PEC (Projeto Educacional Cooperativo) nas escolas que “incentivam as ações coletivas e a valorização da participação social e do trabalho coletivo”. Em 2015 o Programa funcionava nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Piauí e Rondônia.

Segundo o SESCOOP (2015) Nacional os dados são (**Tabela 01** e **Tabela 02**):

Tabela 01: Dados Nacionais do Programa Cooperjovem (2015).

Escolas Participantes	Professores envolvidos	Cooperativas envolvidas	Alunos beneficiados	Municípios abrangidos
411	2.132	79	91.609	140

Fonte: SESCOOP Nacional (2016).

Tabela 2: Dados Nacionais do Programa Cooperjovem (2017).

Escolas Participantes	Professores envolvidos	Cooperativas parceiras	Alunos beneficiados	Municípios abrangidos
630	5.832	108	119.319	193

Fonte: SESCOOP Nacional (2018).

Tendo em atenção às duas tabelas, fácil é de constatar que o número de participantes tem aumentado. Na Paraíba, o programa já está implantado desde 2001 segundo Petrucio Mamede (2016), analista de cooperativismo e monitoramento do SESCOOP/PB. Neste estado, o Cooperjovem iniciou com a adesão de 05 municípios.

Em 2017 ele estava implantado de forma voluntária em 09 municípios paraibanos como mostra a tabela abaixo (**Tabela 03**):

Tabela 03: Dados Estaduais do Programa Cooperjovem 2017.

Cooperativas parceiras	Municípios	Escolas	Professores	Alunos
03	09	17	278	5.301

Fonte: SESCOOP Estadual da Paraíba (2018).

Este aumento na adesão mostra uma efetiva atuação do Programa nas Unidades de Ensino, o que vem proporcionando melhoria do ensino e da aprendizagem, nas relações interpessoais.

No Estado, o Cooperjovem tem como centro de difusão uma Unidade Estadual, que é responsável em coordenar o programa neste âmbito e levar as informações e divulgação dos resultados de como anda o programa para o nacional. Ademais, cabe à Unidade Estadual promover também as formações para os professores e fornecer certificados, buscar parcerias

com cooperativas e Secretarias de Educação e definir com os parceiros locais a entrega de materiais didáticos do programa para que seja levado aos municípios, às escolas participantes, apoiando, desta forma, a todo o momento as escolas que participam do programa.

Segundo o SESCOOP (2013, p. 14) “A Unidade Estadual é responsável pela coordenação do desenvolvimento do Programa no Estado, além de compartilhar as informações com a Unidade Nacional”. Todo o acompanhamento nos municípios é feito por um analista de cooperativismo e monitoramento do SESCOOP/PB.

A Unidade Estadual está muito próxima das Secretarias de Educação e escolas, contribuindo com os educadores no resgate dos valores, incentivando o trabalho coletivo, proliferando a cultura da cooperação.

É preciso novas iniciativas educativas para que não se perca o respeito, a solidariedade e a ajuda mútua entre as pessoas. Então é importantíssima esta nova metodologia pedagógica cooperativa que está sendo incentivada nas escolas para melhorar a qualidade de vida. Para o SESCOOP (2013, p. 15), “Ela é uma prática democrática que auxilia na compreensão da complexidade da vida em comunidade e possibilita aprendizagens significativas para o desenvolvimento pessoal e social”.

Segundo o SESCOOP (2013) os municípios são livres para fazer a adesão ao programa e sensibilizar os gestores e educadores de escolas a também aderir ao programa.

A Secretaria de Educação torna-se parceira que incentiva e viabiliza a participação dos educadores das escolas públicas ou cooperativas educacionais nas formações, visita as escolas, participa das ações desenvolvidas do programa na escola, e segue as orientações do SESCOOP Nacional e Estadual com interlocução de um responsável da secretária de educação do município e também da cooperativa parceira quando a escola tem. A escola que não tem parceria de cooperativas, o próprio SESCOOP assume a total responsabilidade com essa escola.

2.1. Origem do Programa

O Programa Cooperjovem é uma realização da COOPERGRAF, Cooperativa dos Profissionais Gráficos de Brasília – DF, que nos anos de 1980, criou um material ilustrado, com a forma de revista em quadrinhos, onde o cooperativismo aparecia de forma lúdica, através dos personagens da “Turma da Cooperação”. A partir daqui, desencadeou-se toda uma ação dinâmica onde, através da revista, trabalhavam-se valores ligados ao cooperativismo para jovens que frequentavam a escola, criando-se então o Programa Cooperjovem.

Segundo o SESCOOP (2013, p. 07):

O projeto “Iniciando a Cooperação” já vinha sendo aplicado pelo Sistema, desde o final de 2000, no Programa Cooperjovem de propriedade da Coopergraf, mas em janeiro de 2002, o sistema OCB/SESCOOP em parceria com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento desenvolveu metodologia própria para o Projeto “Iniciando a Cooperação”, utilizando como suporte o mesmo material didático do Programa Cooperjovem.

O Ministério da Agricultura antes já tinha o Programa Cooperativismo e Associativismo na Escola Rural com a parceria da OCB/SESCOOP, após ter adquirido a marca e os personagens do Cooperjovem, desenvolveram esta nova metodologia. A LDB permitiu uma abertura maior para trabalhar, sobretudo depois que a municipalização da educação do ensino fundamental facilitou bastante o trabalho que antes era um pouco restrito.

O Cooperjovem é desenvolvido pelo SESCOOP desde 2000, e faz parte das ações de Gerência Promoção Social do próprio SESCOOP. Segundo Gawalak (2007, p. 86), “O SESCOOP foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 03 de setembro de 1998, para viabilizar a Autogestão do Cooperativismo Brasileiro, e pelo Decreto 3.017, de 06 de abril de 1999”.

O SESCOOP monitora o controle da gestão de cooperativas, coordena e supervisiona programas, colabora com o poder público em assuntos relacionados à formação profissional, divulga a doutrina e a filosofia cooperativista, promove a cultura cooperativista, entre outras atividades.

Em 2007, a Resolução SESCOOP nº 109 institucionalizou o Programa Cooperjovem, implementando uma proposta metodológica de educação, construída a partir de valores cooperativistas como: justiça social, solidariedade, participação, igualdade, liberdade, equidade e autonomia nas cooperativas educacionais e escolas.

Na Resolução SESCOOP nº 109, de 19 de junho de 2007, diz que:

As ações que buscam divulgar a doutrina e a filosofia cooperativista como forma de desenvolvimento integral das pessoas, compreendidas, entre elas, a capacitação de professores e oficinas de educandos, que atendam o disposto no inciso VII do artigo 1º do Regimento Interno do SESCOOP e poderão ser oferecidas aos mesmos, como forma de disseminação da cultura cooperativista.

O SESCOOP com esta Resolução desenvolve a educação cooperativa, de maneira que todos construam novas maneiras de aprendizagem de forma coletiva, levando sempre em

conta o outro e partindo do pressuposto que cada um constrói a unidade coletiva da sociedade. Que dependemos uns dos outros e que, se nos unirmos, desenvolveremos uma educação mais significativa, o que desembocara numa sociedade mais justa e equitativa.

O Cooperjovem é um programa a nível nacional como diz no artigo 3º da Resolução SESCOOP nº 109 de 19 de Junho de 2007 e está inserido em vários estados da federação: “Art. 3º - O Programa Cooperjovem terá abrangência nacional, sendo implementado pela Unidade Nacional em parceria com as Unidades Estaduais, cooperativas e escolas”.

O Programa tem parceria de cooperativas e outros órgãos, com diferentes responsabilidades, que são fundamentais para o exercício da cidadania e sucesso do programa. Sem a parceria com instituições o próprio Programa contradizer-se ia, tendo em vista que não faria a cooperação tão propagada nele.

Em 05 de novembro de 2007, a Portaria Nº 036 institui a implantação e acompanhamento do Programa de acordo com os termos do inciso III do art.23 do Regimento Interno, da Resolução nº 05/2000 e também de acordo com o art. 8º da Resolução 109 de 19.06.2007. Já em 2012 houve o aprimoramento do Programa em âmbito Nacional, sendo hoje desenvolvida a unificação da metodologia entre as unidades estaduais de forma que haja a valorização do ser humano, tornando-o cada vez mais participativo dentro da sociedade, desenvolvendo projetos Educacionais Cooperativos entre secretarias de educação, escolas e cooperativas.

2.2. Metodologia Educacional Cooperativa

Na sociedade globalizada em que vivemos, existem indivíduos de diferentes raças, culturas, religiões e valores. A educação é o meio de transformar estes indivíduos, pois possui uma dimensão moral, ela vai formando-se através das experiências vividas e situações presenciais, na perspectiva do desenvolvimento da capacidade de autonomia das crianças, adolescentes e jovens.

Autonomia segundo Soares e Pereira (1997, p. 04 *apud* JÚNIOR, 2007, p. 12):

[...] trata-se de um valor que hoje se constitui numa categoria central da essência da vida humana, e como tal, confere o poder de determinar os processos e as estratégias de ação, escolher caminhos e alternativas, bem como objetivar desejos e ideais no sentido de efetivar a ação crítica nas mais diversas situações que a vida nos impõe.

Na sociedade hodierna percebemos que esta falta de autonomia está na base formativa. O esfacelamento da unidade entre os seres humanos, a perda da noção de comunidade, o individualismo exacerbado tem se tornado a característica das nossas crianças e jovens. Muitos alunos não desenvolvem o senso crítico sobre a realidade, tão comum aos gregos antigos, nos tempos áureos da Grécia Clássica. Embalados por uma lógica capitalista e sem uma moral que os limites, nem o equilíbrio entre os valores morais e o valor financeiro, o ser humano perde-se no seio do capital como realçam Bomeny e Freire-Medeiros (2010). O modo capitalista de vida gera cada vez mais o individualismo, a ganância, o egoísmo. O ser humano perde a sua essência: a vida e o espírito comunitário. Um agrupamento humano só se forma na sociedade se os indivíduos forem solidários uns com os outros. Se cooperarem, a paz social permeará a sociedade, mas se continuarmos isolados nos afastaremos e nos destruiremos uns aos outros ainda mais.

Sobre isso More (2005, p. 51) afirma que:

Platão previra facilmente que o único meio de organizar a felicidade no homem era a aplicação do princípio de igualdade. Ora, a igualdade é, creio impossível num Estado em que a posse é particular e absoluta, porque cada um se apoia em diversos títulos e direitos para atrair para si tudo quanto possa, e a riqueza nacional, por maior que seja, acaba de cair na posse de um número de indivíduos que deixam aos outros apenas indigências e miséria.

Ao aniquilamento e esfacelamento da sociedade leva o individualismo hiperbólico. Ante esta realidade cada vez mais acentuada, o Cooperjovem visa trazer para nossos jovens alunos uma consciência comunitária, baseada na ajuda mútua. Para o SESCOOP (2013, p. 9), “O Sescoop estruturou o Programa Cooperjovem de forma a proporcionar à comunidade escolar uma reflexão sobre sua realidade que possibilite uma mudança comportamental e atitudinal pautada na educação cooperativa”.

Espera-se que os alunos convivam democrática e solidariamente, que sejam seres críticos e criativos, vislumbrando no cooperativismo uma alternativa que possa ser viabilizada por todos, para que participem da vida social e cidadã.

O SESCOOP (2002, p. 20) evidencia que:

Para o desenvolvimento integral do aluno, é fundamental que sua aprendizagem seja baseada na aquisição de competências e habilidades, pois é desta forma que haverá possibilidade de exercício de sua cidadania e de sua qualificação para o trabalho.

Ao ingressar na escola, a criança já leva consigo bagagem e conceitos, experiências e conhecimentos. Então o ensino deve ser coerente com a realidade do educando. Cabe à escola e ao educador servir-se da metodologia participativa, usando a criatividade, o trabalho coletivo, aproveitando cada situação para transformá-la em vivências e conceitos que facilitem a compreensão de que está sendo praticado.

Segundo Gawlak (2007, p. 9) “a educação participativa oportuniza novos caminhos e novas formas de convivência. Desenvolve a igualdade e a liberdade no direito de pensar, ouvir, analisar, aprovar, avaliar, e agir”. Os indivíduos passam a descobrir o seu potencial e desenvolvem valores, atitudes, comportamentos que melhoram a vida com o trabalho cooperativo.

Os programas de cooperativismo nas escolas possibilitam às instituições de ensino o entendimento que a sociedade brasileira precisa de mudanças e transformações, especialmente na educação básica. A partir daí nasce a proposta de implementação de programas cooperativos nos espaços escolares com uma nova metodologia.

Para Frantz (2001, p. 245):

O Programa de Cooperativismo nas Escolas coloca como possibilidade de contribuição e participação desse processo de mudanças e transformações a intervenção pedagógica nas práticas de educação e da cooperação, presentes nas atividades escolares, com a expectativa de que produzam os seus integrantes novos valores, novas visões, novos comportamentos, enfim, de que se eduquem sujeitos, comprometidos com as mudanças, e construtores de uma sociedade mais justa, na qual se superem as profundas diferenças sociais, antagonismos e contradições hoje existentes.

Percebemos que o programa propõe uma nova prática educativa, fundamentada na cooperação e não na competição, que busca estimular a organização de práticas cooperativas no processo da educação escolar contribuindo para que realmente aconteçam mudanças e transformações em nossa sociedade.

Através da cooperação se estimula a responsabilidade social de forma especial em educandos e educadores das escolas, no sentido de fomentar a formação de sujeitos sociais construtores de uma sociedade participativa.

Frantz (2001, p. 248) evidencia que:

A possibilidade de poder contribuir para o desenvolvimento, para as mudanças e transformações da realidade, através da educação cooperativa, tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações envolvidas, coloca o desafio ao PEC – Programa de Cooperativismo nas Escolas, de

construir espaços de poder pelo entrelaçamento das práticas de cooperação, como processos sociais de afirmação e emancipação de seus sujeitos.

As utilizações de novas metodologias educativas com enfoque na qualidade de desempenho do educando contribuem para a formação cidadã. São novas estratégias coletivas que, entre outras, pode facilitar a atribuição de significados de aprendizagens, como Gawlak (2007, p. 9) afirma: “A soma dos atos, experiências e trabalhos em conjunto promovem o crescimento moral e intelectual, dando sentido de união”.

A sociedade capitalista incentiva cada vez mais a competição entre os indivíduos, onde os bens estão concentrados apenas para alguns, fazendo com que muitos se sintam fracassados. Com a cooperação temos oportunidade de desenvolver a autonomia, dando condições de resgate dos valores morais antes esquecidos pelos educandos nas instituições de ensino. Aqui, a metodologia de ensino do educador é essencial para que se implante a cultura da cooperação.

Como diz o SESCOOP (2013, p. 25):

O trabalho do educador, nesse novo contexto, visa a desenvolver os alunos como pessoas, nas suas múltiplas capacidades, além de construir conhecimentos. Para concretizar essa tarefa, é preciso uma atuação profissional, mais do que técnica, sensível às diferenças culturais, sociais e pessoais dos alunos, que rejeite a desigualdade ou a exclusão e que, conscientemente, seja aliada da construção do sucesso das aprendizagens.

No seguimento do pensamento do SESCOOP, se fortalecerá o ambiente educativo, fazendo com que a educação seja de qualidade, havendo a socialização da prática do respeito e solidariedade entre os educandos e educadores. Ao estimular práticas cooperativas nas instituições de ensino, estamos a colaborar na formação de espaços mais democráticos. Para Monroe, (1985, p. 370) “O sentido da educação encontra a sua significação total neste processo de relacionar o indivíduo com a sociedade, a fim de assegurar o desenvolvimento da personalidade e do bem-estar social.” A prática do cooperativismo leva a uma maior consciência cidadã, social. Uma maior responsabilidade para com o outro, a comunidade.

2.3. Interação entre Cooperativa e Comunidade

Como temos vindo a referir ao longo deste trabalho, é da essência humana o ser social que naturalmente somos impulsionados a viver em comunidade. De acordo com Villa (2000, p. 122):

Aristóteles sustentava que o homem é por natureza, e atentado para o seu bem e para a sua finalidade, “um animal político”. O homem necessita dos outros homens para poder viver, pois não basta a si mesmo, de forma que para conseguir sua perfeição, deve romper a barreira do isolamento e da solidão.

As relações comunitárias são a base da sustentação humana, inclusive a biológica. Sem comunidade, a vida humana seria esfacelada, como Villa (2000, p. 127) declara: “A pessoa não é feita para a solidão, mas sim para a comunidade”.

Vivemos com outras pessoas, que fazem parte da “comum unidade” existente num dado ambiente, tenha esse à proporção que tiver: grande ou pequena.

É mais do que notório a importância da vida comunitária. Mostra-se nitidamente para nós a importância deste viver com o outro, pois somos levados a conjecturar que se os homens perderem o sentido da comunidade e se isolarem uns dos outros, sem vínculos, definharão e morrerão (VANIER, 2009).

Diante dessa importância da vida comunitária, o Programa Cooperjovem vem colaborar para o fortalecimento dessa vivência através do incentivo à educação, voltada para o cooperativismo; de estreitamentos dialógicos com cooperativas parceiras, possibilitando sempre uma difusão da propagação da cultura da cooperação.

Cooperar, segundo o SESCOOP (2013, p. 38):

[...] é mais do que colaborar, ser solidário ou fraterno, é assumir compromissos com a coletividade envolvida em prol de conquistas duradouras e continuada, de modo a enraizar a prática cooperativa e criar, pela manutenção e atitudes e comportamentos, situações que se repetem, colaborando para desenvolver a cultura da cooperação.

Para que esta “cultura da cooperação”, que consiste na concretização dos modos de entender, sentir, decidir e agir de maneira compartilhada (SESCOOP, 2013) possa efetivar-se na realidade comunitária, é de fundamental importância a relação entre a comunidade e a cooperativa, que geralmente apoia o Programa Cooperjovem através de suporte dado às escolas parceiras.

Segundo a Portaria do SESCOOP nº. 036, de 05 de novembro de 2007, anexo I, que estabelece os procedimentos para fins de qualificação, implantação e acompanhamento do Programa Cooperjovem, a cooperativa parceira deve (SESCOOP, 2007, p. 7):

Se comprometer a zelar pela qualidade e eficácia do programa, obrigando-se a: 1. Eleger um técnico (gestor) que participará da oficina de multiplicadores e coordenará o programa no município; 2. Aplicar metodologia preconizada pelo programa, zelando pela sua imagem, qualidade e continuidade; 3 Promover juntamente com o coordenador estadual e os multiplicadores, capacitação dos educadores que irão ministrar o conteúdo sobre o cooperativismo e cooperação em sala de aula; 4. Fornecer à escola, material impresso ou audiovisual sobre sua cooperativa, com o objetivo de informar a escola e a comunidade sobre sua importância para o desenvolvimento social e econômico local, com complemento ao material pedagógico fornecido pelo programa; 5. Contribuir e participar das atividades pedagógicas da escola; 6.Promover visitas para educandos e educadores a instalações da cooperativa, ou mesmo propiciar visita a outra cooperativa; 7. Na hipótese da cooperativa dispor de instalações voltadas para lazer dos seus sócios, propor se possível, que os educandos participem de atividades artísticas, desportivas e culturais, principalmente, por ocasião das comemorações do dia internacional do cooperativismo; 8. Realizar conforme orientação do SESCOOP premiações sobre temas específicos e relevantes para o cooperativismo, se possível valorizando a participação de grupos; 9. Divulgar na mídia local o início e os resultados dos trabalhos realizados no município, motivando e sensibilizando toda a comunidade; 10. Realizar palestras sobre o cooperativismo.

Através desse anexo, acoplado à resolução nº 036 de 05 de nov. 2007, podemos perceber a importância de uma parceria entre escola/comunidade/cooperativa. De formação para educadores às viagens formativas para os alunos; de materiais à divulgação na mídia local do trabalho desempenhado; as cooperativas contribuem, e muito, para que haja de fato uma educação voltada para o cooperativismo.

Este apoio é primordial para que a comunidade desenvolva os projetos elaborados, pois as escolas sozinhas não têm como suprir todas as demandas elencadas e existentes numa determinada realidade comunitária. Assim, faz-se necessário a parceria entre a comunidade e a cooperativa para que o Programa tenha uma maior abrangência, para que o trabalho possua uma proporção cada vez maior, de maneira efetiva e proveitosa.

Ademais, para além do apoio preestabelecido na portaria supracitada, a presença da cooperativa na comunidade possibilita um vislumbrar de uma alternativa econômica diferenciada àquelas pessoas. A partir do contato com a realidade do cooperativismo, as pessoas estabelecidas na comunidade abrangida pela cooperativa começam a perceber que a atividade cooperativista pode tornar-se um meio viável para o sustento familiar.

Na realidade social do Brasil, em seus diferentes espaços, características e formas de ser, o cooperativismo está novamente a ser valorizado e percebido como mecanismo importante para desenvolver valores e princípios que permeiem e mudem a sociedade nacional (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2007).

A presença da cooperativa no ambiente comunitário, através da célula social, que é a escola, possibilita que essa valorização seja cada vez mais realçada, percebida, incorporada ao pensar, à consciência da população; abrindo-a para o novo que se apresenta.

Outra maneira da influência da cooperativa na comunidade está no despertar para uma mudança de atitude (do isolamento egoístico à ajuda mútua entre os entes daquela comunidade). A influência não se estagna no despertar para uma ação econômica tendo como norte a atividade econômica baseada no cooperativismo. Ela transcende este patamar e influi na comunidade mostrando a esta que, para além da atividade econômica, o ato de cooperar é salutar.

Como assinala Gawlak (2007, p. 48), “o ser humano, por sua natureza, está sempre interagindo com seus semelhantes. Isso se percebe na família, no trabalho, nas relações sociais etc.” O que move a cooperativa numa comunidade é o interesse pela essência comunitária, ou seja, pelas pessoas em si e pelo bem delas.

O 7º Princípio do Cooperativismo versa sobre esse interesse da cooperativa pela comunidade (GAWLAK, 2007, p. 26): “As cooperativas contribuem para o desenvolvimento da comunidade com a geração de empregos, produção, serviços e preservação do meio ambiente, mediante políticas aprovadas pelos seus associados”.

Percebemos que a relação estabelecida entre comunidade e cooperativa é totalmente de cunho sustentável. A relação não se baseia no mero interesse mercadológico, financeiro, econômico, mas, pelo contrário, tem como base o desenvolvimento do ser humano inserido na comunidade a qual a cooperativa está entremeada, atua.

Refletindo ainda sobre a diferenciação inerente ao processo de desenvolvimento baseado no cooperativismo percebemos que a cooperação também pode assumir a natureza de um processo social, de ordem econômica, embasado em relações associativas pelas quais um grupo de indivíduos busca a construção de soluções para seus problemas comuns, sempre através de empreendimentos coletivos com interesses comuns. A ótica de processo social refere mais às diligências da organização cooperativa do que a alteridade do processo cooperativista (SINGER; SOUZA, 2000).

Essa dialética entre comunidade e cooperativa culmina na síntese da ajuda multilateral. Tanto a cooperativa, quanto a comunidade beneficiam-se, crescem, agregam ao seu ser, à sua essência experiências positivas. As duas partes ganham no processo de convivência, como refere Gawlak (2007, p. 21):

A cultura cooperativista busca desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa, inteligente, justa e harmônica, visando a sua melhoria contínua. Os seus princípios buscam, pelo resultado econômico o desenvolvimento social, ou seja, a melhoria da qualidade de vida.

A comunidade absorve a cultura da cooperação, aprende a importância de ajuda mútua entre seus entes, toma consciência do que verdadeiramente é viver em comum unidade, respeitando uns aos outros, etc. A cooperativa aprende a ter um olhar diferenciado para um determinado grupo, desenvolve a habilidade de como perceber as características mínimas de um povo, uma gente, das famílias, que muitas vezes estão em contato por outros meios com a cooperativa, mas que sobre as quais não existia o olhar humanístico, relacional, tendo como fim o ser.

3. A AÇÃO DO PROFESSOR COMPROMETIDO COM O PROCESSO SOCIAL

O processo educativo está intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento social do ser humano e da sociedade a qual ele faz parte. A educação reflete imediatamente no processo social, sendo, inclusive, sua base, o sustentáculo da sociedade. Educar implica em desenvolver no indivíduo (BRASIL, 2007, p. 22):

A formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e do desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Não há como falar em educação sem, como temos vindo a referir ao longo deste trabalho, a vincular ao social, pois somos seres inseridos e partícipes do todo, de determinada sociedade. A própria instituição “escola” está atrelada à sociedade, seja por meio público ou privado, há o elo, o vínculo da instituição com a sociedade da qual ela faz parte. Portanto, o ser da educação encontra sua ligação direta com o existir social, sobretudo a educação institucionalizada, ofertada por entidades que abarcam uma quantidade de indivíduos.

Neste processo educativo, que permeia o indivíduo e tem como objetivo, segundo o MEC (BRASIL, 1996, p. 80), “o aprimoramento do educando como pessoa humana [...] a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, a figura do professor como agente que pode mudar uma realidade social é muito significativa, importante e fundamental. Para muito além de passar conteúdo, o ser professor possibilita a

seus alunos um emancipar-se enquanto seres humanos, na condição de entes constituintes da sociedade.

Como analisou Teles (2008, p. 35), ao comentar a obra cinematográfica “A Sociedade dos Poetas Mortos”:

Ele [o professor] não é a autoridade: É o companheiro que compartilha das experiências de seus discípulos e apenas coordena as atividades. É o apoio e questionamento. Motiva os estudantes a descobrir as emoções que estão do lado de fora do rigoroso mundo [...].

A pedagogia situa-se e se exerce deliberadamente, sobretudo no espaço escolar. A sensibilidade da prática pedagógica contribui para uma aprendizagem significativa e permite aos estudantes uma formação não apenas cognitiva, mas imbuída da conscientização sobre a importância da igualdade, da justiça, do dever para com o outro que difere de nós, da solidariedade para com esta alteridade, do senso de responsabilidade que constitui os laços entre os entes de uma sociedade. Desta educação, desta sensibilidade do professor que está comprometido com o ser social do aluno e não apenas com o que ele irá ensinar de conteúdo, da sua área de conhecimento, dela poderá depender a capacidade dos jovens cidadãos do futuro para aprender significados verdadeiros do mundo físico e social, registrá-los, comunica-los e aplica-los no exercício da cidadania, enquanto ser humanos engajados na busca por uma sociedade mais significativa, viável, melhor (BRASIL, 1999).

O período que as pessoas passam numa instituição de ensino, sua vida escolar, influirá na constituição humana de cada um desses indivíduos. Como assinala Melo, (2017, p. 67):

A história escolar, bem como a história de vida de uma pessoa, é geralmente constituída de acontecimentos que marcam e determinam a construção gradativa de sua identidade individual e profissional, identificando seus valores, forma de pensar e agir, que a diferem como ser histórico.

Na vida escolar o período que se passa nela é imensamente permeado pela figura do professor. Cada aluno tem um testemunho, uma história positiva e/ou negativa sobre o professor, seja ela marcada pela negatividade do profissional que não desempenhou bem sua função, que não levou esse aluno a uma experiência positiva na escola ou aquele que marca a vida estudantil do aluno de maneira positiva, despertando-o para um ser social mais envolvido, que influi significativamente na constituição do seu ser.

Vale ressaltar que, no espaço escolar, neste ambiente que flui o conhecimento e a emancipação do ser, com ênfase maior na sala de aula, os alunos, agentes principais do

processo do conhecimento, percebem, nas ações dos profissionais da educação, o cuidado, a atenção, a paciência, o doar-se, o afago, o comprometimento com cada um deles. Mas também o contrário é percebido pelos alunos, ou seja, o profissional que atua de forma descomprometida marca negativamente o aluno (MELO, 2017).

O professor é uma ponte que possibilita aos alunos chegarem ao outro lado da margem social e existencial; que permite uma locomoção, uma transição do estado de ser. Melo (2016, p. 150) assinala que “diante do exposto justifica-se a importância de se trabalhar próximo aos alunos e às alunas no sentido de cativá-los (as), de construir uma confiança maior, a partir da convivência crítica, motivando-os (as) e estimulando-os (as)”.

A função social do educador é perceptível por todos que se debruçam sobre a educação. É inegável que o professor seja um agente de modificação social, que impulsiona os alunos a emanciparem-se socialmente, humanamente. Como realçou Monroe (1985, p. 277) “[...] a educação é o processo de desenvolvimento do indivíduo” e o centro deste processo é o profissional que está na ponta, que se relaciona diretamente com os estudantes, que conhece a característica de cada um, suas potencialidades, suas limitações, muitas vezes suas angústias, problemas, seu todo.

Como comenta Freitas, (2011, p. 107),

A consciência da amplitude e complexidade de seu papel permitirá aos professores organizarem o processo de ensinar e aprender tendo como foco a formação integral do aluno, a fim de que este possa se perceber como sujeito histórico, capaz de intervir crítica e criativamente na realidade da qual faz parte.

Essa é a nova realidade do processo educativo. Não cabe mais um modelo em que a figura do professor era aquela que passava conteúdo, ensinava disciplinas, dava a matéria. Na realidade atual o professor faz tudo isso ao mesmo tempo em que transcende toda essa realidade e configura-se com esse novo ser.

3.1 O Currículo e o Projeto Político Pedagógico

Dentro da estrutura educacional, o currículo é um norte no que diz respeito à organização dos conteúdos que devem permear o ensino, o arcabouço de áreas e campos que compõem a vida escolar de cada aluno, mas não só desse, também dos professores, coordenadores pedagógicos, gestores.

Medeiros (2015, p. 23-24) conceitua currículo:

Partindo de uma análise etimológica, a palavra “currículo” tem sua origem no latim *curriculum*, termo este que se traduzido à língua portuguesa teremos algo perto de “pista de corrida”. É possível estabelecermos que a ação curricular tenha absoluta relação com os termos: 24 roteiro, percurso ou caminho a ser seguido, isto é, um tipo de trajetória orientadora que deve ser seguida pelos indivíduos de diferentes contextos sociais – homens e mulheres, de crianças a idosos – para que seja alcançada uma determinada finalidade antes planejada. No decorrer do desdobramento dessa trajetória os indivíduos acabam passando por mudanças de caráter pedagógico, político, cultural, ideológico e outros, projetadas anteriormente.

O currículo estabelece uma trajetória importante na escola, pois delinea a vida da escola sistematizando todo o conhecimento nela adquirido. O conceito mais frequente de currículo está ligado a um plano estruturado de aprendizagem centralizado nos conteúdos ou nos estudantes ou ainda nos objetivos previamente formulados (PACHECO, 2001). O processo de legitimação curricular é normativo, com realce nas deliberações político/administrativas sobre o que deve ser ensinado, cabendo aos professores transmitir aos alunos o que é superiormente estabelecido.

Em termos legislativos, lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes da Educação Básica, diz, em seu artigo 26, que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A Lei de Diretrizes da Educação Básica, no artigo supracitado, explicita a necessidade do sistema educacional brasileiro ter uma base curricular comum a todas as realidades de ensino, nos mais diversificados lugares, permeando os regionalismos e confluindo para um currículo comum para todos os brasileiros. Isso não significa que as características, particularidades, especificidades, riquezas culturais de cada local não devam ser realçadas. Pelo contrário, o artigo menciona que isso deve ser observado. No entanto, o realce das características de cada região, local, não devem se sobrepor à base comum ao todo.

O mesmo artigo, da referida lei, ainda especifica que (BRASIL, 1996):

§1º. Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. §2º. O ensino da arte continuará componente curricular obrigatório... . §3º. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente

curricular da educação básica, sendo facultativa nos cursos noturnos. §4º. O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. §5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da 5ª série (6º ano), o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Em 2018, o Brasil consolidou a sua Base Nacional Comum Curricular, e o que antes estava fragmentado em cada disciplina, separadamente, o que isolava de certa forma o saber, dificultando uma sintetização maior das habilidades, dos objetos do conhecimento, hoje está organizado por campo/área do conhecimento (BRASIL, 2010):

Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201025, favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares.

Com a Base Nacional Comum Curricular ficam estabelecidas cinco áreas, quais sejam: LINGUAGENS: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa; MATEMÁTICA: matemática; CIÊNCIAS DA NATUREZA: Ciências; CIÊNCIAS HUMANAS: Geografia e História; ENSINO RELIGIOSO: Ensino Religioso. As mesmas disciplinas continuam compondo o Ensino Fundamental. O que houve foi uma junção de algumas em campos, áreas, relacionando-as mais umas com as outras. Também permanece o Ensino Religioso, que divide, ainda, opiniões.

Sabe-se que o currículo encontra-se entremeado ao processo educativo, constituindo a base do ensino. Nesta perspectiva Andretta (2013, p. 99.) assevera, que:

Considerando que o currículo influencia a formação das pessoas, pode-se afirmar que o mesmo é determinante no desenvolvimento do processo de aprendizagem e produção do conhecimento nas dimensões individual, cultural e social.

A importância do currículo na formação do indivíduo é, segundo Andretta (2013, p. 99) “evidente, pois o currículo é capaz de modificar comportamentos, conduzir caminhos e, ao mesmo tempo, repercutir na identidade e nas práticas sociais dos sujeitos”.

Nesta esteira, Medeiros (2015, pp. 23-24) afirma que:

Conforme o que temos discutido aqui, consideramos que nossa identidade; nossa visão de mundo; nossa organização de aprendizagens; nossa produção de conhecimentos; nossa constituição cultural, portanto, nossa existência histórica de sujeito (individual e coletivo) está vinculada especificamente a

um projeto de ser – humano e social – forjado pelo currículo. Neste sentido, vale refletir sobre as intencionalidades curriculares. E refletir a esse respeito é refletir acerca de nossa própria trajetória de vida; de nossa condição de seres em constante (re)construção, conscientes de nossa incompletude, subjetiva e objetiva. Sendo o currículo um conjunto de intenções cuidadosamente projetadas com vistas à formação de sujeitos para um determinado fim, torna-se claro o alcance do poder pedagógico, político e ideológico circunscrito no currículo.

O currículo é como realçamos, um mecanismo importantíssimo para a constituição formativa do indivíduo. Ele irá exercer grande influência no processo formativo da própria sociedade à qual está atrelado, pois influi sobre os indivíduos.

Uma das características do Cooperjovem é exatamente esta: possibilitar uma maior significância no aprendizado dos alunos, tornando-os mais críticos com relação a si mesmos e ao todo social. O SESCOOP (2013, p. 54) diz que:

Entre as virtudes dessa metodologia, o projeto valoriza a educação para compreender o processo, o que pressupõe saber não apenas como se aprende, mas também a vinculação que tem com o cotidiano. Quando utilizada na escola põe por terra um lugar comum repetido sempre – o de que ela “prepara para o futuro” – e passa a vigorar outro princípio, o de que ela prepara para o “aqui e agora”, valorizando conteúdos, competências que, desde o presente, indicam conhecimentos que poderão também impactar o futuro, formando cidadãos autônomos.

Há ainda quem contemple a educação como simples forma de passar conteúdo aos alunos, impregná-los com cargas de “assuntos bimestrais”, que enxerguem a escola como simples transmissora de conhecimentos. Sabemos que os conteúdos das disciplinas são importantes para a constituição formativa dos indivíduos. Mas só ela não abarca o todo da formação humana, plena. Necessita-se de uma maior harmonia, de uma maior relação entre o currículo comum e novas práticas educativas como os projetos por exemplo. Unindo essas vertentes que formulam o processo educativo só temos a ganhar no que tange ao desenvolvimento de vidas humanas.

No processo escolar, além da importância e influência do currículo no cenário estudantil nas nossas escolas, outro mecanismo tem um protagonismo sistemático o Projeto Político Pedagógico (PPP). Sobre a importância do planejamento em toda e qualquer realidade, Dias (2011, p. 9) assinala que:

Toda atividade humana realizada sem antes ter um preparo, pode conduzir o indivíduo, a equipe ou a instituição a destinos inesperados, acarretando

inúmeros prejuízos, devido a uma ação sem planejamento. No ambiente escolar o ato de planejar ocupa um espaço de gerenciamento do processo de ensino/aprendizagem, o que a escola pensa do aluno e da sociedade e para onde quer conduzi-los, também se pode dizer, que é um norte no trabalho de ação dos envolvidos na comunidade escolar.

Sendo o PPP a base estruturante das ações da escola, ele torna-se um guia de tudo o que fecundará o espaço educacional, direcionando estruturalmente cada ação pedagógica, administrativa, política e social (BRANDÃO, 2003). Sabemos que para grande parte das instituições o Projeto Político Pedagógico é apenas algo burocrático, desconexo da realidade. A respeito desta concepção Dias (2011, p. 9) diz-nos que:

A via burocrática do PPP é um dos equívocos encontrados, pois aqui o Projeto pode ser considerado apenas como um documento elaborado para assistir exigências legais e burocráticas da mantenedora, sem nenhuma ligação com a vida escolar. Este equívoco pode resultar devido à falta de um trabalho coletivo na elaboração do Projeto, no qual não se considera todo sujeito como participante da ação educativa.

Muitas vezes as instituições escolares sobrecarregadas de tantas exigências legais das Secretarias municipais e estaduais de Educação, do MEC e dos seus programas, acabam concebendo o Projeto Político Pedagógico como parte constituinte desse universo burocrático, e, com isso, não vislumbram a sua importância na estrutura funcional da escola.

Essa concepção vai totalmente ao sentido contrário à LDB, e ao que ela fala do PPP (DIAS, 2011, p. 21):

[...] a LDB 9394/96 levanta a questão de construir o Projeto Político Pedagógico reconhecendo na escola a capacidade de planejar e organizar as suas ações pedagógicas e políticas em um ambiente de gestão participativa, ou seja, envolvendo todos os sujeitos participantes da comunidade escolar (docentes, administração, funcionários, alunos, pais e comunidade).

Na grande maioria das vezes falta consciência à comunidade escolar sobre o papel do Projeto Político Pedagógico, da sua essencialidade e da sua funcionalidade dentro das escolas. Num mundo tão informatizado, falta formação e consciência sobre realidades que fazem parte da nossa vida. Se não fosse assim todos saberiam que (SANTOS, 2013, p. 21):

O PPP da escola, portanto, é o plano de melhoria, de mudança de uma realidade. Essa realidade configura-se no trabalho pedagógico que se realiza diretamente nas aulas, no currículo, na metodologia, no processo de avaliação, na forma de participação dos pais, nas relações interpessoais, na concepção de educação que a escola defende, na coordenação pedagógica

praticada, na forma de gestão implantada. Enfim, todas as ações implantadas na escola, tendo em vista o processo ensino-aprendizagem. Constituem o trabalho pedagógico da escola, que por sua vez, configura-se no PPP.

Dias (2011) chama-nos a atenção para o fato de haver uma relação intrínseca entre o currículo e o Projeto Político Pedagógico no processo do ensino e da aprendizagem. Tanto o currículo quanto o PPP devem abrir-se para as novas realidades social, educacional da sociedade hodierna. Assim, podem incorporar projetos, programas, mecanismos como o Cooperjovem, possibilitando uma maior significância ao aluno que está ali, na sua presença e sob a sua responsabilidade.

CAPITULO III – A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

1. PROBLEMÁTICA

A ideia de desenvolver a criatividade, ensinar a pensar, ensinar a aprender a aprender, ou seja, a buscar estratégias apropriadas para conseguir êxito, são desafios permanentes da educação, em especial na rede pública de ensino.

No mundo atual, muitos professores continuam a ter dificuldade em inovar a sua metodologia de ensino o que se vai refletir na qualidade de ensino ministrado. Para tornar possível a mudança de valores, concepções, ideias e, conseqüentemente, atitudes na construção desta escola do século XXI, é preciso que o professor vivencie situações em que possa analisar sua prática e a de seus pares, estabeleça relações e esteja aberto para novas propostas, como o Programa Cooperjovem. Este é, como já referimos, um programa da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), desenvolvido em todo o Brasil, desde 2000 pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Em 2001, o Programa foi implantado pelo SESCOOP/SP, que assumiu a sua coordenação no âmbito estadual em parceria com as Cooperativas e Secretarias de Educação.

De forma a procurar amenizar os problemas educacionais e a perda dos valores, a filosofia do cooperativismo está sendo abraçada por gestores, educadores e alunos, que contribuirá com todo o país, formando cidadãos capazes de aprender, de respeitar os valores sociais com o trabalho coletivo (SILVA, 2007). Silva (2007, p. 24) evidencia que “é necessário ao professor a compreensão de seu novo papel que é o de ampliar os limites de sala de aula, transformando a escola em um espaço de trabalho coletivo, multicultural e sem fronteiras”. Nesta direção, sabe-se que a escola faz a diferença na vida dos alunos. O trabalho colaborativo por parte dos professores favorece o trabalho coletivo em especial nas escolas da rede pública.

O Programa Cooperjovem é relativamente recente e ainda está a ser implantado nas escolas, não existem muitas pesquisas científicas sobre esta problemática. Diante desta realidade surgiu o nosso interesse de analisar o Programa Cooperjovem no ensino fundamental II em uma escola do município de Pedras de Fogo-PB que trabalha de forma diferenciada com metodologias voltadas ao trabalho coletivo resgatando os valores morais e possibilitando uma melhor aprendizagem.

2. QUESTÃO DE PARTIDA

Recorremos então a nossa **Questão de partida:**

- Qual a influência do Programa Cooperjovem na vida dos educadores e educandos em uma Escola do Ensino Fundamental II do Município de Pedras de Fogo-PB?

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

- Analisar o impacto do Programa Cooperjovem na Escola de Ensino Fundamental II no Município de Pedras de Fogo-PB, junto dos docentes e dos alunos.

3.2. Objetivos Específicos

- Analisar o trabalho da escola na preparação dos educandos, para a formação do senso crítico, democrático e cooperativo a respeito das transformações cotidianas da sociedade e natureza;
- Verificar se as técnicas utilizadas na escola estão em consonância com os princípios cooperativistas;
- Elencar os contributos dados à educação global pela metodologia seguida no Programa.

4. OPÇÕES E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A pesquisa científica é a execução de uma investigação planejada dentro das normas e etapas na investigação de um fenômeno. Neste sentido, Minayo (2001, p. 16) afirma: “A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

De acordo com Richardson (2015, p. 26), “o método científico fundamenta-se na observação do mundo que nos rodeiam”, quando uma pessoa passa a investigar a natureza, utilizando métodos científicos, está pensando cientificamente.

A pesquisa realizada de acordo com a Pergunta de Partida e os objetivos delineados optamos por uma abordagem qualitativa e quantitativa. Qualitativa por buscar como fonte direta o ambiente natural de dados e quantitativa por caracterizar a quantificação na coleta de informações através de questionários tanto por estatística desde as mais simples como a percentual até as mais complexas (RICHARDSON, 2015).

Segundo Minayo (2014, p. 57), as metodologias mistas:

Além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou processo em estudo.

Para compreender ou descrever acontecimentos e contextos, onde estão envolvidos vários fatores utilizamos o estudo de caso, como Gil (2009, p. 15) explica: “O estudo de caso constitui uma das muitas modalidades de delineamento. Trata-se, pois, de um campo específico”.

4.1 A Entrevista

A entrevista é uma técnica de cunho importante que permite o diálogo com o intuito de coletar dados fundamentais na pesquisa realizada (RICHARDSON, 2015). Ela coleta dados importantes e úteis para a investigação de um problema investigado.

Segundo Gil (2009, p. 63):

A entrevista é uma técnica eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca dos mais diversos aspectos da vida social. Aplica-se a praticamente todos os segmentos populacionais. Quando bem conduzida, possibilita o esclarecimento até mesmo de fatores. Inconscientes que determinam o comportamento humano. É também uma técnica flexível, já que possibilita esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e as circunstâncias em que é realizada.

Nesta direção, a entrevista é uma técnica de coleta de dados das mais flexíveis de que dispõem as ciências sociais. Assim, para Richardson (2015, p. 207): “É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B”.

No estudo, optamos pela entrevista estruturada, como técnica de coleta de dados, ou seja, o entrevistado responde a questões previamente delineadas, sendo perguntas dentro de sua concepção. Para Gil (2008, p. 113), “A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariável para todos os entrevistados”. Torna as informações extraídas mais consistentes e mais fácil de analisar.

Neste estudo entrevistamos o Gestor escolar e os professores da instituição em análise que aderiram ao Programa Cooperjovem.

A entrevista ao gestor escolar da instituição em análise foi agendada rapidamente com o entrevistado a responder às questões do guião de forma aberta e colaborativa. Por sua vez, as entrevistas aos professores foram agendadas com duas semanas de antecedência, de acordo com a disponibilidade dos seus horários. Antecipadamente, houve uma conversa informal amenizando o fato de o professor (a) estar perante uma pessoa que não conhece bem, criando um ambiente agradável e de confiança. O tempo das entrevistas foi em média de 50 minutos, sendo realizada a áudio gravação através de um *smartphone*, para posterior transcrição. Após transcrita foi autorizada para este trabalho pelos professores para procedermos com a sua análise.

4.2 O Questionário

Com o objetivo de coletar dados pertinentes a pesquisa, relativamente às percepções dos alunos, optamos também pelo inquérito por questionário. Para Richardson (2015, p. 189), “A informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo”.

Através do questionário recolhem-se informações que se baseiam, na inquisição de um grupo representativo da população em estudo (ABREU, 2012), o inquérito por questionário é composto por um conjunto de questão com o intuito de obter mais informações sobre o problema da pesquisa. Para Gil (2008, p. 121) “Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questão”. Através do questionário pensamos chegar numa amostra maior de inquiridos, desta forma obter um número alargado de opiniões. De acordo com Silva (2014) antecipadamente, o investigador deve assegurar aos inquiridos que os dados recolhidos serão preservados e não serão cedidos a terceiros.

Referente ao tipo de questões, optamos por incluir perguntas abertas e fechadas.

De acordo com Richardson (2015, p. 193):

Os pesquisadores elaboram os questionários com ambos os tipos de perguntas. As perguntas fechadas, destinadas a obter informações sociodemográfica do entrevistado (sexo, escolaridade, idade etc.) e repostas de identificação de opiniões (sim-não, conheço- não conheço etc.), e as perguntas abertas, destinadas a aprofundar as opiniões do entrevistador.

Acreditamos que assim, com a utilização de questões abertas e fechadas, num tipo de pesquisa enriquece a análise dos dados. Neste contexto, tendo em conta as especificidades enumeradas, optamos aplicar o questionário a alunos de turmas específicas em que se é trabalhado o Programa Cooperjovem com um total de 100 (cem) alunos que participam das seguintes séries (6º, 7º, 8º e 9º ano) de uma escola pública.

5. LÓCUS DA PESQUISA

O município da escola em análise está situado na microrregião do litoral Sul, inserido na mesorregião da Mata Paraibana. Possui uma área de 400 km², distando por rodovias a 54 km da Capital João Pessoa, faz divisa com os municípios de: ao sul com o município de Itambé – Estado de Pernambuco, ao oeste com Juripiranga e São Miguel de Itaipu, ao leste com Alhandra e Caaporã e ao norte com Espírito Santo e Santa Rita. Sua população é de 27.032 habitantes conforme dados do Censo 2010 (IBGE, 2010) com uma estimativa de 28.499 habitantes em 2017.

Esta instituição de ensino faz parte da rede pública municipal e está localizada na Zona Rural do Município de Pedras de Fogo – PB, distando 16 km da sede. Atende a alunos da II fase do Ensino Fundamental, sendo alguns pertencentes a turma de EJA (Educação para Jovens e Adultos fora da faixa etária de idade do ensino regular) e também funciona como anexo do Ensino Médio, de uma escola do Estado da Paraíba.

A escola comporta 13 salas de aula, 1 biblioteca, 1 secretária, 1 sala dos professores, 1 cantina, 6 almoxarifados, 1 sala de direção, 3 banheiros masculinos (alunos), 3 banheiros femininos (alunas), 4 banheiros para professores e funcionários, 1 banheiro para coordenação e funcionários, 1 sala de coordenação, 1 pátio coberto, 1 quadra poliesportiva, 1 cooperhorta (horta escolar), onde é mantida de forma cooperativa entre alunos e funcionários escolar. O espaço em geral é bem aproveitado e harmonioso.

A instituição desenvolve projetos relacionados a educação em valores, enfatizando o trabalho cooperativo no contexto escolar e na preparação do aluno para o trabalho e para a vida em sociedade, valorizando o trabalho coletivo e a ajuda mútua. Embora a escola só

atenda alunos da zona rural onde a mesma esta situada frequentando filhos de agricultores na própria localidade e localidades vizinhas.

6. SUJEITOS PARTICIPANTES

A escola em análise tem uma população de 703 alunos, sendo 412 do Fundamental II, 35 da turma da EJA (alunos do fundamental II com idade fora da faixa etária do regular) e 266 alunos fazem parte do anexo que funciona na escola com o Ensino médio da rede Estadual.

No ensino Fundamental II, lecionam 20 educadores, onde apenas 8 professores aderiram ao Programa Cooperjovem e participam ativamente com metodologias de grupo. Serão estes os nossos sujeitos entrevistados.

Relativamente aos alunos que fazem parte do Programa (150) do turno da manhã, distribuímos o questionário de forma aleatória por todos os estudantes do 6º ao 9º e obtivemos de retorno 100 questionários.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os dados e análise dos resultados desta investigação, em geral foram entrevistados o gestor escolar e 8 (oito) professores de maneira individual de acordo com o guião (apresentado no apêndice) obtendo informações sobre a percepção do gestor e professores referente aos itens constantes referentes ao guião. Na sequência encontram-se as percepções dos alunos ao qual foi investigado através do inquérito por questionário utilizando questões abertas e fechadas. Como já mencionado no capítulo anterior, os 100 (cem) alunos pesquisados e os professores fazem parte do Ensino Fundamental II. O acesso à escola, professores e alunos, se deu através de um ofício, encaminhado ao Gestor da escola, solicitando a autorização e explicando a importância da pesquisa.

De início apresentaremos e analisaremos a entrevista realizada ao Gestor escolar e professores, seguindo-se o inquérito por questionário respondido pelos alunos.

1. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS ATRAVÉS DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

1.1. Análise da Entrevista ao Gestor

Relativo ao inquérito por entrevista ao gestor, segundo o guião previamente elaborado (ver apêndice), segue-se a **análise descritiva**.

Na análise da entrevista ao gestor escolar, em termos de identificação profissional e pessoal, averiguamos que este é especialista no ensino da matemática tendo 13 (treze) anos de carreira na educação e 02 (dois) anos de carreira como gestor escolar na escola em pesquisa.

No que se diz respeito a primeira questão sobre o que levou a **escola a aderir ao Programa Cooperjovem**, este diz que:

“Na verdade quando eu entrei o Programa já existia desde 2007, mais pelo que percebo, como eu já trabalhava como professor, são os projetos, os temas e isso facilita muito o dia a dia na escola, o aprendizado a participação com a família é, isso foi que fez o diferencial para a escola, acatar e abraçar o Programa Cooperjovem”.

Na análise da sua resposta podemos constatar que, embora não tenha sido ele a implantar o Programa, acredita que o Programa é o caminho a seguir para melhoria da educação contribuindo para a democratização dos saberes, na formação e resgate dos valores do cidadão. Com metodologia inovadora os alunos sentem-se incentivados ao trabalho cooperativo facilitando a aprendizagem e o envolvimento da família na escola.

O Gestor escolar assume o que diz na Resolução SESCOOP nº 109, de julho de 2007, aonde vem referido a necessidade de implementar uma proposta metodológica no ensino e aprendizagem baseada na doutrina do cooperativismo. Aqui são trabalhados os valores essenciais à vida do ser humano valorizando as práticas coletivas universalizando o ensino realmente para todos.

Outra questão versava sobre a sua **contribuição para o desenvolvimento do Programa Cooperjovem**, uma vez que nem toda a escola tinha aderido ao Programa dado que nem todos os professores e alunos se sentiam habilitados para trabalhar de forma cooperativa com novas metodologias, resistindo ao trabalho coletivo.

A este propósito o nosso entrevistado refere que:

“A gente incentiva os alunos, professores até mesmo a família, os pais a interagir cada vez mais com o Programa. A gente também procura facilitar o espaço físico, dispondo de equipamentos tecnológicos como datashow, impressoras, notebook, é, equipamentos de som para que o Programa ele seja trabalhado de uma forma agradável, ou seja, não cansativo”.

O entrevistado deixa claro que há um incentivo no andamento do Programa, e que há a promoção de condições próprias coletivas para o desenvolvimento sobre a consciência do trabalho cooperativo para que ele flua de maneira que todos façam a adesão. Nesse contexto, a sua grande preocupação é a de estimular todos da comunidade escolar com novos recursos tecnológicos para que o trabalho coletivo tenha eficiência no ensino aprendizagem. Os alunos podem ser motivados e mudar sua maneira de pensar se houver mudanças no seu ambiente de aprendizagem escolar (CAVENAGHI; BZUNECK, 2009).

A outra questão tinha a ver com o que **difere o Programa Cooperjovem de outros programas** implantados na escola. O entrevistado expõe a questão de a adesão ser espontânea e ser trabalhado temas relativos ao resgate dos valores como solidariedade, responsabilidade, ajuda mútua dentre outros o que faz facilitar a aprendizagem e todo o convívio em sociedade.

Nesse tocante, o entrevistado deteve-se a dizer que, embora existam outros programas na escola, este difere pela espontaneidade de todos trabalharem o coletivo. Como se diz no primeiro princípio do cooperativismo (SESCOOP, 2007, p. 22) “a adesão é voluntária e livre”.

Na análise sobre a resposta entre os 03 (três) valores essenciais enfatizados pelo cooperativismo, e que são essenciais para o desenvolvimento do aluno como cidadão, o gestor optou por falar da igualdade, responsabilidade e ajuda mútua. Vejamos o que o referido profissional declarou:

“A igualdade eu acho um tema bastante importante, saber que ninguém é melhor que ninguém, independente de sua cor, raça, religião e um time de futebol, de forma geral somos todos iguais. A responsabilidade o aluno, o indivíduo, o ser humano precisa saber que deve ser responsável pelo os seus atos para que possamos crescer de uma forma geral. Ajuda mútua, saber que precisamos andar de mãos dadas ajudando e recebendo ajuda, e isso é muito importante hoje em dia, saber que sempre precisamos uns dos outros, que vivemos numa sociedade, é justamente viver na sociedade que faz bonito esse lado humano de está sempre ajudando o próximo”.

Pelo discurso do entrevistado, são valores essenciais na vida de cada ser humano e que devemos estimular na escola visto que, muitos desses valores são esquecidos no ambiente escolar e na sociedade em geral. É necessário o trabalho coletivo ajudando no resgate destes valores de forma dinâmica e criativa com utilização de novas metodologias que busquem não só esses 03 (três) valores mais sim todos os trabalhados no Programa.

Ao responder à questão sobre se o **cooperativismo envolve todas as áreas de trabalho**, o Gestor foi bem objetivo respondendo peremptoriamente de forma positiva. O fato de ser interdisciplinar pode ser trabalhado em todas as áreas curriculares e extracurriculares.

Sobre a questão referente **como é desenvolvido o Programa Cooperjovem na escola**, em nível de currículo, do PPP e de atividades extracurriculares em sala de aula, o Gestor Escolar diz que:

“O Programa é desenvolvido de uma forma casada entre os projetos, mini projetos que são desenvolvidos na escola no seu dia a dia tipo: Cooperhorta, os valores, reciclagem dentre outros”.

Nesse tocante, percebemos que o Programa, está atrelado a projetos e mini projetos já desenvolvidos no ambiente escolar.

A outra questão tem a ver com as **maiores dificuldades enfrentada com o Programa**. O Gestor Escolar relata que:

“Olha na verdade, é conseguir aderir uma quantidade maior, cada vez maior de professores e de alunos porque isso não vem sendo fácil, também assim a questão da localização geográfica da escola, por ela ser na zona rural, as comunidades onde os nossos alunos moram são bastante distante, para que eles possam participar de projetos que acontecem no contra turno fica muito complicado, a maioria deles não podem participar”.

Na análise da sua resposta, percebemos que ainda há uma dificuldade na adesão de toda a comunidade educativa ao Programa, em parte devido ao fato de a escola estar localizada numa zona rural. Ora, como a grande maioria dos alunos vive em comunidades circunvizinhas, obriga a que fiquem totalmente dependentes do transporte escolar, não podendo, por isso, desenvolver trabalhos coletivos no contra turno escolar.

Sobre a questão das **facilidades de se trabalhar com o Programa de cooperativismo**, o nosso entrevistado, ressalta que é muito fácil trabalhar, pois o Programa já está implantado desde 2007, sendo trabalhado de maneira lúdica, com temáticas que se encaixam no perfil destes alunos residentes em zona rural, que trabalham em conjunto com a família. Na opinião do nosso entrevistado, a implantação desde Programa na zona urbana seria bem mais difícil de implantar.

Na questão referente à **influência da participação da família nas atividades do Programa Cooperjovem**, o Gestor evidencia que:

“A participação da família, ela é primordial porque quando o aluno já sai de casa com aquele incentivo dos pais, é, facilita muito a interação dele com os projetos”.

Verificamos assim a sensibilização por parte do nosso entrevistado em realçar a importância da relação escola-família, no incentivo por parte dos pais à participação dos seus filhos nos projetos escolares. Porém, nas suas palavras não conseguimos perceber qual o papel da família no envolvimento das atividades escolares dos seus educandos, de forma que todos possam ter um aprendizado de forma coletiva.

No que diz respeito à forma como tem sido feito o **acompanhamento e monitorização do Programa Cooperjovem na escola** a nível estadual, o Gestor Escolar relata que:

“A escola é muito grata pelo SESCOOP que vem desenvolvendo um trabalho maravilhoso, desde 2007 e hoje vem sendo acompanhada pelo analista Petrúcio Mamede que desenvolve, acompanha e está sempre presente nos projetos da nossa escola”.

Por outras palavras o acompanhamento do analista designado pelo Programa tem sido contínuo, pois está sempre presente nas ações que são realizadas e como está sendo aplicada a metodologia cooperativista na escola pelos professores, em especial os que sempre participam nos encontros e formações proporcionadas pelo SESCOOP.

Depois desta análise descritiva do Gestor escolar, passemos à análise das entrevistas dos 08 professores que fazem parte dos nossos sujeitos participantes.

1.2 Análise das Entrevistas aos Professores

1.2.1. Perfil dos sujeitos entrevistados

Em termos de identificação pessoal, profissional e tempo de participação no Programa caracterizamos os entrevistados na tabela que se segue:

Tabela 04: Caracterização dos Professores Entrevistados.

Professor(a)	Sexo	Idade	Nível de formação	Tempo de carreira na educação	Disciplina que leciona	Tempo de participação no Programa
P1	Feminino	44 anos	Matemática - Especialização em Psicologia Escolar	27 anos	Inglês e Matemática	10 anos
P2	Feminino	49 anos	Português	28 anos	Português	08 anos
P3	Masculino	35 anos	Biologia – Especialização em Biologia	15 anos	Ciências	06 anos
P4	Feminino	30 anos	Português	14 anos	Português	04 anos
P5	Feminino	30 anos	Geografia- Especialização em Ciências Ambientais	07 anos	Geografia	03 anos

P6	Feminino	24 anos	Ciências Biológicas	04 anos	Biologia	03 anos
P7	Feminino	32 anos	Biologia-Especialização em Ciências Ambientais	10 anos	Ciências e Biologia	02 anos
P8	Feminino	33 anos	Biologia	10 anos	Ciências e Artes	02 anos

Através do quadro, podemos constatar que a maioria dos nossos docentes entrevistados é do sexo feminino, com idades compreendidas entre 24 e 49 anos. Todos têm graduação nas áreas que atuam enquanto docentes. Quatro deles possuem especialização (**P1**, **P3**, **P5** e **P7**). Os entrevistados lecionam disciplinas na sua área educacional, mas percebe-se no quadro que **P1** e **P8** lecionam também outras disciplinas, diferentes da sua área. Relacionado ao tempo de carreira temos 6 (seis) professores com mais de 10 (dez) anos lecionando, e apenas 2 (dois) (**P5**) e (**P6**) tem menos tempo de serviço.

Quanto à participação no Programa Cooperjovem constatamos que a sua participação varia entre os 10 anos (**P1**), os 8 anos (**P2**) , os 6 anos (**P3**), os 4 anos (**P4**) , os 3 anos (**P5** e **P6**) e os 2 anos (**P7** e **P8**).

1.2.2. Análise descritiva das concepções dos professores

Dando início a análise descritiva das perguntas abertas do segundo tópico de questões, de acordo com a **percepção dos professores sobre o que difere o Programa Cooperjovem de outros programas implantados na escola em que atuam.**

Pela análise discursiva dos nossos intervenientes podemos verificar que todos têm, concepções semelhantes em relação à metodologia cooperativista do trabalho em equipe. Para eles, este Programa facilita a convivência e ensina desde cedo o trabalho cooperativo. Vejamos então as suas opiniões:

P1“Além de promover um melhoramento na qualidade de vida das pessoas de um grupo, é um Programa, ele desenvolve ações cooperativistas”.

P2: *“O Programa, ele consegue, “é atrair”, a maioria dos alunos nos projetos, porque são projetos intensivos que levam o aluno a obter conhecimentos que no dia a dia eles não tem, então eles se sentem mais incentivados a trabalhar nesse Programa Cooperjovem”.*

P3: *“O que difere é que esse programa ele é um Programa de cooperação, entre todos os que estão dentro da escola, seja ele professor, alunos que é o principal nesse projeto, mais não só ele como também tem todos os funcionários da escola tem que participar, para que haja toda cooperação para o projeto ser melhor representado”.*

P4: *“Então, o programa ensina como funciona o cooperativismo em uma comunidade estimulando a formação profissional”.*

P5: *“O trabalho em equipe incentivando os alunos desde cedo a cooperar, pois o projeto não abrange só apenas alunos do Fundamental II, ele também dá suporte para alunos do Fundamental I e isso é bastante importante”.*

P6: *“O que difere o Cooperjovem de outros programas é que ele promove o exercício da convivência e da cooperação incentivando a prática no cotidiano da escola”.*

P7: *“O que difere de outros Programas é porque ele trabalha mais com o cooperativismo, o trabalho em equipe com os alunos e a cidadania”.*

P8: *“Acredito que é o trabalho em equipe, é a cooperação em todos os passos do projeto”.*

Assim, tendo todos como ponto comum a ênfase dada ao trabalho cooperativo, cada um deles depois encontra certas particularidades na atuação do Programa. Por exemplo, se para **(P1)** há uma promoção da melhoria na qualidade de vida dos envoltentes, para **(P2)**, o Programa exerce, em sua opinião uma grande atração para a maioria dos alunos que nele participam *“porque são projetos intensivos que levam o aluno a obter conhecimentos que no dia a dia eles não tem”* e para **(P3)** a importância está na participação ativa da comunidade educativa. Quanto a **(P4)** a importância está no fato do Programa estimular a formação profissional. Em **(P5)** o seu foco está ainda no fato de o Projeto não abranger apenas alunos do Fundamental II, mas da igualmente suporte aos alunos do Fundamental I e para **(P7)**, o mais importante é a atenção dada ao exercício da cidadania.

Triangulando esta informação com a resposta do Gestor escolar, verificamos que, se este tem o foco na questão da adesão espontânea ao Programa e sobre os valores trabalhados, já os docentes evidenciam o trabalho em equipe desenvolvido na escola, sendo este, em sua opinião o que difere de outros programas existentes na escola. Na verdade, segundo o SESCOOP (2013, p. 11), *“a interação é determinante para a aprendizagem, especialmente quando se atribui a ela uma natureza cooperativa”*.

Relativo à análise sobre a **formação que receberam em cooperativismo e quais os materiais de suporte receberam para trabalhar com o tema cooperação na sua disciplina**, verificamos que a grande maioria assume ter recebido formação continuada sobre a filosofia do cooperativismo. A este propósito **P4** diz-nos que receberam “*capacitação para educadores de modo a incluírem uma prática pedagógica, os princípios, valores e métodos da educação cooperativa*”; **P5** refere que durante “*o período que recebemos as formações nas próprias palestras, tiramos ideias para podermos adaptar à nossa disciplina e também à nossa realidade*” e **P7** especifica que essa formação foi dada “*durante o ano*”.

No que concerne aos materiais pedagógicos, os nossos entrevistados afirmam terem recebido revistas, gibis, apostilas, entre outros. **P2** diz-nos que, para além disso tudo, também receberam “*livros de instruções de como trabalhar as atividades em sala de aula*”, **P3** refere que, para além de ter recebido formação continuada em João Pessoa, em termos de materiais, para além dos elencados receberam igualmente “*alguns jogos que foram trabalhados por todos os professores*”.

Percebemos que todos os entrevistados estão abertos a novas práticas e metodologias inovadoras de forma a rentabilizar o trabalho coletivo. Com elas, conseguem tornar as suas aulas mais criativas e mais participativas. O apoio dos novos materiais didáticos bem como as formações dadas na própria escola ou noutra cidade (João Pessoa) não só dinamizam as aulas como conseguem que os próprios docentes façam troca de experiências sobre o trabalho coletivo a fim de desenvolver uma aprendizagem coletiva resgatando valores antes esquecidos.

No que diz respeito à questão sobre as **atividades cooperativistas em sala de aula e o que consideram fundamentais no planeamento, concretização e avaliação das atividades realizadas**, os docentes sem exceção, assumem a importância do trabalho de grupo com os alunos. Como exemplo, temos **P3** que nos diz que o “*envolvimento dos alunos junto com toda a comunidade escolar*” é fundamental para todo o processo. E esta opinião vem de acordo ao que nos diz **P1** quando refere que:

“O trabalho em grupo isso é fundamental no planeamento, são as ações que são propostas durante o processo ensino aprendizagem, com relação a concretização e avaliação a aplicação das atividades e o acompanhamento. É observando os avanços e recuos durante todo o trabalho, todas as atividades cooperativistas”.

Porém, no que diz respeito planeamento, concretização e avaliação das atividades realizadas, nem todos foram objetivos nas suas respostas (**P3, P4, P6 e P7**), destacando

apenas ser fundamental o envolvimento de toda a comunidade escolar. **P1** e **P2** afirmam que a avaliação é realizada de acordo com as atividades desenvolvidas na escola e **P8** refere que a avaliação é feita no final do ano com as atividades que foram realizadas pelos alunos.

Contudo, é importante salientar que, ao serem criadas novas estratégias para desenvolver atividades coletivas na busca da qualidade do ensino e resgate dos valores, exige de todos mudanças estruturais, sendo o planejamento essencial para o desenvolvimento de atividades, seja coletiva ou não. Nesse sentido, a avaliação deve decorrer de acordo com as atividades planejadas e a participação de todos os alunos envolvidos. A aprendizagem está atrelada a um processo avaliativo como uma ação dinamizadora, como diz o SESCOOP (2013, p. 45) “ela pressupõe uma reflexão continua sobre as novas aprendizagens”.

Quanto à questão sobre **os valores enfatizados pelo cooperativismo**, solicitávamos que indicassem três que considerassem essenciais para o desenvolvimento do aluno como cidadão (ver tabela).

Tabela 5: Valores Considerados Essenciais para o Desenvolvimento do Aluno

Três valores essenciais para o desenvolvimento do aluno como cidadão	Valores	OC
	Responsabilidade	06
	Solidariedade	05
	Igualdade	04
	Honestidade	02
	Autonomia	01
	Participação	01
	Democracia	01
	Cooperação	01
	Ajuda mútua	01
	Cidadania	01
	Respeito	01
Total de Ocorrências		24

Fonte: DADOS DA PESQUISA, 2018.

Através da tabela, podemos observar que o valor mais apropriado para o desenvolvimento do aluno é a responsabilidade (6 Oc.) seguindo-se a solidariedade (5 Oc.) a

igualdade (4 Oc.) e a honestidade (2 Oc.). Quanto à Autonomia Participação, Democracia, Cooperação, Ajuda Mútua, Cidadania e respeito com todos, receberam cada uma (1 Oc.). Assim sendo, para os nossos entrevistados a responsabilidade, solidariedade e igualdade são os valores mais enfatizados.

Triangulando esta informação com a do Gestor escolar, percebemos que também ele salienta a importância da responsabilidade, como pensam (**P1, P2, P3, P5, P7 e P8**), a igualdade como ressalta (**P3, P5, P7 e P8**). Observamos ainda que todos os valores são de suma importância para o crescimento do trabalho cooperativo dentro do ambiente escolar.

Na questão relativa ao fato de saber se **o cooperativismo envolve todas as áreas de trabalhos**, todos os nossos entrevistados assumiram que sim. Tomemos como exemplo **P1** “*com certeza, é só adequar os temas cooperativos aos trabalhos que são aplicados em sala de aula*”. **P5** também ressalta que a família contribui na formação do aluno em casa, fazendo que ele aprimore os valores e que o contato com seus colegas flua a consciência do trabalho coletivo. **P6** e **P7** dizem-nos ainda a importância do envolvimento de todos nos trabalhos cooperativos.

No que se refere à questão sobre como é **desenvolvido o Programa Cooperjovem na escola**, a nível de currículo, do Projeto Político Pedagógico (PPP) e de atividades extracurriculares em sala de aula, verificamos que, com exceção de **P1**, todos ressaltam que o caso de o Programa ser desenvolvido em consonância com os mini projetos existente no PPP da escola. **P3** diz-nos ainda que o programa embora seja trabalhado de forma igual aos outros projetos “*porém sai na frente por envolver todos os funcionários*”. Para **P4** o currículo apresenta “*conteúdos que refletem a realidade local e atividades que estimulam o cooperativismo dentro e fora da sala de aula.*” **P2, P5, P6 e P7** fazem referência específica ao projeto da Cooperhorta, de reciclagem e o projeto de resgate dos valores.

Curiosamente **P1**, que não deixa claro na sua resposta como é desenvolvido o Programa a nível do currículo e do PPP da escola. Ressalta apenas a faixa etária dos alunos, e o “*desenvolvimento da aprendizagem de cada um deles*”.

Ao fazermos a triangulação desta informação com a do Gestor escolar percebemos que o mesmo refere igualmente que o Programa é desenvolvido em união com os projetos já existentes no PPP da escola. Na verdade, o currículo influencia na formação das pessoas e o PPP é a base de todas as ações da escola.

No tocante às **maiores dificuldades enfrentada no Programa**, os professores entrevistados relatam que o problema ainda é o envolvimento a 100% da comunidade escolar, havendo resistência ao trabalho cooperativo (**P2, P4, P5, P6, P7 e P8**) (ver apêndice). Neste

contexto, e fazendo a triangulação da informação com a opinião do Gestor escolar sobre este assunto, verificamos que também este assumiu que muitos docentes da escola, por diversas razões fazem resistência ao trabalho cooperativo.

Outras dificuldades encontradas pelos nossos entrevistados e que o Gestor já tinha referido tem a ver com o fato de a maioria dos alunos serem de comunidades circunvizinhas e, como refere **P3**, *“não podem ser deslocados para a escola em outros horários”* que não contemplem o transporte escolar. E isto, na opinião do nosso entrevistado, dá origem a que o tempo de aulas seja reduzido o que não permite um bom trabalho.

P1 evidencia que a maior dificuldade por si encontrada é o problema da alfabetização dos alunos que, mesmo estando no Fundamental II, alguns denotam dificuldades na leitura e na escrita. E só com muito esforço se consegue trabalhar com o Programa. É o que nos diz, por exemplo:

P1: *“É algumas atividades que são aplicadas com os alunos da faixa etária, onde se inclui o ciclo da alfabetização, eles ainda não sabem ler aí fica um pouco mais difícil de trabalhar, mas a gente consegue”.*

Assim, podemos afirmar que, com todas as dificuldades existentes quem aderiu ao Programa tem prazer em fazê-lo.

Sobre a questão referente às **facilidades de trabalhar com o Programa** de cooperativismo, **P1, P4, P5, P6, P7 e P8** ressaltam o trabalho dinâmico, com atividades voltadas para o trabalho cooperativo. Referem o fato de o Programa ser interdisciplinar, permitindo trabalhar *“em qualquer área em que estivermos atuando”* (**P7**). Paralelamente, permite ainda atividades extracurriculares como *“trabalhar na horta onde se torna um momento muito prazeroso e satisfatório”* (**P5**). Tais práticas, nas suas opiniões, contribuem não só para que os alunos permaneçam no Programa, como gere mudanças pautadas na educação cooperativa. A este propósito, **P1** diz-nos que *“os trabalhos são desenvolvidos com os jogos e as dinâmicas, e isso facilita a aplicação de todas as ações que são propostas no currículo”*. E **P3** afirma que:

“A facilidade em trabalhar no Projeto é o envolvimento de todos os alunos da escola e aqueles que mais gostam se destacam nesse Programa. Ele melhora muito seu rendimento escolar e tem outras facilidades, porque a gente tem alguns mecanismos que ajuda, a gente recebeu formações que foram patrocinadas pelo Programa de Cooperativismo em João Pessoa”.

P8 sublinha o fato de o trabalho em equipe contribuir *“para o melhor aprendizado do aluno e o melhor convívio entre eles”*. Por sua vez, **P2** chama a atenção que, havendo tanto

desemprego “*a gente consegue encaminhar os alunos e abrir a mente deles para atividades que vão estar ajudando eles nessa área*”.

Ao fazermos a triangulação com a opinião do Gestor escolar sobre este assunto, verificamos que este é mais sucinto nas suas respostas, referindo apenas a dinâmica do trabalho, que é facilitado por ser trabalhado com alunos da zona rural.

Outra questão versava sobre **a influência da família nas atividades do Programa**. Como seria de esperar, a maioria dos professores entrevistados, da mesma forma que o Gestor, assume ser fundamental a participação da família no Programa.

A este propósito **P1** diz-nos que “*é fundamental a participação da família. Não adianta só a criança saber usar os valores do cooperativismo, a família precisa compreender e participar também*”. Esta opinião não só é corroborada por **P2** como este afirma que o envolvimento da família facilita todo o processo uma vez que “*os alunos se sentem mais atraídos e incentivados a trabalhar*” e, como refere **P7**, “*contribui com o desenvolvimento da escola e coopera com a formação de seus filhos*”. Por sua vez, **P5** especifica que:

“Por trabalharem na zona rural a participação dos pais é muito presente, pois temos a nossa horta e eles ajudam a mantê-la, pois em casa eles já fazem isso com seus pais, e então os nossos alunos acrescentam um conhecimento que já aprenderam em casa”.

P3 parece concordar com a importância da relação escola-família, mas, pela sua experiência as “*famílias não estão muito frequentes na escola para saber o rendimento dos seus alunos*”. Como tal, em sua opinião há uma necessidade urgente de os conselhos de pais incentivem toda a família a participar ativamente no Programa. Para isso terá que haver uma sensibilização de todos para que isso aconteça.

P3: “*Eu acho que nesse ponto aí está deixando um pouco a desejar porque as famílias, elas não estão muito frequentes na escola para saber o rendimento dos seus alunos, então precisa melhorar um pouco mais, que os conselhos de alguns pais que a gente vê muito, melhora tanto no aluno na escola como em casa e também para fazer parecer um cooperativista melhor do que já é*”.

A outra questão tinha a ver com a **forma como o Estado fez o acompanhamento e monitorização do Programa Cooperjovem**. Todos, sem exceção referem o Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo, SESCOOP, com acompanhamento de um analista designado “*com apoios e incentivos com materiais didáticos necessários para aplicação do programa*” (**P1**). **P3** diz-nos que esse apoio é feito através:

“de algumas palestras que o pessoal do Estado vai levar através de questionários que eles levam para os alunos responderem junto com os professores, eles estão sempre indo lá na nossa escola para averiguar tudo se esta em andamento o que vai ser trabalhado, o que vai ser trabalhado no ano seguinte, o que esta sendo trabalhado no momento”.

P2 especifica ainda que, para além do SESCOOP “na escola temos uma comissão que é responsável também por desenvolver essas atividades”. Ao triangular esta informação com a do Gestor escolar, percebemos que o acompanhamento pelo SESCOOP Estadual vem sendo realizado desde a adesão ao Programa na escola e que eles designam um analista de monitoramento para acompanhar o trabalho desenvolvido auxiliando no que for necessário para que haja o resgate dos valores, o trabalho coletivo e metodologia inovadora pelos professores para o desenvolvimento do aprendizado coletivo.

Seguidamente, serão analisados os resultados do inquérito por questionário realizado com alunos do (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental II da escola em questão.

2. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS ATRAVÉS DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

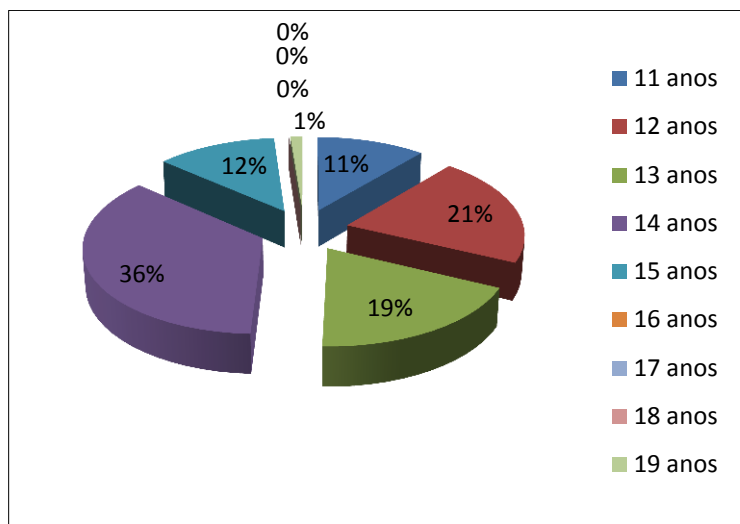
O inquérito por questionário foi aplicado a alunos que frequentam do 6º ao 9º ano, no ano de 2017 ao longo de 05 (cinco) semanas consecutivas. A distribuição aleatória dos questionários foi feita de acordo com a disponibilidade dos estudantes.

2.1. Caracterização dos Inquiridos

Começamos por referir que, nestas séries deveriam estar alunos apenas da faixa etária dos 11 aos 14 anos por se tratar do Ensino Fundamental II, já que dos 06 aos 10 anos os alunos fazem parte do Ensino Fundamental I e, seguindo o ciclo normal, após os 14 anos os alunos já fazem parte do Ensino médio. Porém, através do **Gráfico 01** podemos verificar que, dos 100 alunos que participam desta pesquisa, temos uma variação de idades (de 11 a 19 anos), embora a grande maioria (36%) esteja na faixa dos 14 anos, logo seguida da faixa dos 12 anos (21%), depois se seguem os dos 13 anos (19%) e ainda temos alunos com 11 anos (11%). Todos estes fazem parte das séries que o Programa atende que é do 6º ao 9º ano. Fora desta faixa etária temos alunos com 15 anos (12%) e um número insignificante de alunos

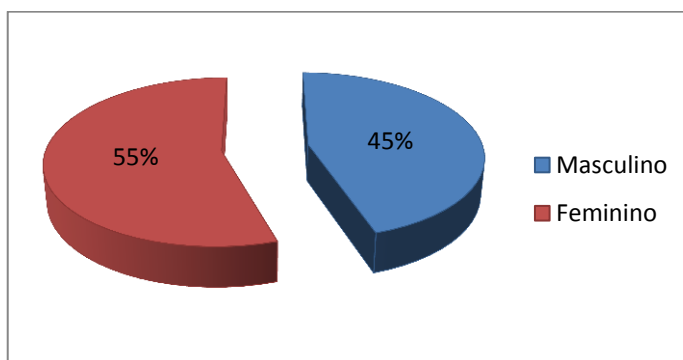
com 19 anos (1%). Estes alunos estão incluídos no Programa inclusive pela nova metodologia do programa que é o trabalho de PEC (Projeto Educacional Cooperativo).

Gráfico 01: Idade dos alunos.



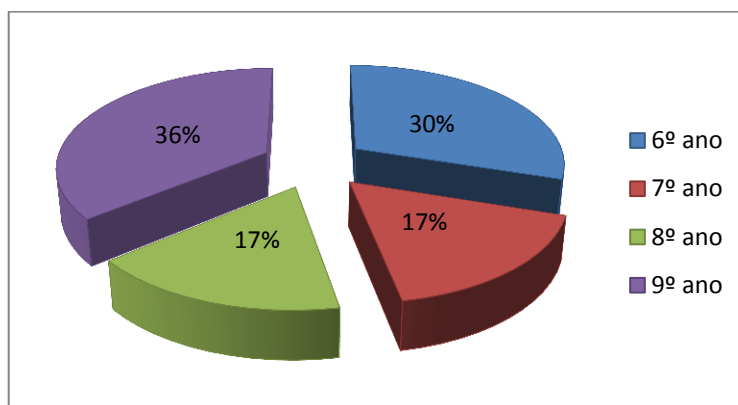
Os resultados do **Gráfico 02** mostram-nos que o sexo feminino tem maior significância (55%) do que o masculino (45%).

Gráfico 02: Sexo dos Alunos.



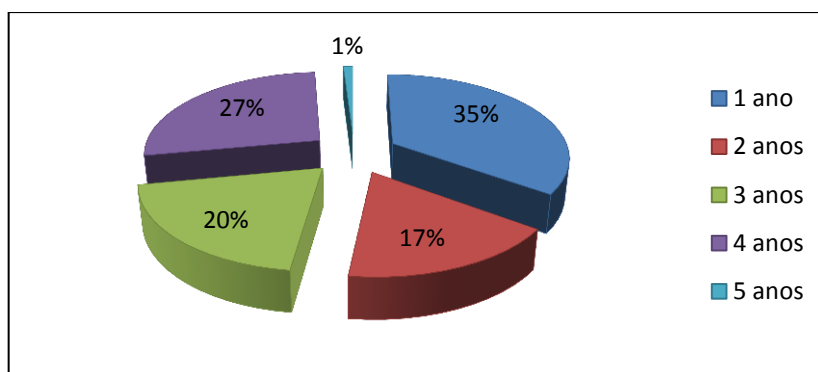
Pela análise do **Gráfico 03**, verificamos que a maioria dos nossos inquiridos estão no 9º ano de escolaridade (36%), seguindo-se os do 6º ano (30%). Em percentagens iguais aderiram os alunos do 7º e do 8º anos (respectivamente 17% cada um).

Gráfico 03: Série dos alunos



Quanto ao tempo de participação no Programa, através do gráfico, constatamos que a maioria (35%) dos alunos participa há um ano do Programa, seguindo-se os que têm a participação já de 4 anos (27%). Mais abaixo surge a percentagem de alunos (20%) que participam há 3 anos e depois os que participam há 2 anos (17%). Finalmente, de forma residual, surge a percentagem de alunos que participa no Programa há 5 anos (1%). Podemos assim constatar que a grande maioria dos alunos inquiridos está pela primeira vez integrado ao Programa

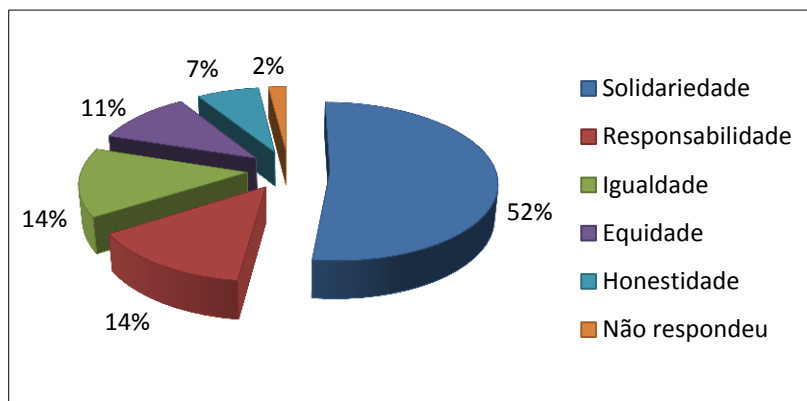
Gráfico 04: Tempo de Participação dos Alunos no Programa Cooperjovem



No tocante, à questão sobre os valores enfatizados pelo cooperativismo, solicitávamos que indicassem três que considerassem essenciais no seu desenvolvimento e o motivo da

escolha de um dos valores que considerasse mais importante. Os resultados podem ser observados através da análise do gráfico (**Gráfico 05**) e da tabela (**Tabela 06**) que se seguem.

Gráfico 05: Valores Considerados Essenciais no Cooperativismo.



Através do **Gráfico 05**, podemos observar que o valor mais importante é o da solidariedade com 52%. Todos os outros valores estão bastante distanciados deste. Os mais próximos, com 14% cada um, são os da responsabilidade e da igualdade, seguindo-se o da equidade, com 11%. No final aparece o valor honestidade, com 7%. 2% optaram por não responder.

Podemos perceber que, para estes alunos, são, sobretudo, os valores da solidariedade (maioritariamente) responsabilidade, igualdade são os valores essenciais na sua formação para o exercício da cidadania. Pátaro e Alves (2011, p. 4), evidenciam que “é necessário voltarmos nossos olhares para a educação em valores tarefa que julgamos indispensáveis na construção da personalidade dos futuros cidadãos”.

Triangulando esta informação, com a dos professores e do gestor, verificamos que os primeiros enfatizam a importância da solidariedade, responsabilidade e da igualdade, como valores essenciais, enquanto o Gestor escolar e salienta, sobretudo, a importância da responsabilidade e igualdade.

Os valores são fundamentais na formação do indivíduo, uma vez que são princípios que norteiam as atitudes e comportamentos das pessoas, com o propósito de descobrir o melhor meio para se viver em sociedade (ROHAN, 2000).

Relativo à questão sobre **gostar do trabalho em cooperação**, todos, sem exceção responderam afirmativamente. A questão obrigava a uma justificação da resposta (ver questionário em anexo).

Ao justificarem o gosto de trabalharem em cooperação, verificamos pela tabela que 70% referiram que aprendem mais com o trabalho em equipe. Segue-se 19% dos alunos que refere que com o Programa aprende com mais facilidade os conteúdos e 11% justificaram que fazem mais amizades.

Estes resultados confirmam que o trabalho cooperativo é um caminho a ser seguido. A intervenção na prática pedagógica através da educação cooperativa faz com que haja um maior empenho nas tarefas letivas (FRANTZ, 2001).

Tabela 06: Gosto pelo trabalho em cooperação

	%
Aprendo mais com o trabalho em equipe	70%
Faço mais amizades	11%
Aprendo com mais facilidade os conteúdos	19%
Total	100%

Sobre a questão referente se **Trabalhar em cooperação melhora o seu comportamento em sala de aula**, podemos verificar que mais uma vez todos os alunos inquiridos responderam afirmativamente. Também nesta questão, aos alunos era solicitado a justificar as respostas.

Tabela 07: Trabalhar em cooperação melhora o comportamento em sala de aula

	%
Respeito mais os colegas, professores e funcionários da escola	42%
Presto mais atenção na aula	36%
Desenvolvo melhor a ajuda mútua	14%
Melhor no desenvolvimento da leitura	8%
Total	100%

Ao justificarem a sua escolha, através da tabela, podemos verificar os alunos destacaram um maior respeito pelos colegas, professores e funcionários da escola (42%). Um grupo também significativo de alunos (36%) refere que com este método presta mais atenção na aula; 14% assume que desenvolve melhor a ajuda mútua, e um percentual o de 8% diz-nos que melhora no desenvolvimento da leitura.

Com estes resultados, fica perceptível que o trabalho cooperativo influencia o comportamento do aluno, que provoca mudanças e transformações na sua vida, levando-os a ter uma nova visão de mundo, possibilitando uma melhor interação com os membros da comunidade escolar. Como afirma o SESCOOP (2013) na educação cooperativa os alunos passam a resolver seus conflitos, havendo mudanças de hábitos e costumes.

Relativo à questão sobre a **importância do Programa Cooperjovem no processo de ensino e aprendizagem**, os resultados podem ser observados no gráfico e tabela que se seguem:

Gráfico 06: Importância do Programa no Processo de Ensino e Aprendizagem

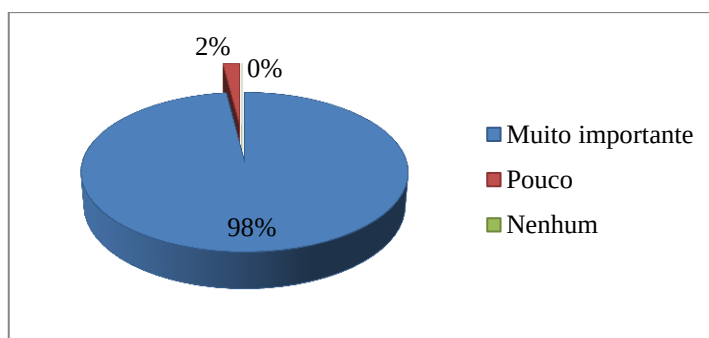


Tabela 08: Importância do Programa no Processo de Ensino e Aprendizagem

	%
Facilita a aprendizagem	62%
Melhora convivência entre colegas, professores e funcionários da escola	21%
Aula dinâmica	2%
Melhora o comportamento	1%
Melhora o planeta	1%
Não justificou	13%
Total	100%

Dos alunos que participaram da pesquisa, verificamos através do gráfico, que 98% ressaltam a importância do Programa no processo de ensino e aprendizagem. Uma percentagem mínima de 2% argumenta que tem pouca importância. Este percentual mínimo de respostas se contradiz um pouco com questionamento anteriores que relata que todos gostam de trabalhar em cooperação.

Em relação à justificação da sua resposta, percebemos através da tabela que 62% dos alunos afirmaram que o Programa é importante no processo, porque facilita a aprendizagem; 21% diz que facilita a convivência entre todos no ambiente escolar; 2% ressalta que a aula torna-se mais dinâmica, e em percentagem igual (1%) temos alunos que assumem que melhora o comportamento e outros que melhora o planeta. Com uma percentagem relativamente significativa (13%) não justificou a sua resposta afirmativa sobre a importância do Programa no processo de ensino e aprendizagem. Subentendemos que há ainda algumas dúvidas em relação ao Programa e à sua finalidade.

Numa outra questão, foi perguntado aos alunos se **os educadores que participam no Programa Cooperjovem** apresentam um processo de ensino facilitador de uma melhor aprendizagem. Da mesma forma que a questão anterior, também aqui os alunos foram obrigados a justificar a resposta (ver questionário em anexo). Os resultados podem ser observados no gráfico e tabela que seguem.

Através do **Gráfico 07** podemos observar que a esmagadora maioria dos alunos (98%) acredita que, com estes professores têm mais facilidade no processo de aprendizagem.

Gráfico 07: Educadores que participam do Programa Cooperjovem ajudam mais na Aprendizagem

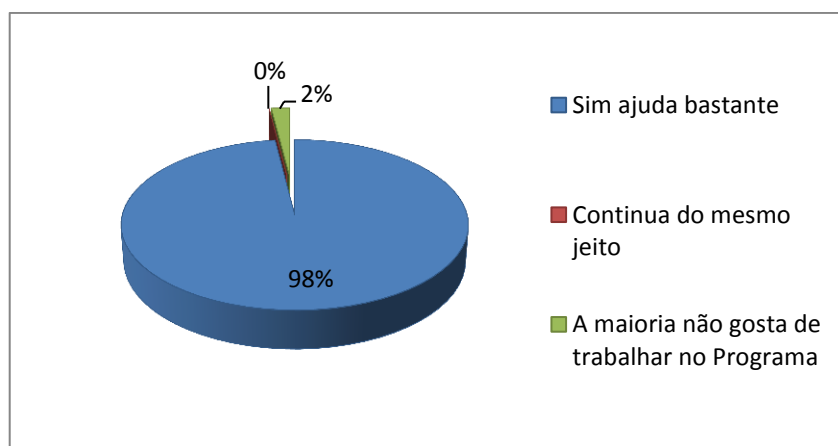


Tabela 09: Educadores que participam do Programa Cooperjovem ajudam mais na Aprendizagem

	%
Aulas dinâmicas facilitam a aprendizagem dos conteúdos	88%
Mais qualificados em sala de aula	2%
Não justificou	10%
Total	100%

Relativamente à justificação da sua resposta (Tabela 09), 88% dos alunos afirmam que, com estes professores, as aulas tornam-se mais dinâmica o que facilita a aprendizagem dos conteúdos; 2% referem que estes professores, porque apresentam saberes e conhecimentos científicos e pedagógicos diferenciados, estão mais qualificados para as práticas pedagógicas; um número relativamente significativo (10%) não justificou a sua resposta.

Questionados se a **participação da família nas atividades do Programa cooperjovem** ajuda na melhoria da aprendizagem, os resultados podem ser observados no gráfico e na tabela que se seguem:

Gráfico 08: Participação da Família nas Atividades do Programa

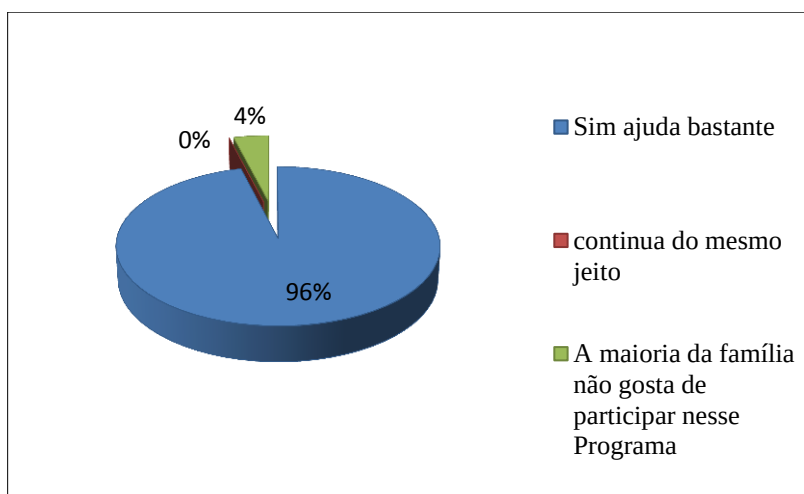


Tabela 10: Participação da Família nas Atividades do Programa

	%
Família e a escola se desenvolvem mais	34%
Facilita a aprendizagem do aluno	32%
Pais ficam a par do comportamento do aluno	11%
Trabalho em equipe da família e escola	3%
Não tem tempo de ir à escola	1%
Não justificou	19%
Total	100%

Através do **Gráfico 08**, podemos verificar que a maioria dos alunos (96%) afirma que a participação da família nas atividades do Programa, ajuda bastante na sua aprendizagem. Porém, 4% dos nossos inquiridos referem que os seus familiares não gostam de participar no Programa.

Ao analisarmos os motivos da participação da família na escola (**Tabela 10**), 34% dos alunos pesquisa dos considera que, havendo uma relação efetiva entre a escola e a família, ambas as instituições saem a ganhar. 32% relatam que esta relação facilita na sua aprendizagem. Em menor proporção, 11% dos alunos referem que esta ligação família e escola dá origem a que os pais acompanhem o comportamento dos seus educandos; segue-se 3% dos alunos que referem da importância do trabalho em equipe família-escola e apenas um percentual de 1% dos alunos, refere que a sua família não ter tempo de ir à escola. Dos alunos inquiridos 19% não justificaram a sua resposta.

Ao fazermos a triangulação com a opinião dos professores e do Gestor escolar sobre este assunto, verificamos que todos assumem ser de suma importância a participação da família no Programa. Família e escola são importantes territórios de socialização dos valores e têm repercussões positivas nas atitudes dos alunos (SESCOOP, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa verificamos que o Programa Cooperjovem transmite tanto aos docentes como aos alunos uma consciência sobre trabalho de conjunto. As mudanças de hábitos e valores culturais obrigam a muita persistência, mediação e diálogo, para além de formação continuada dos professores, obrigando-os a repensarem as suas práticas pedagógicas. Esta nova forma de olhar o ensino implica deixar de lado velhas mentalidades de continuar na mesmice de meros receptores e colocar em prática novas atitudes coletivas. É necessário que haja transformação de todos os membros escolares, pois a educação é um processo em constante construção (SILVA, 2014). Neste contexto tentamos dar resposta à pergunta de partida, previamente enunciada:

Qual a influência do Programa Cooperjovem na vida dos educadores e educandos em uma escola do Ensino Fundamental II do Município de Pedras de Fogo-PB?

A fim de alcançar resposta (s), analisamos as percepções do Gestor escolar, professores e alunos envolvidos na educação cooperativista de uma escola do Ensino Fundamental II, a primeira no município de Pedras de Fogo a fazer a adesão ao Programa.

A investigação nos possibilitou a compreensão de como funciona o Programa Cooperjovem e as práticas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem, que tem como base os princípios cooperativistas. Ficou evidente que, de forma gradativa, é necessária a adesão de toda a comunidade educativa ao Programa, para que o mesmo possa transformar as práticas educativas individuais em práticas coletivas possibilitando o resgate dos valores morais e uma nova aprendizagem em toda a escola. Relembremos que a escola está localizada na zona rural do município atendendo a alunos do Ensino fundamental II, não só da localidade, como das comunidades circunvizinhas. Na instituição, funciona também um anexo do ensino médio da rede Estadual. A escola atende famílias que sobrevivem da agricultura familiar.

Como referimos anteriormente, embora esta escola tenha feito a sua adesão ao Programa em 2007, nem todos os professores aderiram a esta metodologia de ensino, provavelmente por acreditarem tratar-se de mais um programa imposto pelo governo Federal.

Através do nosso estudo podemos verificar que os educadores que participaram no Programa, receberam várias formações e matérias cooperativistas como ferramentas para se prepararem para a nova metodologia de ensino. Verificamos também que o conhecimento e a adoção de valores e princípios cooperativistas influenciaram a reflexão sobre a metodologia de ensino e a função da escola, a relevância da formação integral dos alunos, a necessidade de educar para a atuação e a construção de ações coletivas para a intervenção na realidade.

Questionados sobre os valores enfatizados pelo cooperativismo, tanto o Gestor como os professores assumiram a responsabilidade, como valor fulcral, seguindo-se a igualdade.

Os nossos sujeitos participantes fazem referência ao fato do Programa ser desenvolvido em consonância com os mini projetos existentes no Projeto Político Pedagógico da escola. Na opinião dos nossos entrevistados, o Programa leva em consideração a grade curricular, adequando o desenvolvimento do Programa aos conteúdos, transformando-se numa ferramenta pedagógica inspiradora para a prática da Educação Cooperativa.

Quanto às maiores dificuldades que encontraram para a implantação do Programa, os nossos entrevistados fazem referência à dificuldade de conseguir captar toda a comunidade educativa para o trabalho cooperativo. Por outro lado, também encontram alguma resistência por parte das famílias. Estes alunos têm dificuldades na alfabetização com problemas de leitura e escrita e são na sua maioria, oriundos de famílias com baixa escolarização. Conseguir atrair estes pais à escola é um desafio.

Em contrapartida, as maiores facilidades em trabalhar com o Programa está no fato de este ser interdisciplinar e ainda permitir atividades extracurriculares que sejam do interesse dos alunos como, por exemplo, trabalhar na horta. Como tal, os educadores ao refletirem a sua prática pedagógica compreenderam que os conteúdos ensinados devem ajudar a desenvolver competências que façam sentido para a vida dos alunos resultando em atitudes de respeito, união, solidariedade e responsabilidade entre as gerações.

Quanto aos alunos, percebemos que com o Programa eles se interessam e participam com entusiasmo de todas as atividades escolares, constroem conhecimentos, aprendem a pensar mais no coletivo, desempenham o trabalho cooperativo de forma eficaz, valorizando a mediação dos educadores. Para a grande maioria destes alunos, a importância do Programa está, sobretudo, no processo de ensino e aprendizagem. E isto, na opinião deles está no fato de os professores que aderiram ao Programa terem uma prática pedagógica promotora de uma melhor aprendizagem. Desta aprendizagem participativa resulta uma nova oportunidade no seu estilo de vida, na descoberta do sentido da cooperação o que lhes vai propiciar uma nova

forma de organização do seu trabalho e vivência diária na ligação da escola à família. Por isso, a escola tem o papel de fazer com que a cultura da cooperação ultrapasse seus muros, melhorando a vida de toda comunidade, num processo de solidariedade. Até porque, na opinião da maioria dos alunos inquiridos, uma relação efetiva da escola com a família, faz com que todos se beneficiem.

Assim sendo, podemos concluir que neste contexto cooperativo, as práticas pedagógicas demonstram um novo vínculo entre a educação e o trabalho, de forma a impulsionar uma educação mais humana e democrática. Por isso, era importante disseminar na instituição uma cultura da cooperação, com base numa prática pedagógica cooperativa, reflexiva, consciente e criativa.

Por fim, entendemos que a nossa temática servirá de futuros estudos para as futuras gerações, uma vez que, sendo o Programa Cooperjovem recente há, ainda, um longo trabalho pela frente...

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. C. A. **A Importância da cooperação entre a escola e a família**. Um Estudo de caso. Instituto politécnico de Castelo Branco. Dissertação de Mestrado. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1560/1/TESE%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.
- ALVES, G. L. **A Produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande/Campinas: UFMS/Autores Associados, 2001.
- ANDRETTA, F. C. Currículo e conhecimento escolar: uma reflexão sobre algumas relações teóricas e práticas. In: **PERSPECTIVA**, Erechim. v.37, n.140, p.93-102, dez. 2013. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/140_376.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2018.
- ARAÚJO, U. F. **Temas transversais e a estratégia de projetos**. São Paulo: Moderna, 2003.
- _____. **Educação e Valores**. Encontro temático regionalizado. Universidade de São Paulo. 2007. Disponível em: <https://www2.escolainteraiva.com.br/canais/20_econtros_tem/2007/SaoPaulo/Texto%20Ulisses%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco III**. 3 ed. Bauru, SP: Edipro, 2006.
- BARROSO, J. **Políticas educativas e organização escolar**. Lisboa: Universidade Aberta, 2005.
- BENEVIDES, M. V. A. **Cidadania ativa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- BOLÍVAR, A. **Educación para la ciudadanía**. Barcelona; Editorial Graó, 2007.
- BOMENY, H.; FREIRE-MEDEIROS, B. **Tempos Modernos Tempos de Sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.
- BRANDÃO, C. P. **Projetos políticos-pedagógicos e a qualidade da educação**: a visão dos seus autores. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. **Lei nº 5.764/71**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- _____. **Lei nº 9.394 de 20/12/1996**. Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB). Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2015.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica.** Ministério da Educação, 1999.

_____. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2015.

_____. **Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001.** Portal MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Ética e cidadania:** construindo valores na escola e na sociedade. Brasília-DF: MEC/SEB, 2007.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH – 3).** Brasília: SEDH/MEC, 2010.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 mai. 2018.

CAETANO, L. M. **A Escola Contemporânea e os novos desafios aos educadores.** São Paulo: Paulinas, 2012.

CARVALHO, J. S. F. Democratização do Ensino. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2 p. 327 a 334, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a11.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretária da Educação Básica. Educação e direitos humanos: formação de professores e práticas escolares. In: **Ética e cidadania:** Construindo valores na escola e na sociedade. Brasília-DF: MEC/SEB, 2007.

CASTRO, H. C. O.; RANINCHESKI, S. A Internacionalização da democracia: a universalização dos valores liberais. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas.** v. 7, n. 1/2003.

CAVENAGHI, A. R. A.; BZUNECK, J. A. A Motivação de alunos adolescentes enquanto desafio na formação do professor. In: **IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, outubro de 2009.** Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1968_1189.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

CERTAU, M. **A Invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COSTA, D. S. **A Universalização da educação básica no Estado Constitucional**. São Paulo, Novembro de 2009.

DIAS, A. C. P. **O Projeto político-pedagógico e sua influência no planejamento docente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/STI/Downloads/DiasAndreiaCristinaParizatto_TCC%20(3).pdf>. Acesso em: 16 mai. 2018.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil**: limites e perspectivas. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____.; OLIVEIRA, J. F. A Qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios. In: **Caderno Cedes**, Campinas v. 29, n.78, p. 201-215, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

FERREIRA, P. M. **Os Jovens e a cidadania política e social na Europa**. Lisboa-Portugal: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2005.

FRANCO, C; ALVES F.; BONAMINO, A. Qualidade no ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 989-1014, Especial – Out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. In: **Artigos Sociologias**, Porto Alegre, a. 3, n. 6, jul/dez. p. 242-264, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a11n6.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

_____.; SCHONARDIE, P. A. **As Práticas do movimento cooperativo como lugares de educação**. UNIJUI, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT03-3267--Int.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

FREITAS, D. N. Ação reguladora da União e qualidade do ensino obrigatório (Brasil, 1988-2007) In: **Revista Educar**, Curitiba, n. 31, p. 33-51, 2008.

FREITAS, L. A. A.; FREITAS, A. L. A Prática Docente a Serviço da Transformação Social. In: **X Congresso Nacional de Educação**. EDUCERE, Curitiba. Formação para mudanças no contexto da educação: políticas, representações sociais e práticas. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6095_3857.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

GAWLAK, A. **Cooperativismo**: primeiras lições. 3. ed. Brasília: SESCOOP, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. **Estudo de caso**: fundamentação científica subsídios para coleta de dados como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, A. J. Escola Cooperativa no Brasil: mito e realidade. In: **IV Encontro de Pesquisas em Educação da UFPI: 4, 2006**. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

GONÇALVES, D. M. **Universalização da educação básica no Brasil**: utopia para a construção de uma educação integral. Dissertação (Curso de Mestrado) Escola Nacional de Ciências e Estatísticas. Programa de Pós Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro. 2010.

GRACINDO, R. V. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

GRISPINO, I. S. **Cooperativa educacional**. Artigos, 2002. Disponível em: <http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1511:cooperativa-educacional&catid=103:artigos-educacionais&Itemid=456>. Acesso 14 de mai. 2018.

IANI, O. **A Sociedade global**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Portal do **Brasil em Síntese**: 2018. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. **Pedras de Fogo - PB, IBGE**: Cidades. Censo demográfico 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pedras-de-fogo/panorama>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

JÚNIOR, J. L. S. **Educação e cidadania**: um estudo sobre a construção de uma escola cidadã no interior de Sergipe. Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, 2007. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/1235>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

LOUREIRO, A. L. C. M. T. **Porque Pouparamos Energia? Altruísmo, Ambientalismo e Contexto na Explicação do Comportamento de Poupança de Energia**. ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa. 2010. Disponível em: <repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/2836/1/TESE_Ana%20Loureiro_Porque%20pouparamos%20energia.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018.

MARQUES, M. O. **Educação/interlocução, aprendizagem/reconstrução de saberes**. Ijuí: UNIJUI, 1996.

MARQUES, R. **Cidadania na escola**. Lisboa: Livros Horizontes, 2007.

MEDEIROS, M. **Um Olhar crítico sobre currículo**: um estudo do currículo no contexto de instituições escolares do município de Caicó-RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Monografia, 2015, Disponível em:

<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1814/6/Um%20olhar%20cr%C3%A9tico_Monografia_Medeiros.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2018.

MELO, E. N. **Olhares atentos, detalhes orientadores**: o lugar da inteligência popular na alfabetização de jovens e adultos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

_____. Aprender: uma busca permanente. In: SANTOS, F. C.; SENA, F. S.; GONÇALVES, L. G. (org.) **Memórias escolares**: quebrando o silêncio. Fortaleza/João Pessoa: Eduece, 2017.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível

em:<http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2018.

_____. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MODOLO, C. P. **A Gestão escolar democrática participativa e a ação docente**.

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências, Campus Bauru, 2007. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/tcc-camila-final.html>>. Acesso em: 26 out. 2017.

MONROE, P. **História da Educação**. 17. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

MORE, T. S. S. **Utopia**. São Paulo: Ridel, 2005.

NOGUEIRA, F. M. G.; BORGES, L. F. P. A Efetivação da universalização do ensino fundamental e o processo de democratização no Brasil. In: **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.16, p.84-96, dez., 2004.

OCB (org.). **O Cooperativismo no Brasil**. Brasília: OCB/MA/SDR/Denacoop, 1996c.

OCB; SESCOOP; COOPERGRAF (Org.). **Manual para professores**: cooperativismo. 2. ed. Brasília-DF: SECOOP, 2002.

PACHECO, J. **Currículo**: teorias e práxis. Porto: Porto Editora, 2001.

PÁTARO, R. F.; ALVES, C. D. Educação em valores: a escola como espaço de formação para a cidadania na sociedade contemporânea. In: **VI EPCT**: Encontro de Produção Científica e Tecnológica (24 a 28 de Outubro de 2011), p. 1-15. Disponível em:

<http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_humanas/07.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

PEREZ ISLÂS, J. A. P. Trazos Para Un Mapa De La Investigación Sobre Juventud Em América Latina. In: _____. **Sociologia Papers**, 79, 2006, p. 145-170.

PERRENOUD, P. **Escola e cidadania**: o papel da escola na formação para a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas dos Direitos Humanos. In: **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

POSSAMAI, C. F. **A Função social da Escola, o papel do professor e a relevância do conhecimento científico na pedagogia Histórico-Crítica**. Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL. Mestrado em Educação. Tubarão, 2014. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Clar%C3%ADvia-Fontana-Possamai.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

PUIG, J. M. **Ética e valores**: métodos para um ensino transversal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROHAN, M. J. A Rose by any name? The values construct. In: **Personality and Social Psychology Review**, 2000, 4, 255-277.

ROVIRA, J. M. Cómo hacer escuelas democráticas? In: **Educación e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, n. 2 p. 55-69, jul./dez., 2000.

SANTOMÉ, J. **A Educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, M. E. B., *et.al.* **Educação para a cidadania**: proposta curricular para os ensinos básico e secundário, Junho de 2011. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ed_cidadania_basico_sec_2011.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

SANTOS, J. G. S. **O Projeto Político Pedagógico como Ferramenta da Gestão Escolar Democrática**. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/830/Santos_Julia_Gabrieli_Schmidt.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 mai. 2018.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 14. ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCHNEIDER, J. O. **A Doutrina do cooperativismo nos tempos atuais**. São Leopoldo: Editora Unisinos / CEDOPE, 1993.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: **Advances in Experimental Social Psychology**, 25, 1-65, 1992.

_____.; *et al.* Extending the cross-cultural validity of the theory of basic human values with a different method of measurement. In: **Journal of Cross-Cultural Psychology**, 32, n. 5, p. 519-542, 2001.

SESCOOP. **Programa Cooperjovem**: Manual para professores, Cooperativismo. 2. ed. Brasília: OCB/SESCOOP/COOPERGRAF, 2002.

_____. **Portaria nº. 036 de 05 de novembro de 2007**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/portaria-sescoop-nº036-2007-programa-cooperjovem-1.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. **Programa Cooperjovem**: sementes da cooperação, livro do professor. Brasília, SESCOOP, 2007.

_____. **Cooperjovem**: Educação para a cooperação uma prática pedagógica cooperativa reflexiva, consciente e criativa, Guia do Instrutor. Brasília: SESCOOP, 2013.

_____. **Cooperjovem**: Educação para a cooperação uma prática pedagógica cooperativa reflexiva, consciente e criativa, Caderno do Educador. Brasília: SESCOOP, 2013.

_____. **Metodologia do Programa Cooperjovem**. Brasília: SESCOOP, 2013.

_____. **Resolução nº 109 de 19 de Junho de 2007**. Disponível em: <http://www.ocb.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/resolucao_sescoop_n%C2%BA_109_2007_programa_cooperjovem.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

SILVA, C. M. **Escola cooperativa**: uma experiência em ensino público com gestão privada. Presidente Prudente-SP, Unoeste, Universidade do Oeste Paulista, Dissertação de mestrado, 2007. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/bitstream/tede/853/1/CLEUSA DISSERTACAO_14_03%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SILVA, L. A. **A Importância da educação de valores para a formação moral de indivíduo**. 2011. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_55336/artigo_sobre_a-importancia-da-educacao-de-valores-para-a-formacao-moral-do-individuo>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SILVA, L. F. **Leitura e escrita**: lendo o (in)visível e escrevendo a cidadania. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6275/LAURICEA%20FRANCISCO%20DA%20SILVA%20Final.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. (orgs.) **A Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

TAMAYO, A. Contribuições ao estudo dos valores pessoais, laborais e organizacionais. In: **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 23 n. especial, 017-024, 2007.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. 2. ed. Rio de Janeiro:Ed.UFRJ,1997.

_____. **Educação é um Direito**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

TELES, M. L. S. **Educação**: a revolução necessária. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

VANIER, J. **Comunidade**: lugar do perdão e da festa. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

VILLA, M. M. **Dicionário do pensamento contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2000.

ZANELLA, A. V. Zona de Desenvolvimento proximal: Análise Teórica de um conceito em algumas situações variadas. Universidade Federal de Santa Catarina-SC. In: **Temas em Psicologia**, 1994, n. 2. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v2n2/v2n2a11.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

APÊNDICES

GUIÃO DA ENTREVISTA AO GESTOR

Este guião de inquérito por entrevista destina-se ao gestor escolar e tem como objetivo colher informações para o estudo sobre o Programa Cooperjovem, numa perspectiva de se perceber como se desenvolve a cultura da cooperação no ambiente escolar, tendo por fim a elaboração da dissertação de mestrado em Ciências da Educação da universidade Lúsofona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa.

Agradeço a sua colaboração e garanto que todas as informações recolhidas seguirão a regra do anonimato do estudo científico em questão.

1. Perfil do (a) Entrevistado (a):

- 1.1. Qual o seu nível de formação?.....
- 1.2. Qual o seu tempo de carreira na educação?.....
- 1.3. Qual seu tempo de trabalho como diretor (a)?.....
- 1.5. Há quanto tempo atua na direção desta Escola?.....

2. QUESTÕES:

2.1- O que levou a escola a aderir ao Programa Cooperjovem?

2.2- Como gestor, qual tem sido a sua contribuição para o desenvolvimento do Programa Cooperjovem?

2.3- O que difere o Programa Cooperjovem de outros programas implantados na escola?

2. 4- De entre os valores essenciais enfatizados pelo cooperativismo, indique 03 que considere essenciais para o desenvolvimento do aluno como cidadão. Justifique

2.5- Em sua opinião, o cooperativismo envolve todas as áreas de trabalho?

2.6- Como é desenvolvido o Programa Cooperjovem na escola, a nível de currículo, PPP e atividades em sala de aula e extracurriculares?

2.7 -Quais as maiores dificuldades enfrentadas com o Programa?

2.8-Quais as facilidades de se trabalhar com o Programa de Cooperativismo?

2.9-Em sua opinião, qual a influência da participação da família nas atividades do Programa Cooperjovem?

2.10-Em geral, como tem sido feito o acompanhamento e monitorização do Programa Cooperjovem na escola, a nível estadual?

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO GESTOR

1. Perfil do (a) Entrevistado (a):

1.1. Qual o seu nível de formação? Especialização no Ensino da Matemática

1.2. Qual o seu tempo de carreira na educação? 13 anos

1.3. Qual seu tempo de trabalho como diretor (a)? 02 anos

1.5. Há quanto tempo atua na direção desta Escola? 02 anos

2. QUESTÕES:

2.1- O que levou a escola a aderir ao Programa Cooperjovem?

Na verdade quando eu entrei o Programa já existia desde 2007, mais pelo o que eu percebo, como eu já trabalhava como professor, são os projetos, os temas e isso facilita muito o dia a dia na escola, o aprendizado a participação com a família é, isso foi que fez o diferencial para a escola, acatar e abraçar o Programa Cooperjovem.

2.2- Como gestor, qual tem sido a sua contribuição para o desenvolvimento do Programa Cooperjovem?

A gente vem incentivando os alunos, professores até mesmo a família, os pais a interagir cada vez mais com o Programa. A gente também procura facilitar o espaço físico, dispondo de equipamentos tecnológico como Datashow, impressoras, notebook, é, equipamentos de som para que o Programa ele seja trabalhado de uma forma agradável , ou seja, não cansativo.

2.3- O que difere o Programa Cooperjovem de outros programas implantados na escola?

Há adesão do Cooperjovem, ela é de uma forma espontânea, onde é trabalhado esses temas como solidariedade, responsabilidade, ajuda mútua, autonomia, dentre outros, e facilitando como já falei a vida do aluno de uma forma geral.

2. 4-. De entre os valores essenciais enfatizados pelo cooperativismo, indique 03 que considere essenciais para o desenvolvimento do aluno como cidadão. Justifique.

A igualdade eu acho um tema bastante importante, saber que ninguém é melhor que ninguém, independente de sua cor, raça, religião e um time de futebol, de uma forma geral somos todos iguais. A responsabilidade o aluno, o indivíduo, o ser humano precisa saber que deve ser responsável pelo os seus atos para que possamos crescer de uma forma geral. Ajuda mútua, saber que precisamos andar de mãos dadas ajudando e recebendo ajuda, e isso é muito importante hoje em dia, saber que sempre precisamos uns dos outros, que vivemos numa sociedade, é justamente viver na sociedade que faz bonito esse lado humano de ta sempre ajudando o próximo.

2.5- Em sua opinião, o cooperativismo envolve todas as áreas de trabalho?

Com certeza, com certeza, sim.

2.6- Como é desenvolvido o Programa Cooperjovem na escola, a nível de currículo, PPP e atividades em sala de aula e extracurriculares?

O Programa é desenvolvido de uma forma casada entre os projetos, mini projetos que são desenvolvidos na escola no seu dia a dia tipo: Cooperhorta, os valores, reciclagem dentre outros.

2.7 -Quais as maiores dificuldades enfrentadas com o Programa?

Olha na verdade, é conseguir aderir uma quantidade maior, cada vez maior de professores e de alunos porque isso não vem sendo fácil, também assim a questão da localização geográfica da escola, por ela ser na zona rural, as comunidades onde os nossos alunos moram são bastante distante, para que eles possam participar de projetos que acontecem no contraturno fica muito complicado, a maioria deles não podem participar.

2.8-Quais as facilidades de se trabalhar com o Programa de Cooperativismo?

Primeiro é porque o Programa já é um programa antigo desde 2007 e sempre foi trabalhado de uma forma lúdica, com temas que se encaixam com perfil dos nossos alunos, coisa que não é tão fácil de ser trabalhado com os alunos que são da zona urbana já que os nossos alunos são 100% da zona rural.

2.9-Em sua opinião, qual a influência da participação da família nas atividades do Programa Cooperjovem?

A participação da família, ela é primordial porque quando o aluno já sai de casa com aquele incentivo dos pais, é facilita muito a interação dele com os projetos.

2.10-Em geral, como tem sido feito o acompanhamento e monitorização do Programa Cooperjovem na escola, a nível estadual?

A escola é muito grata pelo SESCOOP que vem desenvolvendo um trabalho maravilhoso, desde 2007 e hoje ela vem sendo acompanhada pelo analista Petrúcio Mamede que desenvolve, acompanha e está sempre presente nos projetos da nossa escola.

GUIÃO DE INQUÉRITO POR ENTREVISTA A PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II FASE

Este guião de inquérito por entrevista aos professores do Ensino Fundamental II tem como objetivo colher informações para o estudo sobre o Programa Cooperjovem, numa perspectiva de se perceber como se desenvolve a cultura da cooperação no ambiente escolar, tendo por fim a elaboração da dissertação de mestrado em Ciências da Educação da universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa.

Agradeço a sua colaboração e garanto que todas as informações recolhidas seguirão a regra do anonimato do estudo científico em questão.

1. Perfil do (a) Entrevistado (a):

- 1.1. Indique o sexo e a idade:
- 1.2 Qual o seu nível de formação?
- 1.3. Qual o seu tempo de carreira na educação?
- 1.4. Qual a disciplina que leciona.....
- 1.5. Há quanto tempo participa no **Programa Cooperjovem?**.....

2. QUESTÕES

2. 1- O que difere o Programa Cooperjovem de outros programas implantados na escola em que trabalha?

2.2- Que tipo de formação recebeu em cooperativismo e que material de suporte, para trabalhar com o tema cooperação na sua disciplina?

2. 3- Para atividades cooperativistas na sala de aula, o que considera fundamental, no planeamento, concretização e avaliação das atividades?

2.4- De entre os valores enfatizados pelo cooperativismo, indique 03 que considere essenciais para o desenvolvimento do aluno como cidadão. Justifique

2.5- Em sua opinião, o cooperativismo envolve todas as áreas de trabalho?

2.6- Como é desenvolvido o Programa Cooperjovem na escola em que você atua, a nível de currículo, PPP e atividades em sala de aula e extracurriculares?

2.7-Quais as maiores dificuldades enfrentadas com o Programa?

2.8-Quais as facilidades de se trabalhar com o Programa de Cooperativismo?

2.9- Em sua opinião, qual a influência da participação da família nas atividades do Programa Cooperjovem?

2.10- Em geral, como tem sido feito o acompanhamento e monitorização do Programa Cooperjovem na escola, a nível estadual?

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS A PROFESSORES DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II FASE

1. Perfil do(a) Entrevistado(a)
1.1-Indique o sexo e a idade
Prof. 1: Feminino e tem 44 anos Prof. 2: Feminino e tem 49 anos Prof. 3: Masculino e tem 35 anos Prof. 4: Feminino e tem 30 anos Prof. 5: Feminino e tem 30 anos Prof. 6: Feminino e tem 24 anos Prof. 7: Feminino e tem 32 anos Prof. 8: Feminino e tem 33 anos
1.2- Qual o nível de formação?
Prof. 1: Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Matemática e Especialização em Psicologia escolar da aprendizagem. Prof. 2: Nível Superior de formação (Português). Prof. 3: Formação em Biologia com Pós-Graduação no Ensino da Biologia. Prof. 4: Superior (Formada em Português) Prof. 5: Licenciatura Plena em Geografia e Especialização em Ciências Ambientais. Prof. 6: Graduada e Ciências Biológicas. Prof. 7: Ciências com Habilitação em Biologia e Pós Graduação em Ciências Ambientais. Prof. 8: Formação em Biologia
1.3- Qual o seu tempo de carreira na educação?
Prof. 1: 27 anos. Prof. 2: 28 anos. Prof. 3: 15 anos. Prof. 4: 14 anos Prof. 5: 07 anos Prof. 6: 04 anos Prof. 7: 10 anos Prof. 8: 10 anos

1.4-Qual a disciplina que leciona?

Prof. 1: Inglês e Matemática.

Prof. 2: Português.

Prof. 3: Ciências

Prof. 4: Português

Prof. 5: Geografia

Prof. 6: Biologia

Prof. 7: Ciências e Biologia

Prof. 8: Ciências e Artes

1.5-Há quanto tempo participa no Programa Cooperjovem?

Prof. 1: Há 10 anos.

Prof. 2: Há 08 anos.

Prof. 3: Há 06 anos.

Prof. 4: Há 04 anos

Prof. 5: Há 03 anos

Prof. 6: Há 03 anos

Prof. 7: Há 02 anos

Prof. 8: Há 02 anos

2.Questões

2.1-O que difere o Programa Cooperjovem de outros programas implantados na escola em que trabalha?

Prof. 1: Além de promover um melhoramento na qualidade de vida das pessoas de um grupo, é um Programa, ele desenvolve ações cooperativistas.

Prof. 2: O Programa, ele consegue, “é atrair”, a maioria dos alunos nos projetos, porque são projetos intensivos que levam o aluno a obter conhecimentos que no dia-a-dia eles não tem, então eles se sentem mais incentivados a trabalhar nesse Programa Cooperjovem.

Prof. 3: O que difere é que esse programa ele é um Programa de cooperação, entre todos os que estão dentro da escola, seja ele professor, alunos que é o principal nesse projeto, mais não só ele como também tem todos os funcionários da escola tem que participar, para que haja toda cooperação para o projeto ser melhor representado.

Prof. 4: Então, o programa ensina como funciona o cooperativismo em uma comunidade estimulando a formação profissional.

Prof. 5: O trabalho em equipe incentivando os alunos desde cedo a cooperar, pois o projeto não abrange só apenas alunos do Fundamental II, ele também dá suporte para alunos do Fundamental I e isso é bastante importante.

Prof. 6: O que difere o Cooperjovem de outros programas é que ele promove o exercício da convivência e da cooperação incentivando a prática no cotidiano da escola.

Prof. 7: O que difere de outros Programas é porque ele trabalha mais com o cooperativismo, o trabalho em equipe com os alunos e a cidadania.

Prof. 8: Acredito que é o trabalho em equipe, é a cooperação em todos os passos do projeto.

2.2-Que tipo de formação recebeu em cooperativismo e que material de suporte, para trabalhar com o tema cooperação na sua disciplina?

Prof. 1: Participei já de capacitações de jogos cooperativos, recebemos para trabalhar alguns materiais, tipo gibis, livros, panfletos e etc.

Prof. 2: Bom, nós tivemos várias capacitações e sempre nessas capacitações, nós recebíamos muito material, livros de instruções de como trabalhar as atividades em sala de aula, revistas informativas, cadernos de atividades para as crianças, gibis contando a filosofia do projeto.

Prof. 3: Recebemos algumas formações continuadas em João Pessoa, recebemos uns livrinhos, uns gibis que foram trabalhados, alguns jogos que foram trabalhados por todos os professores.

Prof. 4: Então, a capacitação para educadores de modo a incluírem uma prática pedagógica, os princípios, valores e métodos da educação cooperativa, então os materiais de suporte, revistas em quadrinhos, livro do aluno e livro do educador.

Prof. 5: Bom, durante o período que recebemos as formações nas próprias palestras, tiramos ideias para podermos adaptar a nossa disciplina e também a nossa realidade, além de nos fornecer materiais para podermos trabalhar com os alunos como: sementes, lápis, folhas, tintas, dentre outros.

Prof. 6: Com capacitações, reuniões durante o ano recebemos também, materiais pedagógicos do Programa e jogos cooperativos para ser aplicado em sala de aula.

Prof. 7: Através de capacitações, reuniões durante o ano. E os materiais foram materiais pedagógicos e jogos cooperativos.

Prof. 8: Capacitações na escola para os professores. Recebemos é: revistas em quadrinhos do Cooperjovem, apostilas com jogos cooperativos.

2.3-Para atividades cooperativistas na sala de aula, o que considera fundamental, no planejamento, concretização e avaliação das atividades?

Prof. 1: Bom, considero fundamental o trabalho em grupo. O trabalho em grupo isso é fundamental no planejamento, são as ações que são propostas durante o processo ensino aprendizagem, com relação a concretização e avaliação a aplicação das atividades e o acompanhamento. É observando os avanços e recuos durante todo o trabalho, todas as atividades cooperativistas.

Prof. 2: Bom, o planejamento é sempre muito dinâmico, a concretização é fácil da gente realizar e a avaliação também, porque a avaliação é feita em cima do que o aluno desenvolve, então é muito fácil da agente avaliar o desenvolvimento.

Prof. 3: O envolvimento dos alunos junto com toda a comunidade escolar.

Prof. 4: É fundamental os valores e os princípios cooperativistas, é tratado como dedicação as atividades.

Prof. 5: O planejamento ele é bem dinâmico e fácil de ser aplicado em sala de aula, e isso nos ajuda muito na realização do projeto.

Prof. 6: Que os alunos se envolva em equipe através da harmonia e da cooperação.

Prof. 7: O envolvimento dos alunos nas atividades cooperativistas.

Prof. 8: O planejamento é dinâmico, é fácil de colocar em prática. A avaliação é feita ao final do ano de cada ano letivo por meio das atividades que foram desenvolvidas pelos alunos.

2.4-Dentre os valores enfatizados pelo cooperativismo, indique 03 que considere essenciais para o desenvolvimento do aluno como cidadão. Justifique.

Prof. 1: Responsabilidade, “tem que ter responsabilidade no que esta fazendo ou não vai pra frente, ou não da certo.”

Solidariedade, “tem que saber ajudar o próximo.”

Democracia, “você ter a liberdade de escolher as coisas de uma forma, assim onde todos possam participar daquela escolha.”

Prof. 2: Bom, a solidariedade porque a gente vive num mundo não muito que tem solidariedade, então os alunos aprendem a desenvolver essa capacidade.

Responsabilidade, autonomia, porque aprende a desenvolver atividades por eles mesmos. A honestidade, porque eu acho que esses são pontos fundamentais.

Prof. 3: A igualdade entre todos. A responsabilidade que eu acho que é o principal e a autonomia de cada um, porque? Porque sem essas três qualidades esses três valores, o projeto não seria o mesmo, não seria desenvolvido tão bem como está aqui na nossa escola.

Prof. 4: A cooperação, a solidariedade e a participação, é, isso é fundamental para uma formação de um bom cidadão.

Prof. 5: Na minha opinião a responsabilidade, solidariedade e igualdade. Eu acredito que esses três são fundamentais é, na formação do cidadão para que se torne pessoas críticas e responsáveis.

Prof. 6: Respeito, cidadania e ajuda mútua, esses valores irá formar cidadãos para uma sociedade que seja mais cooperativista.

Prof. 7: Responsabilidade, igualdade e solidariedade. São valores que contribuem para a formação de cidadãos mais cooperativos.

Prof. 8: Igualdade, honestidade e responsabilidade. Acredito que são três valores essenciais na formação do ser humano e que irão contribuir para o desenvolvimento do aluno e na sua convivência mesmo com os colegas de sala de aula.

2.5- Em sua opinião, o cooperativismo envolve todas as áreas de trabalho?

Prof. 1: Com certeza é só adequar os temas cooperativistas aos trabalhos que são aplicados em sala de aula.

Prof. 2: Com certeza, ela é interdisciplinar, trabalha todas as áreas, então isso é o que o torna mais dinâmico.

Prof. 3: Sim. Envolve sim.

Prof. 4: Sim. Cabe cada pessoa servir-se na metodologia participativa usando a criatividade e aproveitando cada situação.

Prof. 5: Sim. Além de trabalharmos os valores em sala de aula, acredito que os alunos já tem alguma bagagem que trazem de casa que seus pais ensina.

Prof. 6: Sim. Na escola mesmo o cooperativismo vai do porteiro a merendeira, todos os funcionários da escola são envolvidos não só o aluno.

Prof. 7: Sim. Todos os funcionários, professores e alunos estão envolvidos no Programa.

Prof. 8: Sim. Envolve em todas as disciplinas, elas podem ser trabalhadas em equipe.

2.6- Como é desenvolvido o Programa Cooperjovem na escola em que você atua, a nível de currículo, PPP e atividades em sala de aula e extracurriculares?

Prof. 1: É desenvolvido de acordo com a faixa etária dos alunos, e também com o desenvolvimento da aprendizagem de cada um deles.

Prof. 2: Nós temos a Coopehorta que a gente trabalha com os alunos, nós temos palestras e oficinas de como trabalhar, materiais recicláveis e também seminários trabalhando os valores com os alunos.

Prof. 3: Ele é trabalhado de forma igualitária com outros projetos, porém, ele sai na frente por envolver todos os funcionários da nossa escola.

Prof. 4: É conteúdos que refletem a realidade local e atividades que estimulam o cooperativismo dentro e fora da sala de aula.

Prof. 5: O Programa é desenvolvido com mini projetos que tem no PPP como: a Cooperhorta, projetos de reciclagens e de valores.

Prof. 6: Com o projeto da Cooperhorta e o projeto também que o PPP da escola tem que é o de reciclagem.

Prof. 7: Aproveitando alguns mini projetos do PPP, unindo com o Programa Cooperjovem como é a Cooperhorta, o projeto de reciclagem e resgate de valores.

Prof. 8: O Programa é desenvolvido de acordo com os mini projetos, é, que são elaborados anualmente na escola.

2.7- Quais as maiores dificuldades enfrentadas com o Programa?

Prof. 1: É algumas atividades que são aplicadas com os alunos da faixa etária, onde se inclui o ciclo da alfabetização, eles ainda não sabem ler aí fica um pouco mais difícil de se trabalhar, mais a gente consegue.

Prof. 2: É envolver 100% da escola, a gente ainda não conseguiu esse patamar, mais a gente está bem próximo.

Prof. 3: Olha, as maiores dificuldades, eu acho que na nossa escola o tempo que é curto com os nossos alunos, pois os alunos são de outras comunidades e não podem está se deslocando para a escola em outros horários.

Prof. 4: Os colegas, que porventura resiste a ideia de cooperação.

Prof. 5: A dificuldade é que nem todos os alunos da escola se envolve.

Prof. 6: A falta de interesse por parte de alguns alunos.

Prof. 7: A falta de interesse de alguns educandos.

Prof. 8: A maior dificuldade ainda é o envolvimento do corpo docente da escola.

2.8- Quais as facilidades de se trabalhar com o Programa de Cooperativismo?

Prof. 1: Os trabalhos que são desenvolvidos com os jogos e as dinâmicas, isso facilita a

aplicação de todas as ações que são propostas no currículo.

Prof. 2: As facilidades é porque no mundo que a gente vive de desemprego, dificuldades, a gente consegue encaminhar os alunos e abrir a mente deles para atividades que vão estar ajudando eles nessa área.

Prof. 3: Muito importante essa área aí, porque a facilidade é que é envolvido todos os alunos da escola e aqueles que mais gostam se destacam nesse Programa, ele melhora muito seu rendimento escolar e tem outras facilidades, porque a gente tem alguns mecanismos que ajuda, que a gente recebeu formações que foram patrocinadas, vamos dizer assim, pelo Programa de Cooperativismo em João Pessoa.

Prof. 4: É o conteúdo e a metodologia estão alicerçados nos princípios e valores cooperativistas.

Prof. 5: É um projeto bom, é a maioria dos alunos gostam, gostam muito principalmente quando colocamos os discentes para trabalhar na horta onde se torna um momento muito prazeroso e satisfatório.

Prof. 6: É um Programa fácil por ser interdisciplinar, podendo trabalhar em qualquer disciplina o cooperativismo.

Prof. 7: A facilidade é porque o Programa é interdisciplinar. É podem ser trabalhados em qualquer área em que tivermos atuando.

Prof. 8: O trabalho em equipe contribui para o melhor aprendizado do aluno e o melhor convívio entre eles.

2.9- Em sua opinião, qual a influência da participação da família nas atividades do Programa Cooperjovem?

Prof. 1: É fundamental a participação da família. Não adianta só a criança saber usar os valores do cooperativismo, a família precisa compreender e participar também.

Prof. 2: Quando a família se envolve fica mais fácil, os alunos se sentem mais atraídos e incentivados a trabalhar.

Prof. 3: Eu acho que nesse ponto aí está deixando um pouco a desejar porque as famílias, elas não estão muito frequentes na escola para saber o rendimento dos seus alunos, então precisa melhorar um pouco mais, que os conselhos de alguns pais que a gente vê muito, melhora tanto no aluno na escola como em casa e também para fazer parecer um cooperativista melhor do que já é.

Prof. 4: É a família é fundamental no processo de formação da criança e acredito que é a família e escola andando juntos em parceria, a gente pode ter um maior

aproveitamento na aprendizagem do aluno.

Prof. 5: Como trabalhamos na zona rural a participação dos pais é muito presente, pois temos a nossa horta e eles ajudam a mante-lá, pois em casa eles já fazem isso com seus pais, e então os nossos alunos acrescentam um conhecimento que já aprenderam em casa.

Prof. 6: A família é fundamental nas atividades, pois juntas colocam em prática o cooperativismo em família.

Prof. 7: É de fundamental importância a participação da família nas atividades cooperativas, pois contribui com o desenvolvimento da escola e coopera com a formação de seus filhos.

Prof. 8: Quando eles se envolve facilita o trabalho porque incentiva mais os alunos.

2.10- Em geral, como tem sido feito o acompanhamento e monitorização do Programa Cooperjovem na escola, a nível estadual?

Prof. 1: Com visita do pessoal que acompanha e monitoriza, com apoios e incentivos com materiais didáticos necessários para aplicação do programa.

Prof. 2: Nós temos o SESCOOP que acompanha a gente e dá o suporte para a agente desenvolver os projetos, e na escola temos uma comissão que é responsável também por desenvolver essas atividades na escola.

Prof. 3: Tem sido feito através de algumas palestras que o pessoal do Estado vai levar através de questionários que eles levam para os alunos responderem junto com os professores, eles estão sempre indo lá na nossa escola para averiguar tudo se esta em andamento o que vai ser trabalhado, o que vai ser trabalhado no ano seguinte, o que esta sendo trabalhado no momento, tudo isso sempre eles estão indo lá.

Prof. 4: Então, o acompanhamento é feito pelo coordenador Petrúcio Mamede e monitorado. A monitorização é feita pelo Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo SESCOOP.

Prof. 5: O SESCOOP, ele faz o acompanhamento e Petrúcio monitora na escola, dando todo o suporte necessário.

Prof. 6: É feito pelo SESCOOP, pelo responsável do SESCOOP Petrúcio que sempre vem monitorando, participando e acompanhando na escola.

Prof. 7: É acompanhado pelo SESCOOP, pelo responsável Petrúcio Mamede que acompanha e monitora o Programa na escola.

Prof. 8: Pelo SESCOOP, ele é acompanhado pelo analista Petrúcio.

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Este questionário tem como objetivo colher informações para o estudo sobre o Programa Cooperjovem, numa perspectiva de se perceber como se desenvolve a cultura da cooperação no ambiente escolar, tendo por fim a elaboração da dissertação de mestrado em Ciências da Educação da universidade Lúsofona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa.

Agradeço a sua colaboração e garanto que todas as informações recolhidas seguirão a regra do anonimato do estudo científico em questão.

Assinale com um X a alternativa no quadrado.

1.Idade

2.Sexo

☐ Masculino ☐ Feminino

3. Série

☐ 6º ano ☐ 7º ano ☐ 8º ano ☐ 9º ano

4.Há quanto tempo você participa do Programa Cooperjovem?

☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos ☐ 4 anos

☐ Outro. Quantos?.....

5. Entre os valores essenciais enfatizados pelo cooperativismo, indique 03 que considere essenciais:

- ☐ Solidariedade
- ☐ Autonomia
- ☐ Responsabilidade
- ☐ Democracia
- ☐ Igualdade
- ☐ Equidade

- ☐ Honestidade
- ☐ Ajuda mútua.

5.1 De entre os 03 escolhidos indique o que considera mais importante. Justifique

6.Gosta de trabalhar em cooperação?

- ☐ Sim ☐ Não

6.1. Se respondeu sim, indique porquê...

- ☐ Aprendo mais com o trabalho em equipe
- ☐ Partilho melhor meus materiais
- ☐ Faço mais amizades
- ☐ Aprendo com mais facilidade os conteúdos
- ☐ Outro motivo. Qual?

6.2.Se respondeu Não, indique porquê...

- ☐ Prefiro fazer atividades sozinho
- ☐ Tenho dificuldades em me relacionar com outras pessoas
- ☐ Trabalhos cooperativos não me chamam atenção
- ☐ Não gosto de compartilhar os materiais que tenho
- ☐ Outro motivo.Qual?.....

7-Trabalhar em cooperação melhora o seu comportamento na sala de aula?

- ☐ Sim ☐ Não

7.1.Se respondeu sim, indique porquê.

- ☐ Presto mais atenção na aula
- ☐ Melhoro no desenvolvimento da leitura
- ☐ Respeito mais os colegas, professores e funcionários da escola
- ☐ Desenvolvo melhor a ajuda mútua
- ☐ Outro motivo. Qual?.....

7.2. Se respondeu Não, indique porquê.

- ☐ Não muda nada
- ☐ Este Programa Cooperjovem não influencia muito no meu comportamento
- ☐ Ele me deixa um pouco confuso
- ☐ Outro motivo. Qual?.....

8. Assinale a importância do Programa Cooperjovem no seu processo de ensino e aprendizagem

- ☐ Muito importante
- ☐ Pouco
- ☐ Nenhum

8.1. Justifique a sua resposta.....

9. Assinale se os Educadores que participam do Programa Cooperjovem ajudam mais na aprendizagem?

- ☐ Sim, ajuda bastante
- ☐ Continua do mesmo jeito
- ☐ A maioria não gosta de trabalhar nesse Programa
- ☐ Outro motivo. Qual?

9.1. Justifique a sua resposta.....

10. Assinale se a participação da sua família nas atividades do Programa Cooperjovem ajuda mais na sua aprendizagem?

- ☐ Sim, ajuda bastante
- ☐ Continua do mesmo jeito
- ☐ A maioria da minha família não gosta de participar nesse Programa
- ☐ Outro motivo. Qual?.....

10.1. Justifique a sua resposta.....

ANEXOS



Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa
Faculdade Nossa Senhora de Lourdes
Resolução nº 01 de 08 de junho de 2007
Portaria nº 3.069 de 06/11/2002



Ofício nº 036/2016 FNSL

João Pessoa, 29 de Novembro de 2016.

Ilmo. Sr. Diretor

Endereço: Sítio Una de São José, Pedras de Fogo-PB,
CEP 58328-000

Cumprimentando Vossa Senhoria, solicitamos a especial atenção no sentido de auxiliar em um levantamento de dados, para assim melhor desenvolver o trabalho de conclusão do curso do(a) **Maria José Menezes da Silva**, regularmente matriculado(a) no Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Contextos Educativos (*Lato Sensu*), ministrado pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes, estando esta fase concluída, o(a) aluno(a) encontra-se matriculado no Curso em Ciências da Educação (*Stricto Sensu*), ministrado pela Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades, sendo a responsável pela vida acadêmica da aluna, nesta fase (*Stricto Sensu*).

Tal pedido fundamenta-se na necessidade do aluno obter informações para elaboração da sua dissertação, intitulada: Análise do impacto do Programa Cooperjovem em uma escola do município de Pedras de Fogo – PB: um estudo de caso, estando aluno(a) sob orientação do(a) Professor(a) Alcina Manuela, solicitada como conclusão no curso de mestrado de Ciências da Educação. Certos de que o trabalho em curso virá somar ao contínuo progresso da Educação na nossa comunidade, agradeço antecipadamente, colocando-me ao dispor para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Secretaria de Pós-Graduação
CINTEP / FNSL
Wanderlúce Brito Duarte
Secretária de Pós-Graduação

Mantenedora:
Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa LTDA.
CNPJ: 07.910.782/0001-45
Rua Deputado Geraldo Macz, 849 - Tambauzinho
CEP 58062-060 - João Pessoa - Paraíba
Fones: (83) 3224 - 7722 / 8888-0634

Mantida:
FACULDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES
Rua Manoel Fernandes Almeida, 51 - Centro
CEP 45810-970 - Porto Seguro - Bahia
Fone: (73) 3268-4174
www.fnsl.com.br

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL EDGAR GUEDES DA SILVA
Sítio Una de São José - Pedras de Fogo-PB
CEP: 58328-000 - Autuação: 82998
Cadastro Escolar: 25.111.957
Fone: (081) 83 3651-7000
Email: dg.ha@hotmail.com

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Instituto de Educação

Mestrado em Ciências da Educação

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimentos da pesquisa.

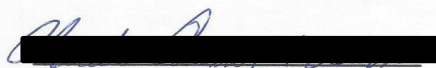
Prezado(a) diretor(a)

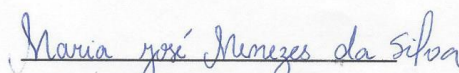
Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração da minha Dissertação que realizo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal no Mestrado em Ciências da Educação intitulado "**ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB**", sob a orientação da Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre o Programa Cooperjovem no Ensino Fundamental II. A entrevista será áudio/gravada e posteriormente transcrita. Em seguida serão devolvidas para aprovação.

A identidade do participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação da pesquisadora.

João Pessoa, 30 de Dezembro de 2016.


Participante


Pesquisadora

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Instituto de Educação

Mestrado em Ciências da Educação

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimentos da pesquisa.

Prezado(a) professor(a)

Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração da minha Dissertação que realizo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal no Mestrado em Ciências da Educação intitulado **"ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB"**, sob a orientação da Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

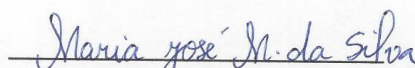
A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre o Programa Cooperjovem no Ensino Fundamental II. A entrevista será áudio/gravada e posteriormente transcrita. Em seguida serão devolvidas para aprovação.

A identidade do participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação da pesquisadora.

João Pessoa, 05 de Janeiro de 2017.



Participante



Pesquisadora

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Instituto de Educação

Mestrado em Ciências da Educação

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimentos da pesquisa.

Prezado(a) professor(a)

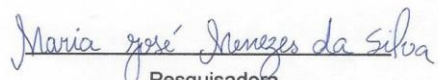
Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração da minha Dissertação que realizo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal no Mestrado em Ciências da Educação intitulado **"ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB"**, sob a orientação da Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre o Programa Cooperjovem no Ensino Fundamental II. A entrevista será áudio/gravada e posteriormente transcrita. Em seguida serão devolvidas para aprovação.

A identidade do participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação da pesquisadora.

João Pessoa, 15 de Março de 2017.


Participante


Pesquisadora

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Instituto de Educação

Mestrado em Ciências da Educação

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimentos da pesquisa.

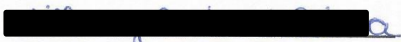
Prezado(a) professor(a)

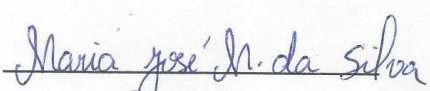
Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração da minha Dissertação que realizo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal no Mestrado em Ciências da Educação intitulado **"ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB"**, sob a orientação da Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre o Programa Cooperjovem no Ensino Fundamental II. A entrevista será áudio/gravada e posteriormente transcrita. Em seguida serão devolvidas para aprovação.

A identidade do participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação da pesquisadora.

João Pessoa, 15 de Março de 2017.


Participante


Pesquisadora

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Instituto de Educação
Mestrado em Ciências da Educação

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimentos da pesquisa.

Prezado(a) professor(a)

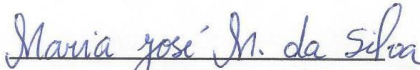
Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração da minha Dissertação que realizo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal no Mestrado em Ciências da Educação intitulado **“ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB”**, sob a orientação da Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre o Programa Cooperjovem no Ensino Fundamental II. A entrevista será áudio/gravada e posteriormente transcrita. Em seguida serão devolvidas para aprovação.

A identidade do participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação da pesquisadora.

João Pessoa, 17 de Março de 2017.


Participante


Pesquisadora

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Instituto de Educação
Mestrado em Ciências da Educação

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimentos da pesquisa.

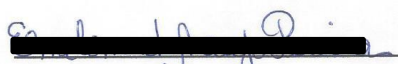
Prezado(a) professor(a)

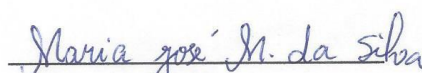
Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração da minha Dissertação que realizo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal no Mestrado em Ciências da Educação intitulado **"ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB"**, sob a orientação da Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre o Programa Cooperjovem no Ensino Fundamental II. A entrevista será áudio/gravada e posteriormente transcrita. Em seguida serão devolvidas para aprovação.

A identidade do participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação da pesquisadora.

João Pessoa, 16 de Março de 2017.


Participante


Pesquisadora

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Instituto de Educação
Mestrado em Ciências da Educação

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimentos da pesquisa.

Prezado(a) professor(a)

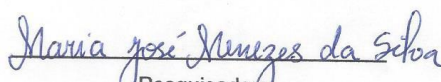
Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração da minha Dissertação que realizo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal no Mestrado em Ciências da Educação intitulado **“ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB”**, sob a orientação da Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre o Programa Cooperjovem no Ensino Fundamental II. A entrevista será áudio/gravada e posteriormente transcrita. Em seguida serão devolvidas para aprovação.

A identidade do participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação da pesquisadora.

João Pessoa, 13 de Março de 2017.


Participante


Pesquisadora

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Instituto de Educação

Mestrado em Ciências da Educação

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimentos da pesquisa.

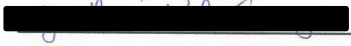
Prezado(a) professor(a)

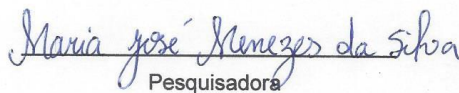
Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração da minha Dissertação que realizo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal no Mestrado em Ciências da Educação intitulado **"ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB"**, sob a orientação da Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre o Programa Cooperjovem no Ensino Fundamental II. A entrevista será áudio/gravada e posteriormente transcrita. Em seguida serão devolvidas para aprovação.

A identidade do participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação da pesquisadora.

João Pessoa, 17 de Janeiro de 2017.


Participante


Pesquisadora

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Instituto de Educação

Mestrado em Ciências da Educação

Termo de consentimento dos entrevistados (as) e esclarecimentos da pesquisa.

Prezado(a) professor(a)

Venho através deste solicitar a sua autorização para utilizar os dados coletados através desta entrevista. Os mesmos serão utilizados para a elaboração da minha Dissertação que realizo na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal no Mestrado em Ciências da Educação intitulado **"ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA COOPERJOVEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB"**, sob a orientação da Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

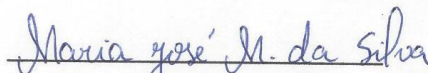
A sua participação nesta pesquisa tem como objetivo fornecer respostas aos questionamentos que serão realizados sobre o Programa Cooperjovem no Ensino Fundamental II. A entrevista será áudio/gravada e posteriormente transcrita. Em seguida serão devolvidas para aprovação.

A identidade do participante não será de nenhum modo divulgada. Este documento servirá somente para identificação da pesquisadora.

João Pessoa, 15 de Março de 2017.



Participante


Pesquisadora